**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ENGENHARIA AMBIENTAL**

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS: a água nas interações do cotidiano**

KARINA GRANADO

**São Carlos
2010**

KARINA GRANADO

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS: a água nas interações do cotidiano**

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental.

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

**São Carlos
2010**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Granado, Karina

G748p

Pessoas em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos : a água nas interações do cotidiano / Karina Granado ; orientador Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. -- São Carlos, 2010.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação e Área de Concentração em Ciências da Engenharia Ambiental) -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

1. Sociologia dos desastres. 2. Pessoas em situação de rua. 3. Conflito socioambiental. 4. Direitos humanos. 5. Acesso à água. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): Bacharel **KARINA GRANADO**.

Dissertação defendida e julgada em 30/09/2010 perante a Comissão Julgadora:

Prof.^a Dr.^a **NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO** – (Orientadora)
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar) APROVADA

Prof. Associado **EVALDO LUIZ GAETA ESPINDOLA**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) APROVADA

Prof.^a. Associada **MARIA CECILIA LOSCHIAVO DOS SANTOS**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP) APROVADA

Prof. Associado **EVALDO LUIZ GAETA ESPINDOLA**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Engenharia Ambiental

Prof. Titular **Geraldo Roberto Martins da Costa**
Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Dedico este trabalho aos considerados como indignos da inclusão

AGRADECIMENTOS

Indiscutivelmente em primeiro lugar a Deus, fonte de inspiração, sensibilidade e respeito com os padecimentos alheios e a Jesus, por ter sido um exemplo vivo de que é possível.

Aos meus pais, Waldemar e Iracema, pelos exemplos em forma de ações, ontem, hoje e sempre.

Ao meu melhor amigo e querido companheiro Rogério, pela paciência, contribuição e incentivo na realização deste trabalho.

À cada um dos homens e mulheres em situação de rua que conheci ao longo de 08 (oito) anos e também àqueles(as) que certamente conhecerei. Agradeço pelas lições de vida e pela demonstração de resistência em suportar as agruras que só a proximidade revela.

Aos voluntários do Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo”, bálsamo de trabalho onde aprendi o sentido da palavra solidariedade e desprendimento.

À Amanda, Aline, Mariana e Rafael, amigos e companheiros de docência junto ao Curso de Ciências Jurídicas, pela renovação diária no sentido da palavra ‘amizade’.

Ao Programa de Pós Graduação das Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (PPG SEA/CRHEA/SHS/EESC/USP) pela oportunidade concedida para a reflexão e produção do presente estudo.

Ao Professor Doutor Tadeu Malheiros e à Professora Doutora Maria Cecília Loschiavo dos Santos pelas valiosas contribuições na ocasião do Exame de Qualificação.

Aos funcionários da EESC/USP, Nelson, Claudete e José Luis pela eficiência e prontidão nas questões administrativas. Os sorrisos e incentivos foram valiosos.

Aos pesquisadores e membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres-NEPED/UFSCar, por terem compartilhado comigo suas reflexões sobre a Sociologia dos Desastres.

E por fim, mas não menos importante, à Professora Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, mulher extraordinária, intelectual ímpar e, acima de tudo, humana e verdadeiramente preocupada com a parcela da sociedade que muitos consideram apenas um detalhe social.

Para mim, não apenas orientadora nesta dissertação de mestrado, mas orientadora também pelo seu exemplo de vida, dedicação, determinação e paixão pelo que faz. Nenhuma palavra restará suficiente para expressar o meu sincero, respeitoso e profundo agradecimento e admiração.

“Obrigada, Norma”

Sou um homem invisível. [...]

Um homem de substância, de carne e osso, fibra e líquidos – pode-se até dizer que possuo uma mente.

Sou invisível, entenda, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver.

Quando se aproximam de mim, veem apenas o que está à minha volta, elas mesmas, ou a ficção de sua imaginação – realmente tudo, exceto eu.

Ralph Ellison. O homem invisível, 1947.

RESUMO

GRANADO, K. (2010) **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS: a água nas interações do cotidiano**. 199p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010.

A presente pesquisa partiu de uma compreensão sociológica da crise da modernidade para refletir acerca da constituição do grupo social denominado 'pessoas em situação de rua' na tessitura da dinâmica urbana e seus desafios para vencer essa situação de vulnerabilidade extrema. Tendo como referência o Município de São Carlos/SP, caracterizamos o perfil do grupo, debruçando-nos sobre os fatores limitantes relacionados às formas de acesso e uso da água doce. Valorizamos a experiência de sofrimento social na interação precária com o território da cidade como constituinte de um conhecimento empírico relevante, o qual pode, eventualmente, subsidiar a formulação e implementação de políticas urbanas socialmente includentes.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Conflito socioambiental. Direitos Humanos. Acesso à água.

ABSTRACT

GRANADO, K. **HOMELESSNESS AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN CITY OF SÃO CARLOS: water in the interactions of everyday life**. 199p.. Dissertation (Master Degree) – School of Engineering of São Carlos, University of São Paulo, 2010.

This research started from a sociological understanding of the crisis of modernity to reflect on the constitution of a homeless social group on the organization of urban dynamics and its challenges to overcome this situation of extremely vulnerable situation. Considering Sao Carlos as reference group profile was characterized and limiting factor related to freshwater access and use were adressed. Social suffering experience was taken into account on the poor interaction the town territory as a relevant empirical knowledge, which could eventually assist the formulate and implement socially inclusive urban policies.

Keywords: Homelessness. Social conflict. Human rights. Access to water.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1. Tema “A”: O entendimento de si como sujeitos de direitos. Atividade “2”: Origem e Trajetória: raiz, caminhos, buscas, percalços, horizontes (13.04.2008).....	68
IMAGEM 2. Tema “B”: A Centralidade do Trabalho na vida social. Atividade “1”: Identidade ocupacional: experiências, habilidades e disposição para reintegração no mundo do trabalho (22.05.2008)	72
IMAGEM 3. Diário de Campo (13.07.08)	92
IMAGEM 4. Diário de Campo (Out. 2009)	93
IMAGEM 5. Fonte: Entrevistado. Família e amigos em 2003	94
IMAGEM 6. Fonte: Entrevistado. Família e amigos em 2002	95
IMAGEM 7. Fonte: Autora. Pesquisa de Campo (2010)	95
IMAGEM 8. Fonte: NUNES, Fabiano. Jato d’água expulsa morador de rua de calçada.....	110
IMAGEM 9. Fonte: Autora. Diário de Campo (14.07.2009)	112
IMAGEM 10. Fonte: Autora. Diário de Campo (17.03.2009)	112
IMAGEM 11. Fonte: Autora. Diário de Campo (23.04.2008). Lona sobre o carrinho de reciclagem	122
IMAGEM 12. Fonte: Autora. Diário de Campo (12.03.10)	123
IMAGEM 13. Fonte: Autora. Diário de Campo (12.03.10)	124
IMAGEM 14. Fonte: JORNAL ZERO HORA. (22.10.2008)	135
IMAGEM 15. Fonte: Diário de Campo (20.06.10)	136
IMAGEM 16. Fonte: Diário de Campo (29.12.2009)	137
IMAGEM 17. Fonte: Diário de Campo (16, 17 e 18. 01.10)	139
IMAGEM 18. Fonte: Diário de Campo (30 e 31.12.2009)	139
IMAGEM 19. Fonte: Diário de Campo (05 e 07.01.2010)	140
IMAGEM 20. Fonte: Diário de Campo (Mar/2008)	140
IMAGEM 21. Fonte: Diário de Campo (30.08.2009)	142
IMAGEM 22. Fonte: Diário de Campo (21.03.2009) – Locais de banho	143
IMAGEM 23. Fonte: Diário de Campo (17.05.2009)	143
IMAGEM 24. Fonte: Diário de Campo (Janeiro/2008)	144

IMAGEM 25. Fonte: Diário de Campo (Fev/2010)	145
IMAGEM 26. Fonte: Diário de Campo (2009/2010)	145
IMAGEM 27. Fonte: Diário de Campo (Fev/2008)	146
IMAGEM 28. Fonte: Diário de Campo (Fev/2008)	147
IMAGEM 29. Fonte: Diário de Campo (Fev/2008)	147
IMAGEM 30. Fonte: Diário de Campo (2008/2009) praças públicas em São Carlos no centro da cidade que não possuem torneiras acessíveis, nem para moradores de rua, nem para a população em geral.....	148
IMAGEM 31. Fonte: Diário de Campo (Mai/2008)	148
IMAGEM 32. Fonte: Diário de Campo (Jul/2008 – Abr/2010)	149
IMAGEM 33. Fonte: Diário de Campo (2008-2010). Arquitetura da exclusão.....	149
IMAGEM 34. Fonte: Diário de Campo (17.01.10). Praça Central de São Carlos.....	150
IMAGEM 35. Fonte: Diário de Campo (2010)	150
IMAGEM 36. Fonte: Diário de Campo (2010)	151
IMAGEM 37. Fonte: Diário de Campo (2008). Moradores de rua relembram origem rural e as lembranças que possuem das fontes e cursos d'água	153
IMAGEM 38. Fonte: Diário de Campo (2008)	155
IMAGEM 39. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). Ao amanhecer, limpeza da louça suja no jantar.....	158
IMAGEM 40. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). O café da manhã se faz presente.....	158
IMAGEM 41. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). Próximo ao almoço, preparativos para cozinhar: fogueira com jornais e plásticos....	159
IMAGEM 42. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). Esquentando a comida feita no jantar para o almoço e a caixa de mantimentos com produtos cujas marcas são utilizadas comumente	159
IMAGEM 43. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). A volta do banheiro	159
IMAGEM 44. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). O banheiro na cidade	160
IMAGEM 45. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (11.07.2008). Visita ao zoológico.....	161
IMAGEM 46. Fonte: Diário de Campo (2008/2010). Em praças públicas, momentos onde moradores de rua demonstram seu carinho pelos animais de estimação (na maioria cachorros)	162

IMAGEM 47. Fonte: As duas fotos da direita, fotos fornecidas por Seu Valdecir (2006). Animais estão presentes na casa e no cotidiano da família que vive em situação de rua (embaixo de aqueduto)	163
IMAGEM 48. Fonte: Diário de Campo (20.07.2008): Placa que proíbe lixo ou entulho. Detalhe para o caminhão que despejava material reciclável e outros tipos de lixo.....	166
IMAGEM 49. Fonte: Diário de Campo (20.07.2008): Materiais encontrados no lixo despejado (calça e sapatos) e que foram aproveitados pelos moradores de rua	166
IMAGEM 50. Fonte: Diário de Campo (2008-2009): recicladores individuais da cidade de São Carlos-SP	168
IMAGEM 51. Fonte: Diário de Campo (20/08/2009) Ambos já tentaram a atividade de reciclador, mas resolveram aprender a fazer artesanato com latas de alumínio (coqueiros, panelas de pressão e motos) ou esculpir peixes, estrelas e outras formas em pedra pome	169
IMAGEM 52. Fonte: Autora: Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “2”: “Identidade ocupacional: currículos e cartões de visita” (06.06.2008)	174
IMAGEM 53. Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “3”: “Montagem do suporte para os cartões de visitas” (20.06.2008)	175
IMAGEM 54. Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “4”: “A experiência do trabalho cooperado” (27.06.2008)	176
IMAGEM 55. Fonte: SÃO CARLOS (Município). Secretaria de Assistência Social. Moradores de Rua aprendem informática	177
IMAGEM 56. Fonte: Autora (Agosto de 2008): “Vai chover. E agora? Pra onde eu vou?”	179

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Subcategorias das pessoas em situação de rua	45
QUADRO 2 – Extratos das entrevistas durante a pesquisa de campo: subcategorias ..	47
QUADRO 3 – A cultura rural	70
QUADRO 4 – Síntese de dados sobre trabalho e renda das pessoas em situação de rua – Pesquisa Nacional - Sumário Executivo (MDS)	71
QUADRO 5 – Habilidades das pessoas em situação de rua (Projeto PROEX/UFSCar: “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extraeconômicas de vulnerabilidade”)	73
QUADRO 6 – Imagens da água e as pessoas em situação de rua no Município de São Carlos-SP: extratos de entrevistas	154
QUADRO 7 – O conhecimento da fauna e da flora pelos moradores de rua de São Carlos-SP	161

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Conflitos da ordem social	51
FIGURA 2 – Destinação equivocada da política social	51
FIGURA 3 - A cidade: espaço como produto da natureza e da sociedade	89
FIGURA 4 – Riscos e perigos no compartilhamento da cidade	99
FIGURA 5 – Na cidade: atribuições sociais à população em situação de rua	104
FIGURA 6 – Centro x Periferia: desterritorialização das pessoas em situação de rua..	113
FIGURA 7 - Populações que necessitam de acesso a uma fonte melhorada de água potável para cumprir a meta dos ODM, 2006-2015 (Número de pessoas por ano)	126
FIGURA 8 – Binômio “Água x oportunidade de trabalho” como forma de sobrevivência...	138
FIGURA 9 – Trajetórias diárias das pessoas em situação de rua baseadas no acesso à água	152
FIGURA 10 – Trajetórias diárias das pessoas em situação de rua baseadas no acesso à água: descanso e reflexões	157

FIGURA 11. Cartões de visita	174
---	------------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dados gerais dos entrevistados em São Carlos	56
TABELA 2 – Origem das pessoas em situação de rua (Projeto PROEX/UFSCar: “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extraeconômicas de vulnerabilidade”)	67
TABELA 3 – Acesso a água e esgoto sanitário no Município de São Carlos-SP	127

LISTA DE SIGLAS

EESC/USP	Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Carlos-SP
GCM	Guarda Civil Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional da Previdência Social
LI	Linha de indigência
LP	Linha de pobreza
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDH-3	Programa Nacional de Direitos Humanos
PROEX/UFSCar	Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos
SAMU	Sistema de Atendimento Municipal de Urgência

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	25
1 INTRODUÇÃO	30
1.1 Da metodologia aplicada	40
2 A SITUAÇÃO DE RUA: produção e permanência da vulnerabilidade extrema ...	42
2.1 Produção política e social da situação de rua	50
2.2 Modernidade: crise e permanência	60
2.3 Do meio ambiente ao desemprego: recursos naturais como fonte de interesse para os grandes investimentos	62
2.3.1 A exploração ambiental como forma de expulsão do fator humano tradicional: a trajetória rural do morador de rua de São Carlos-SP	64
2.3.2 Trabalho: a subqualificação como fator da permanência em situação de rua	70
2.4 Vítimas passivas: culpabilização, vocalização e participação da pessoas em situação de rua nas questões socioambientais	77
3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	85
3.1 Vivendo na cidade: <i>locus</i> do conflito urbano territorial	85
3.2 Vulnerabilidade ambiental e desastre para as pessoas em situação de rua diante da política social adotada	97
3.3 Indiferenças e desterritorialização como caracterização dos conflitos socioambientais	103
3.4 Violência física, social, moral e ambiental experimentada nas ruas da cidade....	119
4 A ÁGUA E OS SABERES AMBIENTAIS DA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	126
4.1 A água como direito humano e a integração dos conhecimentos entre peritos e leigos	126
4.2 A resiliência no espaço limitado	132
4.3 A água como elemento influenciador nas trajetórias e nas interações do cotidiano	137
4.3.1 A chuva e o abrigo	138
4.3.2 Higiene e dessedentação	141
4.3.3 A retirada: arquitetura da exclusão como redefinição das trajetórias	

na cidade	147
4.4 Reflexão, lazer e imagens da água	153
4.5 As reproduções do privado no espaço público	158
4.6 O morador de rua e a sua relação com a natureza e com os animais	160
4.7 O lixo e as pessoas em situação de rua: sustentabilidade ambiental	163
5 CONCLUSÕES	170
REFERÊNCIAS	180
ANEXO 1	188
ANEXO 2	192
ANEXO 3	194
ANEXO 4	197

APRESENTAÇÃO

Cresci numa casa repleta de exemplos. Sou privilegiada e agradecida por todos eles.

Meus pais, pessoas humildes e sem estudo, nunca me disseram o que fazer: simplesmente faziam. Lembro quando minha mãe levava enxovais de bebê e alimentos na favela, mas nunca me falou nada: apenas ia. Eu era muito pequena quando meu pai conversou com ‘um homem sujo e que cheirava forte’ sentado na calçada. Aquela cena e aqueles adjetivos me marcaram porque até aquele dia eu nunca imaginei que existisse alguém que não tomasse banho ou que não trocasse de roupa. Meu pai não me disse nada. Voltou noutro dia com uma bengala na mão e a entregou ao homem que eu nunca tinha visto. Trouxe de volta um pedaço de madeira.

Cenas assim se repetiram várias vezes com alimentos ou roupas e a partir de então comecei a enxergar que pelas ruas haviam homens, mulheres e crianças naquelas condições. Todos me intrigavam, por que “como pode alguém não tomar banho ou não trocar de roupa?”; “onde está a mãe dele(a) que não vê isso?”.

Eu não entendia. Eu era muito pequena.

Minha mãe conta que foi à padaria na esquina e me deixou sozinha em casa. Seriam por alguns minutos apenas. Ela estava esperando para pagar quando alguém tocou o braço dela. Era um morador de rua, com um saco nas costas e de mãos dadas comigo. Eu toda sorridente. Ele foi me ‘entregar’ para a minha mãe dizendo que estava sentado na esquina e viu quando ela saiu de casa e eu saí logo atrás mas, ao invés de seguir minha mãe, fui em sua direção e perguntei: “onde está

a sua mãe?”. Ele ficava naquele bairro e já tinha me visto com meus pais e por isso achou perigoso eu ficar na rua sozinha.

Lembro da minha mãe apertando as minhas orelhas e agradecendo profundamente aquele homem, que depois de um tempo soubemos que morreu numa noite fria de maio.

Cresci notando estas pessoas que ficavam nas ruas, sem saber ao certo o que pensar e não entendendo porque elas ‘gostavam’ daquele ‘estilo de vida’.

Quando mudamos para o interior, conhecemos o “Gin”, um homem que tinha perdido a família num acidente automobilístico e, desde então, “andava por este mundão de Meu Deus”. Ele ficava numa praça e falava que não queria sair da rua. Meu pai o chamava para pequenos serviços e o remunerava. Minha mãe lhe dava alimentos e roupas. Na época eu era adolescente e quando saía de casa nos finais de semana (a pé), podia contar com o “Gin” que escoltava a mim e meus amigos até a porta da minha casa. Tinha histórias ótimas, mas faleceu no banco daquela praça, sozinho.

Pouco tempo depois que estava morando em São Carlos-SP, já graduada em Direito, conheci a Campanha do Pão Fraterno “André Luis”, um trabalho voluntário feito por jovens que saíam nas noites de sexta feira para entregar pão, leite, cobertores, mas, acima de tudo, para conversar por longas horas com as pessoas que viviam nas ruas da cidade.

No início, o que era apenas uma forma de ‘caridade’, com o passar do tempo tornou-se uma forma de estabelecer novos vínculos de amizade com as ‘pessoas das ruas’ e que, após ouvir os seus relatos, passei a ‘enxergar’ as

reviravoltas da vida, a falta de oportunidade, a falta de orientação, o descaso da sociedade e do Poder Público, a falta de esperança e o medo de tantas coisas, muitas vezes mascarado, é verdade, mas só quem senta ao lado deles, disposto a ouvir, sem pressa, é que compreende os motivos.

Em 2002, conheci o recém fundado Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo”¹, Com uma estrutura de atendimento um pouco melhor e em contato mais próximo, comecei entender como era a vida na rua e a me questionar por que era tão ínfimo o atendimento a esta população tão digna como qualquer outra que vive em situação de extrema precariedade.

Como advogada e professora de Direito Constitucional no Curso de Ciências Jurídicas, a cada aula sobre os Princípios Constitucionais, dentre eles o da igualdade (art. 5º da Constituição Federal), era como constatar a incongruência entre os direitos garantidos na Lei Maior e a realidade social, pois, dentre tantos desatendimentos em relação a raça, cor, religião e classe social, minha proximidade com grupo fez com que eu visualizasse o esbulho de todos os direitos que a pessoas em situação de rua experimentam diariamente, mas de maneira silenciosa e anônima.

¹ Trabalho voluntário fundado em maio de 2002 no Município de São Carlos-SP e inspirado em outro que era realizado no Vale do Anhangabaú na cidade de São Paulo. Em São Carlos, é servido o café da manhã, seguido por um ‘bate papo’ sobre assuntos próximos à realidade das ruas (trabalho, auto-estima, álcool, cuidados com o corpo). Logo após é servido um almoço, salada de frutas, kits de higiene, cobertores, roupas, calçados e mochilas, cortes de cabelo, unha e barbear, tudo permeado pela ‘conversa fraterna’, ou seja, estreitamento dos laços de amizade, reconhecimento como um ‘igual’, indivíduo possuidor de saberes únicos, resgate da auto-estima, auxílio quanto a documentos e busca de oportunidades de trabalho. O Posto de Rua conta com cerca de 15 voluntários para o atendimento, em média, de 50 pessoas em situação de rua, quer sejam trecheiros ou não (nota da autora).

Logo após, tive a felicidade de conhecer a Professora Norma Valencio. Ela começou a freqüentar o 'Posto de Rua' como voluntária. Ninguém sabia que ela era professora universitária e nem o quanto iríamos aprender com ela. Nas discussões em grupo, foi inserindo conteúdo sociológico que nos conduzia a uma reflexão profunda acerca dos acontecimentos e aprendizados durante o trabalho na praça, aumentando a consciência e a qualidade nas abordagens de rua.

Eram muitas informações e eu precisava saber mais.

Saber mais para fazer mais.

Em 2008 fui aprovada no Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (PPG-SEA/CRHEA/EESC-USP) e demonstrando o caráter multidisciplinar do curso, pude desenvolver o tema sobre as pessoas em situação de rua sob o viés das Ciências Sociais e Ambientais demonstrando a atualidade da visão da Universidade de São Paulo em relação ao meio ambiente ao integrar diversas áreas do conhecimento.

A oportunidade de aprender com a Professora Norma Valencio, com os pesquisadores e integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres² (NEPED/UFSCar), bem como as disciplinas cursadas junto ao PPG-SEA/EESC-USP e PPSO-UFSCar proporcionaram não apenas a base teórica para a confecção deste trabalho mas, sobretudo, proporcionaram à mim a convicção de

² O Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres-NEPED da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar possui a finalidade agregar esforços em pesquisa e extensão acadêmica imbricando, no tema maior de Sociologia do Desenvolvimento, os subtemas de desastres e direitos humanos, desastres e dimensões político-institucionais de defesa civil, desastres e dimensões psicossociais de afetação. Atualmente o NEPED faz parte do Departamento de Sociologia dirigido pela Professora Norma Valencio. Visite: <<http://www.ufscar.br/neped>> (nota da autora).

que é preciso 'ter olhos de ver e ouvidos de ouvir' como condição primeira para fazermos a diferença.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna promoveu e gerou mudanças significativas no seu processo de territorialização, processo onde vários grupos sociais disputam uma base física em torno da qual reproduzem a sua identidade social.

O discurso hegemônico da modernidade, nas vozes das instituições, é o da igualdade de oportunidade, como por exemplo, no acesso à base física onde os diversos sujeitos produzem um lugar com o qual se identificam. Entretanto, tal discurso não é corroborado pelas práticas movidas pela racionalidade da acumulação que necessitam desigualar os sujeitos, tornado-se freqüentes as disputas territoriais nas quais as populações empobrecidas sofrem contestação, por parte do Estado, do seu direito de morar (VALENCIO, 2008).

Assim, em função dessa lógica de modernidade em que os sujeitos se desigualam as tensões entre os grupos sociais sempre existem e os conflitos tornam-se parte da produção relacional entre grupos e sociedade. A cidade é o *locus* privilegiado da expressão territorial dos conflitos sociais que perpassam a desigualdade entre os sujeitos além de ser *loci* onde as normas de convivência são pautadas pelo discurso do bem estar de todos. Mas a cidade também cria uma consequência territorial inversa e acaba por tornar-se o local do excesso, desperdício e indiferença frente às necessidades ecossistêmicas, ou seja, a cidade acaba por revelar-se como modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório (GRANADO; VALENCIO, 2008).

No contexto de riscos, avanços tecnológicos, diminuição do “espaço *versus* tempo” e desterritorialização, o desenvolvimento engendra uma cadeia de produção, consumo e descarte que produz um volume excedente para a civilização humana, de manifestações de degradação ambiental (água, solo, ar, etc.). Tal degradação resulta agora num fenômeno sem precedente de risco para a sociedade humana chamado de mudanças climáticas.

O United Nation Environment Programme – (UNEP), relatório anual sobre mudanças no meio ambiente produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), enfatiza a crescente complexidade e as interconexões das mudanças climáticas, apontando para a integridade entre o meio ambiente, o bem estar humano e o desenvolvimento econômico, ou seja, todas as ações (humanas e ambientais) estão intrinsecamente ligadas e dependentes entre si. No entanto essa integração não é identificada no tecido sócio-histórico de muitas sociedades, sobretudo no microrrecorte territorial de cidades, em geral consideradas como *locus* da modernidade, mas onde também identificamos o binômio “apartação *versus* degradação” (UNEP, 2008).

Neste cenário social (local e mundial), a existência das pessoas em situação de rua nas cidades é o paroxismo do conflito social, pois o grupo expressa uma das pontas levadas ao limite da destituição engendrada por uma racionalidade excludente, onde a fragilidade social, econômica e ambiental destes indivíduos expostos aos fatores de perigo impede que o grupo consiga lidar (antecipar, resistir, recuperar-se) com as ameaças físicas do ambiente natural e construído, ao mesmo tempo em que há rupturas nos sistemas de vida (VALENCIO, 2008), ou seja, situações particulares e específicas como os desajustes familiares, desemprego, falta de oportunidade e qualificação para o exigente mercado de trabalho e que,

juntas, formam uma complexa teia que contraria o atual conteúdo no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

O Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, proposto por 31 ministérios e assinado pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, composto de seis eixos orientadores e vinte e cinco diretrizes no intuito de consolidar os alicerces da democracia, assimilando as demandas crescentes da sociedade e incorporando elementos dos tratados internacionais mais recentes, seja do sistema ONU ou OEA.

A espécie normativa inova ao que se refere em relação às pessoas em situação de rua quando na ‘Diretriz 4’ (efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório), alínea ‘k’, determina: “Integrar políticas sociais e de geração de emprego e renda para o combate da pobreza urbana, em especial de catadores de materiais recicláveis e população em situação de rua” (BRASIL, 2010, p. 47) demonstrando a atualidade do tema e a necessidade de elevá-lo, reconhecê-lo e protegê-lo como direito humano.

O direito ao desenvolvimento humano vem sendo discutido na Organização das Nações Unidas sob a forma de “desenvolvimento humano sustentável” (CANÇADO TRINDADE, 1993), no sentido de cada indivíduo ter igual acesso às oportunidades de desenvolvimento imediato e futuro.

Esta discussão envolve pensar em direitos na esfera ambiental e, por isso, está intrinsecamente ligada aos direitos fundamentais do homem, assim como acontece com o mínimo necessário à existência como a educação básica, saúde

preventiva e a água potável, além do mínimo ecológico, traduzido no meio ambiente saudável (TORRES, 2009), ou seja, a discussão sobre vulnerabilidade ambiental dos menos favorecidos está intimamente ligada à questão de direitos humanos, demonstrando que é preciso analisá-la em suas raízes sociais mais profundas, estimulando e potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições (ACSERALD, 2006).

A “Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento” (ONU, 1986) afirma que:

[...] o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes.

Várias lideranças mundiais entendem ser a água um direito humano independentemente da capacidade do indivíduo de pagar por este recurso. No 5º Fórum Mundial sobre a Água em março de 2009 (Istambul-Turquia) o discurso de alguns países era o de que:

[...] Água é uma confiança pública, uma herança comum das pessoas e natureza, e um direito humano fundamental. Nós temos que desafiar a noção que água é um artigo a ser comprado e vendido no mercado livre. Esses que são comprometidos com a privatização da água estão negando às pessoas um direito humano tão básico quanto o ar que nós respiramos (Miguel D’Escoto, Presidente da Assembléia Geral de Águas da ONU *in* The Peoples Water Forum, 2009).

Tal afirmativa gerou polêmica entre outros países que discordam com essa linha de pensamento. A temática é de extrema relevância, mas que terminou

sem consenso no citado Fórum. A embaixadora Sumru Noyan (ECOBLOG, 2009), presidente do processo político, informou que:

[...] a Declaração Ministerial de Istambul não chegou a decretar a água como um direito humano como exigiam os movimentos sociais e ecologistas de vários países [...] reconhecendo-a como necessidade humana básica. Foi oferecida uma redação intermediária básica que aponta a água como um “direito básico”.

Naquela oportunidade, o Brasil não reconheceu a água como direito humano e causou mal estar na comunidade internacional:

Sábado, 21 de Março de 2009

Brasil afirma que acesso à água não é direito humano

Posição causa mal-estar na reta final do 5.º Fórum Mundial sobre recurso. O Brasil não reconhece o acesso à água como um direito humano. A posição brasileira causou mal-estar diplomático ontem, reta final do 5º Fórum Mundial sobre o recurso, realizado em Istambul, na Turquia. Estados Unidos, França, Egito e Turquia também negaram esse status jurídico ao tema. O Ministério das Relações Exteriores, por meio da assessoria de imprensa, explicou que o posicionamento foi adotado "para evitar o risco de que a soberania do País sobre o uso desse recurso pudesse ser afetada". Tecnicamente, completa o ministério, a adesão poderia abrir caminho para que outros países se manifestassem sobre a forma como o País controla o uso da água. A decisão não foi bem recebida por Bolívia, Equador, Venezuela e Uruguai. Embora todos concordem quanto à necessidade de avanços para garantir água potável a suas populações, os diversos documentos propostos no Fórum têm consequências políticas distintas. Entre os países da União Europeia (UE), Holanda, Espanha e Alemanha estão pressionando para que o voto dos membros do bloco defenda a água como um direito humano. Já a França - onde estão sediadas grandes companhias privadas do setor hídrico - prefere manter o atual texto, no qual a água é definida como "uma necessidade básica". Uma saída para acalmar os países preocupados em assegurar sua soberania sobre a água seria uma declaração no melhor estilo diplomático. Ao mesmo tempo em que "reconheceria o direito ao abastecimento de água e ao saneamento", deixaria explícito que cabe aos países signatários "revisar como (esse direito) pode ser implementado em leis, regulamentações, políticas e práticas nacionais" (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

O Brasil interpreta a água como um bem econômico, ou seja, o usuário deve pagar para utilizá-la. Tal posicionamento fica claro nos termos do art. 1º, II e II da Lei nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos:

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico (BRASIL, 1997);

No evento *Sustentável 2009*, o coordenador do programa *Água para a Vida* do WWF-Brasil, Samuel Barreto, afirmou na plenária “Água na sociedade de risco” que “o mau uso dos recursos hídricos leva à escassez, o que poderá gerar conflitos até entre populações dentro de uma mesma região” (MENCONI, 2009, p. 31). São exemplos de conflitos ambientais gerados e agravados devido às mudanças climáticas as questões religiosas entre muçulmanos, católicos e animistas em Guiné-Bissau ou a questão dos refugiados ambientais, assuntos estes discutidos pelos pesquisadores do NEPED – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da UFSCar³.

Com isso, constata-se que o esbulho dos direitos que atingem os moradores de rua vai além dos consignados nas normas legais: eles se iniciam nos ambientais, posto ser a necessidade de sobrevivência do indivíduo no espaço público a questão primeira para a manutenção da vida, demonstrando que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los” (BOBBIO, 1992).

³ SANO, L. **Vulnerabilidade de minorias africanas aos efeitos das mudanças climáticas: o caso dos muçulmanos em Guiné-Bissau. Monografia.** São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2008; COSTA, Cláudia Silvana da. Refugiados Ambientais no contexto das Mudanças Climáticas e do Direito Internacional. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 236-250.

Refletir acerca dos direitos mínimos destes homens e mulheres em situação de rua, nos leva a constatar que não falamos no atendimento de meros direitos que garantam o mínimo existencial, mas sim, direitos a situações existenciais dignas, corroborando com o art. 1º, III da Constituição Federal quando coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Brasileira, sem prejuízo de outras proteções insertas nos direitos e garantias fundamentais.

Entretanto, a estigmatização social depreciativa que o grupo experimenta acaba por desconsiderar o caráter humano da pessoa que vive em situação de rua e:

[...] com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças (...) utilizando-se de metáforas sem pensar no seu significado original (GOFFMAN, 1978, p. 15).

Este trabalho não focou as questões restritas da psicologia ou da assistência social que também se dedicam ao estudo de pessoas em situação de rua. Nesta oportunidade, nos debruçamos sobre a questão socioambiental tendo como elemento norteador a água que perpassa suas atividades do cotidiano e influencia as trajetórias. Destacamos a atribuição de valor e simbologia, tudo com o objetivo de, ao final, sugerirmos ações de políticas públicas includentes.

A análise das ações e dos processos sociais foi realizada à luz da interação recíproca entre a sociedade, natureza e Poder Público, considerando as opiniões, olhares e o aprendizado obtido durante:

- as entrevistas realizadas, considerando as representações e sentidos de mundo do interlocutor, anotadas durante as ‘caminhadas/andanças’ (acompanhamento das trajetórias diárias) junto das pessoas em situação de rua;
- a participação em trabalho voluntário (Posto de Rua Eurípedes Barsanulfo – 2002-2010) e,
- junto das atividades do projeto aprovado Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos – PROEX-UFSCar, denominado “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extra econômicas de vulnerabilidade⁴” que abordaremos no Capítulo 2 e seguintes.

Diante do contexto supra, este estudo teve por **objetivo central** descrever e analisar sociologicamente os conflitos sócio-ambientais decorrentes do processo da (des)territorialização de moradores de rua no Município de São Carlos-SP e das interações sociais cotidianas de afirmação e de negação da produção social do lugar pelo referido grupo e, por **objetivos específicos**:

a) descrever e analisar em que medida as práticas alternativas que as pessoas em situação de rua utilizam para o suprimento dos seus mínimos vitais tem relação com a sua trajetória com o meio rural.

⁴ (De Maio à Novembro de 2008) - **Programa:** 23112.000142/2000-05 – Orientação e Avaliação de Políticas Públicas para a Construção da Cidadania - Proc. 0142/2000-05.

b) descrever e analisar sociologicamente as formas de acesso e uso da água por parte dos moradores de rua no suprimento de suas necessidades vitais e sociais;

c) descrever e analisar a relação das pessoas em situação de rua com a natureza e com os animais domésticos, bem como aos cuidados mútuos entre os homens e os animais ao que se refere ao alimento, segurança, companhia, etc.

Para tanto, no Capítulo 2 intitulado “Situação de rua: produção social e permanência na vulnerabilidade extrema” iniciamos com breve caracterização das pessoas em situação de rua, inclusive demonstrando através dos extratos de entrevistas realizadas, quais são as subcategorias que moldam a compreensão deste heterogêneo grupo social. Avançamos discutindo sobre os conflitos da ordem social e os resultados da aplicação da política social em relação às pessoas em situação de rua. Identificamos a origem e a trajetória rural destes indivíduos que vivem no centro urbano apesar da crise pela necessidade de convivência diante das novas situações advindas pelo moderno desenvolvimento.

Com isso, as pessoas em situação de rua no Município de São Carlos se origina pelo fato de homens e mulheres possuidores de saberes rurais não mais encaixarem-se às exigências técnicas e científicas do mercado que modernizaram o mundo rural e incitaram a expulsão de trabalhadores e pequenos proprietários fazendo com que as migrações e a vida nas ruas sejam o resultado da própria sociedade como um todo. Disso resulta que a culpabilização pelo viver nas ruas recaia exclusivamente sobre o grupo social que, sem acesso, é impedido de vocalizar e participar das formulações de políticas públicas afirmativas e includentes.

O Capítulo 3: “Conflitos socioambientais e as pessoas em situação de rua” traz informações sobre em que medida esta população que vive em vulnerabilidade extrema pelo processo diário de desterritorialização usa a resiliência para readaptação diária em suas trajetórias nos fixos e fluxos da cidade moderna, tendo como fator limitador e norteador, os conflitos socioambientais relacionados ao acesso à água, posto que, segundo Cândido (1964, p. 13) “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das reações culturais desenvolvidas sob o estímulo das necessidades básicas”.

Abordamos ainda a questão da indiferença e das várias formas de violências experimentadas pelos moradores de rua.

O quarto Capítulo intitulado “A água e os saberes ambientais das pessoas em situação de rua” aponta a sua relação com o meio ambiente, tais como chuva, abrigo, dessedentação, higiene, lazer, imagens da água, fauna, flora e lixo.

Procuramos localizar aspectos da rotina diária e dos seus meios de vida da população em situação de vulnerabilidade extrema, considerando não apenas como um tema sociológico, mas principalmente como um problema social que deve ser tido em consideração quando das decisões de políticas públicas capazes de abranger a cidade como um todo.

1.1 Da metodologia aplicada

À medida que o grupo de análise vem de uma trajetória sócio-histórica de negação de si pelo 'outro', sua resistência em aceitar o contato com desconhecidos para coleta de material de pesquisa é compreensível.

Escorel (1999, p. 73) destaca que “o clima das ruas é de incerteza e a desconfiança é um dos suportes básicos das interações deste grupo”. Afirma que existem obstáculos de contato pelo pesquisador representar *perigo* como os policiais, por exemplo, ou ainda, instigar a dúvida sobre os reais motivos que, de uma hora para outra, o pesquisador passou a ter interesse por quem até então sempre foi invisível?

Assim, como forma de iniciar contato e interação para fins de coletas de dados primários, foram utilizados dois caminhos, a saber:

- A experiência da pesquisadora com trabalhos voluntários junto ao grupo em estudo entre 2002 à 2010, foi como ela se fez conhecer primeiro como pessoa humana e que tem interesse em ouvir a vocalização do sofrimento do grupo social, para depois se distinguir no papel de cientista e conseguir a autorização e uma base confiança para que pudéssemos, então, atuar na coleta de dados primários e,
- Abertura/autorização para realizar a pesquisa utilizando-se de oportunidades em que as pessoas em situação de rua estavam congregada na Prefeitura Municipal, junto aos programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social (CREAS-

Centro de Referência de Assistência Social) e, depois, em outro contexto de pesquisa acadêmica junto a UFSCar-PROEX.

Durante as entrevistas foi corrente a preocupação dos entrevistados em não permitir constar o próprio nome nos roteiros de entrevistas ou indicar os locais das atividades do cotidiano com medo de 'represálias'. Com isso, em respeito aos pedidos formulados no intuito de evitar qualquer tipo de perseguição, nos abstermos de citar nomes e lugares.

O Brasil, apesar de possuir um padrão de produção, renda e consumo compatível ao dos países desenvolvidos, grande parte da população possui condições lastimáveis similares às daquelas dos países mais pobres do mundo. Utilizando a reflexão de Abranches (1985, p. 11), é como se no Brasil houvesse dois 'brazis': um pequeno e desenvolvido país europeu e outro país pobre, aprisionado à necessidade diária de sobrevivência do povo.

É para este país pobre, ainda em desenvolvimento que as presentes reflexões possam contribuir no estreitamento dos laços entre as pessoas em situação de rua e a sociedade em geral, bem como que os velhos paradigmas possam ser desconstituídos e reconsiderados sob um olhar humano e social.

2 SITUAÇÃO DE RUA: PRODUÇÃO SOCIAL E PERMANÊNCIA NA VULNERABILIDADE EXTREMA

Eles são os mais destituídos e degradados
de todos os sem-teto.
(Snow; Anderson, 1998, p. 71)

Antes de adentrarmos nas razões da produção social das pessoas em situação de rua no Brasil e da permanência do grupo em situações de vulnerabilidade extrema, é oportuno discorrer sobre as características destes homens e mulheres que enfrentam diariamente as condições de desabrigo e, conseqüentemente, experimentam situações de risco pela exposição diária no espaço urbano, tais como a chuva, o frio, o calor, as doenças e as restrições alimentares, isso sem falar na violência, invisibilidade e descrédito social.

Conceituar esse grupo social que “escancarou a inexistência de condições de sobrevivência” (NEVES, 1995) revela uma dificuldade inicial que é a de definir, em poucas palavras, uma diversidade de pessoas, motivos, histórias, memórias e trajetórias unidas pelas características comuns do desabrigo, pelo desatendimento no espaço público e pela precariedade do sobreviver nas ruas.

Mattos (2006) esclarece que a compreensão do grupo começa pela correta denominação: *peças em situação de rua*. Ao contrário do que a sociedade estigmatizou como mendigos, andarilhos, pedintes e outros nomes de cunho pejorativo, colocá-los como *peças* retira o caráter desumanizador, atribuindo valores e determinando os direitos de que são portadores. Em relação a *situação de rua*, o caráter transitório e passageiro da condição social (p. 40) é que deve ser

ressaltado, negando-se a condenação definitiva e perpétua do *estar na rua*. ‘Situação’ revela uma construção social de pessoas em um determinado lugar, no presente caso, a rua, único local de permanência permitida, mas de fixabilidade restringível na sociedade.

Magni (1994) prefere a terminologia ‘de nômades urbanos’, no sentido positivo da fluidez no espaço urbano e não no sentido negativo de *losers* que nada lhes restou, nem mesmo a casa. A sociedade edificada - que vive em residências - custa a compreender e/ou respeitar pessoas que vivem nas ruas pelo fato de terem como único parâmetro de atribuição de valor, significado e normalidade a estrutura das suas casas e, por tal razão, negam a existência e limitam a permanência daquelas destituídas do privado no espaço público.

O fenômeno urbano global da *situação de rua* apresenta características múltiplas, tais como as famílias que vivem nas ruas da cidade de Brasília (devido a migração nordestina) (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997), ou as pessoas solitárias nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (ESCOREL, 1999), ou ainda as mães solteiras de Worcester, Massachusetts–USA, mulheres sozinhas que não conseguem manter a si e seus filhos com a renda de pequenos serviços e sem receber qualquer ajuda governamental, acabam por viver nas ruas (BASSUK et al., 1996), demonstrando, com isso, a heterogeneidade desta população.

É comum o entendimento de que as situações de rua são motivadas de forma idêntica, ou seja, preguiça e contrariedade das normas sociais. Para desconstituir o imaginário social de que estas pessoas estariam nas ruas por opção, é preciso detida análise das reais causas motivadoras e iniciais da situação de rua.

São muitas as razões que levam o indivíduo a viver em situação de rua. Ressaltamos a pluralidade das razões e a singularidade do indivíduo que, excluído de seus direitos e do progresso, (sobre)vive em meio a precariedade. Vejamos alguns exemplos:

- Migrações (em busca de trabalho) ou expulsões das origens;
- Mudanças Econômicas e/ou Institucionais;
- Desemprego;
- Desarranjos familiares;
- Doenças mentais.
- Questões ambientais (desastres ambientais como enchentes, deslizamentos de encostas);

Muitos trabalhos abordam o tema sob os aspectos acima elencados⁸, mas o objetivo do presente trabalho é analisar a população em situação de rua sob o viés do meio ambiente a que se refere os conflitos socioambientais experimentados no meio urbano, bem como analisar como o acesso à água doce influencia nas atividades e interações do cotidiano.

Durante o contato de 08 (oito) anos da pesquisadora com a população de rua do Município de São Carlos-SP junto a um trabalho voluntário (Posto de Rua 'Eurípedes Barsanulfo'), encontramos homens e mulheres portadores de habilidades profissionais reconhecidas pela sociedade mas não esperadas de serem atributos das pessoas em situação de rua (JUSTINIANO, 2003)⁹, tais como advogados,

⁸ Sugerimos a consulta no sítio eletrônico: <<http://debaterua.atspace.com/bibliografia/bibliografia.htm>> que traz vasta literatura de livros, teses, dissertações e artigos sobre a população em situação de rua. Acesso em: 30 out. 2007.

⁹ Em Agosto de 2003, no seminário internacional: "Rompendo a barreira da exclusão: populações de rua e políticas públicas", realizado pela Faculdade de Saúde Pública da USP, o Secretário da

físicos ou professores, assim como pedreiros, marceneiros, ajudantes gerais, rurais, fato que demonstra que a situação de rua atinge todas as classes sociais, o que nos leva a considerar que na grande maioria dos casos os fatores econômicos e sociais são os que mais deflagram o início da vida das ruas e determinam a permanência desta condição.

Pessoas em situação de rua é *gênero* que possui variadas *espécies* (subcategorias). A literatura sobre o tema traz diversas definições que comungam do mesmo entendimento (MATTOS, 2006; NEVES 1983, 1999), mas nesta pesquisa destacamos o clássico trabalho realizado por Snow e Anderson (1998):

QUADRO 1 – Subcategorias das pessoas em situação de rua

RECÉM DESLOCADOS	Indivíduos que vão para as ruas pela primeira vez; têm medo e não sabem como sobreviverão. A vocalização é repleta de planos de sair da rua. São os que mais procuram emprego e repudiam a identidade social da pessoa de rua, necessitando demonstrar que são diferentes daqueles com os quais são vistos.
VACILANTES	<p>Se o esforço em sair da situação de rua é mal sucedido, há mudança na sua orientação e no seu comportamento. Situam-se entre a posição de domiciliado e posição de rua, mas há um aumento da familiaridade com a situação de rua. Diminuem os planos em sair da condição de rua.</p> <p>VACILANTES REGULARES: se encontram na situação de ambiguidade acima descrita e logo encontrarão uma forma de sair da condição de rua ou vão se deixar levar para o status de <i>outsider</i>, ancorando sua vida em situação de rua.</p> <p>VACILANTES INSTITUCIONALMENTE ADAPTADOS: estado de transição que congela o indivíduo temporariamente entre os dois mundos (residente e rua), mas ainda experimentam (de maneira mais tênue) a situação de rua, posto que durante o dia conseguem algum trabalho, mas que ainda resta insuficiente para lhe dar independência e condição de residência. Para Mattos (2006) são os <i>albergados</i>.</p> <p>OUTSIDERS: Indivíduos recém deslocados podem se deixar levar pela vida na rua, voltando suas atenções cognitivas (atribuições de significados) voltadas à sobrevivência nas ruas. Surgem variadas identidades e o discurso de sair da condição de rua torna-se raro.</p>

Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo, Marcio Pochman, enfatizou que existe hoje um novo tipo de morador de rua, formado por pessoas que já tiveram carteira de trabalho assinada, foram chefes de família e são brancos: “Não é difícil também encontrar pessoas que falam uma segunda língua ou que têm diploma universitário”.

OUTSIDERS

Passado e futuro se aniquilaram no presente. Subdividem-se em *ANDARILHOS, MENDIGOS E DOENTES MENTAIS*.

ANDARILHOS: Indivíduos com características migratórias e padronizadas. Forte senso de independência e autocontrole que leva a desprezar os novatos que desconhecem as regras da vida na rua. O álcool é central na vida destes indivíduos, mas em menor grau do que na vida dos 'mendigos'. Resignados com a vida nas ruas e tendem a não olhar para frente, para uma vida além das ruas. Sua aceitação da vida de rua frequentemente se reflete numa tendência a se desfazer de seus nomes de batismo em favor dos nomes de rua.

ANDARILHOS TRADICIONAIS: seu meio de subsistência é o trabalho remunerado e as viagens são determinadas por variações sazonais e regionais nos mercados de trabalho. Mattos (2006) e Neves (1983) diferenciam os *andarilhos* dos *trecheiros*. Os primeiros não possuem vínculo com um lugar específico e os destinos são escolhidos de maneira aleatória, enquanto que os segundos determinam os seus destinos conforme as já conhecidas ou almejadas oportunidades de trabalho ou de assistencialismo.

ANDARILHOS HIPPIES: Indivíduos que se identificam com os valores da contracultura e com os heróis do rock da década de 60. Vivem no presente, mas com um olho no passado, não no futuro. Snow e Anderson (1998) descrevem que em Austin-EUA, estes indivíduos vendem drogas e o álcool é central em suas vidas.

MENDIGOS: Indivíduos de imagem estereotipada do não trabalhador, não migrante e do alcoólico crônico. Em São Carlos, nenhum dos entrevistados se rotulam como 'mendigos', mas em contrapartida, alguns são apontados pelos companheiros como tal.

MENDIGOS TRADICIONAIS: indivíduos dependentes do álcool e que raramente se envolvem em trabalho remunerado. Isso ocorre não porque são preguiçosos, mas porque se tornaram indiferentes ou porque estão fisicamente debilitados devido a anos de vida dura e muita bebida. Sobrevivem graças uma combinação de mendicância, catação de lixo, caridade e apoio da assistência social. Parecem resignados com esse estilo de vida e vivem apenas o presente porque sabem que o futuro não lhes reserva nada diferente do que o hoje. Neves (1983) diferencia a figura do *mendigo* com a do *pedinte*, sendo o primeiro, aquele que sobrevive exclusivamente da mendicância e o segundo, que ameniza a situação de penúria com a ajuda que eventualmente recebe.

DOENTES MENTAIS: Nesta subcategoria não são incluídos nem os usuários de substâncias, nem os depressivos, mas sim, aqueles que dão alguma indicação de estarem severamente prejudicados do ponto de vista psiquiátrico dentro do contexto de vida de rua. Para Mattos (2006) são os *loucos de rua*.

Fonte: adaptado pela autora de Snow e Anderson (1998).

Como forma de exemplificação das subcategorias acima apontadas, o quadro a seguir contém extratos das entrevistas/contatos realizados entre 2008-2010:

QUADRO 2 – Extratos das entrevistas durante a pesquisa de campo: subcategorias

RECÉM DESLOCADOS

(Out/2009) Entrevistado que não se aproximava do trabalho voluntário onde dezenas de pessoas em situação de rua se agrupavam. Convidado ao se aproximar: *Oi, bom dia. Não, não, não sou mendigo não, Dona. Tô só olhando vocês trabalhar. Que bonito, viu.* Cerca de meia hora após, aproximou-se e perguntou se podia tomar a sopa “que estava por demais cheirosa”. Após minutos de conversa, contou que há poucos dias estava na rua devido ao recente desemprego de um frigorífico no município de São Carlos-SP. A cada instante, reafirmava: *Olha, eu não fico com eles aí, Deus me livre. Sou trabalhador, não sou mendigo não... É só eu receber da firma que eu vou conseguir pagar o aluguel de novo.*

VACILANTES

VACILANTES REGULARES: (Out/2009)

a. *Olha..tá difícil, viu....Eu tento, tento e não acho emprego. Se o patrão ainda mais souber que sô (sic) da rua, vixe, aí é que não tem jeito. Tenho que mentir, mas mentira tem perna curta, né.* (perguntado como tem sido viver em situação de rua) *Não é fácil... não ter casa é muito difícil, mas vou conseguir...só que agora eu continuo na rua...sabe Deus o que tá reservado pra mim;* **b.** *Nossa, já tentei de tudo, mas ninguém me dá emprego não...não sei se tem jeito* (perguntado como tem sido viver em situação de rua) *A gente acostuma, se vira e dá um jeito...acho bom mesmo eu me acostumar.*

VACILANTES INSTITUCIONALMENTE ADAPTADOS: (Fev/2009) *Eu fico no albergue agora (antes eu só podia ficar alguns dias) e aí eu consegui um emprego num sacolão [...] Precisa saber das regras do albergue e da Casa¹⁰ que aí dá pra levar na boa, sem encrenca. É até bom.*

OUTSIDERS

ANDARILHOS: (Jun/2008) *Sou daqui não, moça. Sou do mundo. Do mundo de meu Deus. Por onde já andei? Ih... com certeza andei mais que a senhora... Já fui em tanto lugar...conheci tanta gente.... Dá pra fazer muita coisa na rua, viu. A gente cresce e aprende muito [...] Esses aí (outros homens em situação de rua que estavam na mesma praça) não sabem de nada ainda da vida...acham de sabe, mas não sabe de nada. Dá pra ser muito trabalhador, dá pra ser honesto, dá pra se manter nas tradição, sabe? (Quais?) Ah, dos conselhos da mãe, do pai, do padre. Não é porque vivo na rua é que sou bandido não. Não nasci de chocadeira. Lembro de todos os conselho da mãe, mas às vezes a gente improvisa, né.[...] Bebo... na rua não tem jeito, mas não do jeito de ficar perdido, sem rumo. [...] Futuro? Vou pra onde meu coração me levá.*

ANDARILHOS TRADICIONAIS: (Jun/2008) *Eu rodo muito por aí, sim. Não peço esmola não, não sou desses daí (apontando alguns homens em situação de rua) [...] Na época de Corpus Christi eu vou pra Matão...lá tem trabalho na época do Corpus Christi.. de raspar vela das igrejas e no cemitério ...é muito turista, sabe? O cara de lá me conhece e me dá o trampo. O dinheiro dá pra uns tempo. Mas faço muita coisa de chapa e aí às vezes, acabo ficando por onde vou trabalhar, outras vezes*

¹⁰ CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Carlos-SP que atende a população em situação de rua de São Carlos. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2008/153046-prefeitura-garante-atendimento-a-moradores-de-rua-da-cidade.html>>. Acesso em: 14 out. 2008.

não. Mas não vou pra lugar caído, que eu sei que não tem trampo. Eu sou esperto.

ANDARILHOS HIPPIES: (Dez/2009) *Sou daqui de São Carlos, mesmo. Meus pais moram pra lá (aponta em direção a Vila Prado, em São Carlos - contato realizado no Centro de São Carlos) Gosto de ficar assim, na rua... tenho mais liberdade...Hoje eu to aqui, mas vou pra lá..venho pra cá...Você me conhece há quanto tempo? Uns 06 anos, né. Pois é. De vez em quando eu vou pra casa ver meu pai (minha mãe já morreu). Faço artesanato. Olha que bonito. Esse brinco aqui é de dente de macaco, mas não matei o macaco não (risos) ...Tava atropelado na BR, viu!. Em São Carlos, não identificamos esta característica como regra e sim, como exceção.*

MENDIGOS TRADICIONAIS: (Jan/2008) *Por que eu vivo assim? Porque não tem mais jeito não. Nem se eu quisesse. Minha vida não dá mais jeito [...] e aí eu faço o que posso, né.*

DOENTES MENTAIS: No campo de pesquisa, identificamos apenas 02 indivíduos em situação de rua que apresentavam comportamentos bizarros, fala desconexa com a realidade e extremamente fantasiosas. Um homem, com cerca de 50 anos de idade e uma mulher, aproximadamente com a mesma idade, de difícil aproximação e contato. Na tentativa, jogou água e correu atrás da autora.

Fonte: Autora. Pesquisa de Campo (2008-2010).

Neste trabalho a subcategoria ‘moradores de rua’ foi escolhida como foco de análise em razão do perfil dos envolvidos. Apesar de não incluída na classificação apresentada pelo Quadro 1, ela permeia àquelas descritas.

Moradores de rua referem-se à classe trabalhadora que, impossibilitada de vender a sua força de trabalho em virtude do desemprego, vai para a rua e acaba por ser desatendida em seus direitos sociais básicos, como a moradia, por exemplo (MATTOS, 2006). No dizer de Vieira, Bezerra e Rosa (1992) “trata-se de um segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia”. O próprio sentido do termo “morador de rua” revela uma ambiguidade: o morador (com o sentido do âmbito privado) e rua (no sentido do âmbito público).

Neste aspecto, podemos citar os *recicladores* (MATTOS, 2006; NEVES, 1999), pessoas em situação de rua que se valem da ‘catação do lixo’ como fonte de renda justamente por não encontrarem acesso ao mercado de trabalho.

Escolhemos a subcategoria dos moradores de rua por apresentar características próprias de coesão social interna, das quais salientamos três, a saber:

- a) possuem um vínculo mais duradouro com a cidade (a maioria das pessoas entrevistadas são naturais de São Carlos-SP), ao contrário dos andarilhos ou trecheiros que permanecem por certos e breves espaços de tempo em cada cidade;
- b) convivência e familiaridade que seus membros vão desenvolvendo uns com os outros e,
- c) interações peculiares com os fixos e fluxos da cidade por sua persistência no tecido urbano da cidade e que passa, progressivamente, a reconhecer os espaços acessíveis e os interditos no provimento da sua subsistência (GRANADO; VALENCIO, 2008).

Tendo em vista que as pessoas em situação de rua no Município de São Carlos, em quase sua totalidade enquadram-se na subcategoria de ‘moradores de rua’, passaremos a discorrer em que medida os conflitos na ordem política, social e ambiental influenciam em questões como o desemprego e a permanência nas ruas.

2.1 Produção política e social da situação de rua

A história do rápido desenvolvimento industrial no Brasil (1964-1984) foi cercada de rápidas taxas de crescimento que acabou gerando aumento no subemprego, agravando as desigualdades na distribuição de renda - já existentes - e aumentando a pobreza em partes da comunidade.

É certo que houve melhora nas condições de miséria (pobreza absoluta) de uma maneira geral, mas, infelizmente, os níveis de desigualdade (pobreza relativa) não acompanharam esta tendência, demonstrando que o desenvolvimento no Brasil pode ser qualificado como concentrador e socialmente perverso no seu conjunto (ABRANCHES, 1985). Esta perversidade é notada pelas grandes empresas que se interessam somente pela 'afluência', ou seja, preferem dedicar-se em apoiar programas de 'combate à pobreza' para que os pobres tenham mais dinheiro para movimentar o mercado, mantendo a riqueza onde hoje está. Assim, as grandes empresas não investem em ações faticamente redistributivas, capazes de efetivamente promover igualdade social em razão justamente por não ser interessante para o mercado econômico e para os próprios lucros.

As figuras abaixo foram adaptados para demonstrar que a ordem social privilegia o padrão de acumulação e que as forças envolvidas definem os enfrentamentos urgentes onde a política social deveria ser priorizada. O conflito na apuração daquilo que é justo e necessário acaba cedendo lugar a focos de aplicação pautados por critérios de mercado que não correspondem a realidade social, resultando em ações divorciadas do foco da destituição.

Vejamos:

FIGURA 1 – Conflitos da ordem social

Fonte: adaptada pela autora (Abranches, 1985, p. 50-51).

Percebemos que a política social aplicada no Brasil é permeada de desequilíbrios de distribuição que favorecem a acumulação ao invés do suprimento das reais necessidades coletivas.

Com isso, a destinação equivocada da política social gera problemas de integração entre cidadania, justiça social, distâncias sociais reais e os anseios individuais e/ou grupais que poderiam ser equilibrados se houvesse maior coordenação da questão econômica e política (ABRANCHES, 1985).

FIGURA 2 – Destinação equivocada da política social

Fonte: adaptada pela autora (Abranches, 1985, p. 50-51).

Mas o aspecto social não é o único que merece atenção: o cenário econômico e o político compõem a discussão, a saber: ao que se refere à questão econômica, seriam necessárias ações que visassem a erradicação da pobreza, distribuição igualitária de renda, mas que, muitas vezes, acabam sendo conflitantes entre si. Na seara política, a correlação entre as forças (poder x interesses predominantes) deveriam ser capazes de satisfazer a coletividade, mas infelizmente os mecanismos da produção política das desigualdades estão em margens opostas: de um lado existe um *conflito* negociado que tornaria possível reduzir os antagonismos existentes entre ricos e pobres, mas de outro existe o *poder* que aumenta os meios de quem mais possui em detrimento dos mais fracos (ABRANCHES, 1985).

O resultado desse sistema foi a produção de uma grande dívida social resgatada por milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que vivem em situações precárias de sobrevivência e de vulnerabilidade, dentre eles, o grupo social que expressa uma das pontas levadas ao limite da destituição engendrada por esta racionalidade excludente: as pessoas em situação de rua.

A pobreza mundial persiste nas pautas de discussões tanto entre os países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Embora no período entre 1990-2005 tenha diminuído o número de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares por dia, calcula-se que após a crise que impactou o mundo em 2008, haverá entre 55 e 90 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema (UNITED NATION MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS, 2009).

No Brasil, o quadro não é diferente. Apesar de existirem números que expressam uma tênue diminuição da pobreza (passou de 32,75% de pobres para 30% - dados do Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PORTAL ODM, 2009¹¹) pesquisas indicam que nas nove maiores regiões metropolitanas do Brasil, cresceu em 4,9% (quatro vírgula nove por cento) o número de pessoas vivendo com menos de meio salário mínimo no período de 2000 à 2007.

Os modernos parâmetros (ROCHA, 1996)¹² traçados para identificar os níveis de bem estar da população iniciam-se pela análise de renda. A linha de pobreza é delineada levando em consideração a alimentação (padrão de consumo) com o fim de indicar o valor de cesta básica (qualidade nutricional) visando “estabelecer a linha de pobreza a partir de estruturas de consumo observadas, cujo valor estaria associado ao mínimo necessário para que um indivíduo funcione adequadamente na referida sociedade” (ROCHA, 2000, p. 06). São analisadas, ainda, outras variáveis que não são diretamente dependentes da renda (necessidades não alimentares) para que seja demarcada a linha de pobreza com valores *per capita* para fazer face a todas as necessidades básicas (LOPES, 1993).

Abaixo da linha de pobreza que abrange todos aqueles que não atendem suas necessidades com alimentação (tendo em vista as recomendações nutricionais) e nem as demais necessidades como vestuário, educação, despesas pessoais e habitação (ESCOREL, 2006, p. 28), existe a linha de indigência (LI) que é calculada a partir da derivação da LP (linha de pobreza), sendo valores *per capita* que cobrem apenas gastos com alimentação (LOPES, 1993). Deve-se ainda

¹¹ O estudo foi feito nas nove regiões metropolitanas de: Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo.

¹² Rocha (1996) afirma que hodiernamente é o valor nutricional de uma cesta básica que orienta a metodologia para a delimitação das linhas de pobreza e indigência, ao contrário do passado onde se utilizava parâmetros de múltiplos de salário mínimo.

considerar que tais índices (LP e LI) são distintos entre as regiões metropolitanas e não metropolitanas (ROCHA, 2000).

Aqueles que vivem em situação de rua integram esta estatística. É um grupo que vive na linha de indigência, pois sequer conseguem atender satisfatoriamente às necessidades alimentares e mais, a destituição que experimentam é tamanha que nem ao menos possuem atendimento mínimo ao acesso à água potável, por exemplo.

Estima-se que no mundo todo existam milhares de pessoas em situação de rua. Mesmo nos países desenvolvidos e possuidores da faceta da virtude, como EUA, Japão e Itália, os problemas endógenos destas cidades se fazem presentes.

No Brasil, abril de 2008 foi marcado pelo primeiro Censo realizado em nível nacional (71 municípios), o “Sumário Executivo – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”, identificando 31.922 pessoas vivendo em situação de rua sob pontes, calçadas, túneis, becos, etc. Deste total, exclui-se grandes cidades como São Paulo (FIPE, 2003¹³), (ESPINELLI; CARAMANTI; CASTRO, 2010¹⁴) e Porto Alegre (RIO GRANDE DO SUL, 2008), que haviam realizado censos municipais.

O Município de São Carlos não fez parte da Pesquisa Nacional¹⁵. Este levantamento nacional identificou:

¹³ O censo do Município de São Paulo demonstrou que em 2000, eram 8.088 moradores de rua e em 2003, este número passou a ser de 10.399.

¹⁴ Na mesma pesquisa/reportagem, a cidade do Rio de Janeiro conta com quase 5.000 moradores de rua.

¹⁵ BRASIL, MDS, Sumário Executivo da Pesquisa sobre pessoas em situação de rua (2008, p.15) (rol adaptado pela autora).

- Predominância masculina: 82%;
- Faixa etária de 25 a 44 anos: 53%;
- Sabem ler e escrever: 75%
- Razões que levam a viver nas ruas:
 - Drogas e alcoolismo: 35%
 - Desemprego: 30%
 - Conflitos familiares: 29%
- Fazem apenas uma refeição por dia: 80%
- Consideram-se doentes: 30%
- Dormem na rua: 70%
- Dormem em instituições: 22%
- Local de higiene:
 - Rua: 33%
 - Albergues: 31%
 - Banheiros públicos: 14%

Os resultados obtidos no Sumário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social coadunam-se com àqueles auferidos no Município de São Carlos-SP, por meio de uma pesquisa realizada em setembro de 2007 pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Cidadania e de Assistência Social realizada junto à população de rua local (SÃO CARLOS, 2007). Constatou-se, na época, um número de 89 (oitenta e nove) indivíduos entre moradores de rua, albergados e trecheiros e andarilhos com as seguintes características:

- Predominância masculina: 84,3%;
- Faixa etária de 41 a 59 anos: 42,69%;
- Provenientes da Região Sudeste: 51,69%;
- Dependentes químicos: 64,04%;
- Possuem familiares no Município de São Carlos: 60,67%;
- Possuem ensino fundamental incompleto: 31,47%.

Nas entrevistas de campo realizadas no presente trabalho, entrevistamos 22 (vinte e dois) moradores de rua (atuais ou em situação institucional recente). Os dados iniciais estão demonstrados a seguir:

TABELA 1 – Dados gerais dos entrevistados em São Carlos

TOTAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS: 22 ENTREVISTADOS (21 HOMENS E 01 MULHER)				
ORIGEM	SÃO CARLOS	ESTADO DE SÃO PAULO		OUTROS
	54%	27,27%		18,18%
IDADE	ENTRE 17 - 39 ANOS		ENTRE 40 – 60 ANOS	
	55%		45%	
RELIGIÃO	CATÓLICO	ESPÍRITAS	EVANGÉLICOS	NÃO DECLARADO
	50%	27,27%	18,18%	13,63%
ESTADO CIVIL	SEPARADOS (DE FATO)	CASADOS (REGISTRO CIVIL)		SOLTEIROS
	77,27%	4,5%		31,81%
TEMPO EM SITUAÇÃO DE RUA	DE 0 A 1 ANO		DE 1 A 3 ANOS	
	9,09%		36,36%	
GRAU DE INSTRUÇÃO	ACIMA DE 3 ANOS			
	54,54%			
GRAU DE INSTRUÇÃO	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU COMPLETO	2º GRAU INCOMPLETO	NÍVEL SUPERIOR
	13,63%	40,90%	36,36%	4,5%
COR	NEGROS	PARDOS		BRANCOS
	22,72%	4,5%		72,72%
MOTIVO DO VIVER NAS RUAS	FAMILIAR	DESEMPREGO		DROGAS/ÁLCOOL
	36,36%	45,45%		18,18%

Fonte: Autora. Pesquisa de Campo (2008-2010).

Além das entrevistas visando os objetivos do presente estudo, foram ainda sistematizados todos os dados obtidos junto ao Projeto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, orientado e supervisionado pela Professora Dra. Norma Valencio, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos – PROEX-UFSCar, intitulado: “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas de vulnerabilidade” (descrito com mais profundidade a partir do item 2.3.1).

Inseridos na Tabela 1 supra, os dados obtidos em pesquisa de campo convergem quase em sua totalidade no mesmo sentido da pesquisa nacional (Sumário Executivo) e da pesquisa elaborada pela Prefeitura Municipal de São Carlos (2007). Apenas algumas informações divergiram, tais como os motivos que levaram ao ‘viver nas ruas’. O desemprego mostrou-se a causa mais atual, seguido de problemas familiares e vícios em geral.

Giddens (2005) destaca que as pessoas vivem nas ruas por terem sofrido desastres pessoais, normalmente, vários de uma única vez e que o processo de transformação de um indivíduo em um sem teto é raramente o resultado de uma sequência direta de ‘causa e efeito’, posto que as adversidades podem ocorrer rapidamente, uma após a outra, resultando em uma forte espiral decrescente.

Alguns extratos de entrevistas (pesquisa de campo) ratificam a afirmativa:

CAMPO (11.06.2009): Eu tinha família, trabalho, tudo. Eu trabalhava lá no ABC. Eu sou metalúrgico. [...] Fui mandado embora em 2004. Não consegui mais nada fixo, sabe... A mulher não aguentou e me largou. Levou os filhos. Fiquei sozinho (olhar ao longe). Larguei tudo. Tudinho. Catei um saco e to aí andando pelo mundo. [...] Já tentei arrumar emprego, mas quem vai dar emprego pra mim? Não dá. Ó. Não consegui nada até hoje. Nem sei se tem jeito.

CAMPO (13.04.2008): Eu sou vaqueiro lá no Mato Grosso, sempre fui. Mas aí o patrão vendeu a fazenda e os dono novo compraram umas máquina e eu não tenho estudo... (mostrou as mãos calejadas). Aí me falaram que aqui em São Paulo tinha emprego em fazenda pequena. Eu vim, mas não achei nada. O tempo foi passando, já to velho pra ser vaqueiro e eu to aqui nessa vida de cachorro. Lá os boi era melhor tratado que eu.

CAMPO (27.03.2008): É que eu sou viciado... (olhar para os lados) ... é o crack, sabe. (questionado sobre quanto tempo seria viciado) Um tempo aí...nem sei mais. (após a entrevistadora sentar ao seu lado para falar de outros assuntos, ele retoma o assunto – drogas, sem a entrevistadora ter tocado mais no assunto) Olha, vou contar a verdade, não tem porque mentir, né....Eu já te conheço faz um tempo

né (no Posto de Rua). Eu fui pra rua porque em casa não tinha mais jeito não. Lá era o inferno. Deus me livre de lá. Não vou nem contar o que eu passei lá, mas na rua é menos pior ... sabe Coisa de família é pior que frio e fome tem horas (perguntado porque falou que era por causa do crack). É que quando falo que eu tenho família, que já morei em casa, que eu tinha as coisa e que agora tô na rua, os caras (quem pergunta sobre os motivos) fica falando pra eu voltar lá... Ninguém sabe o que eu passei lá. Nada tava bom. Eu trabalhava, sabe... mas não tava bom pra eles... Eu era de burro, desgraçado e filho da pra baixo...(olhar para o chão). Só depois que comecei a beber.

CAMPO (08.02.2009): Eu to na rua faz um tempo, você sabe.... você lembra quando eu vi vocês da primeira vez, não lembra? (pesquisadora acena com a cabeça¹⁶). Então, foi nessa época. Eu sai de casa porque a minha mãe nunca foi minha mãe... Meu pai foi embora quando a gente era muito neném e minha mãe pôs pra dentro de casa uma cara aí. Quando eu tinha uns 10 anos, ele começou a me bulinar e eu contava pra mãe, mas ela não acreditava em mim não, falava que era invenção da minha cabeça. Quando ‘fiquei moça’ (eu tinha uns 12, 13 anos) ele começou a me ‘pegar’ e aí eu já engravidei dele pela primeira vez. Minha mãe me bateu, mas não deixou eu tirar a criança, mas ela não acreditou que foi ele. Me falou que eu era p... de nascença e que eu ficava com homens por aí. Tive o bebê com 14 ela deu pra adoção. Ele me ‘pegava’ sempre, mas não teve jeito, eu sou mirrada... olha..., sempre fui e engravidei de novo. Apanhei de novo da mãe que de novo não acreditou em mim. Aí eu dormia com uma faca do lado e um dia reagi. Não matei não, machuquei o braço dele, pulei a janela e fui embora, sem nada. Tô na rua até hoje. (questionada se sabe sobre o segundo filho) Uma vizinha me contou que minha mãe deu pra adoção de novo. (Choro).

¹⁶ Pedimos autorização para utilizar este depoimento da autora como nota de rodapé em primeira pessoa do singular: “Apenas acenei com a cabeça concordando com a lembrança porque no dia que a encontrei (jun/2003) numa praça, a entrevistada havida sido estuprada por vários homens na noite anterior, não conseguia andar, estava muito machucada e precisou de cuidados médicos urgentes. Os voluntários do Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo” chamaram o SAMU que prontamente atendeu e a encaminhou ao hospital. Uma semana depois, encontrei Letícia em outra praça e quando questionada se havia noticiado o crime à polícia, Letícia afirmou que não adiantava, porque não tinha sido gente que vivia na rua que fez aquilo com ela, mas sim, ‘filhinhos de papai’ e o que a palavra dela valia na história? Letícia tem 22 anos de idade”.

O Município de São Carlos-SP possui 212.956 habitantes e apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM = 0,841) acima do índice estadual (IDH-SP = 0,814) (IBGE, 2007¹⁷), e apesar de ser reconhecida como grande centro tecnológico, problemas sociais locais se fazem notar. O município foi constituído de maneira desordenada, dentro e fora da rede urbana já existente por conta dos interesses do mercado imobiliário, sem considerar os aspectos ambientais das formas correntes de ocupação do território (VALENCIO et al., 2004). Do ponto de vista do ambiente físico, São Carlos tem problemas como baixa cobertura vegetal, falta de proteção e ocupação humana em áreas de mananciais.

A virtude da cidade exige mecanismos (acordos tácitos) para escamotear a 'outra' cidade. De virtuosa cidade da tecnologia aos problemas supracitados, encontramos no bojo de práticas e conflitos sociais, as pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo em que o lugar deixa aparente a existência de um grupo social incapaz de ter seu ambiente privado e de reproduzir sua familiaridade, o grupo é a síntese da degradação ambiental, pois são obrigados a conviverem com os problemas ambientais, já que é do lixo da cidade que vão encontrar sua fonte de renda e buscar sobrevivência; é da ausência de acesso a água no espaço público que se limitará o processo de dessedentação, higiene, etc., e são por essas razões que falar no cotidiano da população em situação de rua é falar de problemas socioambientais de produção político-social.

¹⁷ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *In*: Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. **Estimativa das Pessoas Residentes, em 1º de abril de 2007, 128 Municípios e DF**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/municipios_estimados_2007.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2008.

2.2 Modernidade: crise e permanência

As consequências da modernidade, tais como novos estilos e costumes, estão cada vez mais acentuadas e universalizadas. As bases da sociedade industrial estão sendo adaptadas a novos processos de transformação e, ao se depararem com essa nova realidade, muitos acabam por valorizar ainda mais os costumes antigos da sociedade industrial diante das incertezas criadas pelo futuro.

O confronto entre as certezas adquiridas e as novas formas sociais confere à modernização um caráter reflexivo (GUIDDENS, 1991), provocando modificações e análises das práticas sociais conforme as novas informações. A modernidade oferece maior segurança às pessoas em comparação ao período pré-moderno no que tange a proteção contra os perigos desde então conhecidos, mas, proporcionalmente, os riscos gerados pelo desenvolvimento inovam quanto ao sentimento de insegurança diante do novo enfrentamento.

A modernização reflexiva (no sentido de autoconfrontação) pode trazer consequências opostas ao desenvolvimento, tais como crises econômicas, pobreza das massas, crises ecológicas, demonstrando a obsolescência da sociedade industrial e a emergência da sociedade de risco. Seja na consideração das novas ameaças produzidas apenas como riscos residuais ou na produção incontrolável dos riscos pelas instituições da sociedade industrial, o fato é que as ações e decisões ainda são tomadas tendo como base o velho padrão da sociedade industrial, demonstrando a continuidade dos processos de modernização e a dinâmica da natureza dos conflitos na sociedade de risco (BECK, 1997).

Na tentativa de redeterminação dos padrões até então desconhecidos (responsabilidade e controle de danos, por exemplo), surge a incerteza diante das novas situações advindas pelo desenvolvimento e, enquanto forem encaradas como contrárias a base de conhecimento existente (sociedade industrial), os efeitos de destruição permanecerão irreconhecíveis. Admitir e reconhecer a sociedade de risco exige uma auto reflexão em relação às bases da coesão social, bem como o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da 'racionalidade' (BECK, 1997, p. 19).

Não queremos com isso, afirmar que pessoas em situação de rua seja um fenômeno apenas 'moderno'. Desde épocas medievais, a pobreza e as pessoas que nada possuíam e perambulavam pelas ruas eram, muitas das vezes, atendidas pela caridade religiosa. Ocorre que o grupo social em estudo possui hoje, novas características de produção consentâneas com a modernidade, formado por indivíduos com características distintas do pretérito.

O grupo social das pessoas que vivem em situação de rua é um fenômeno em escala global. Países desenvolvidos ou não, produzem esse contingente de homens e mulheres que tem no desemprego, na política social aplicada de maneira divorciada das necessidades sociais ou na falta de qualificação técnica para serem inseridos no exigente mercado de trabalho, por exemplo, como causas motivadoras da situação de rua.

Diante dessa moderna produção social, o grupo é compreendido inicialmente como desconhecido e, segundo Bauman (1999), o *desconhecido* não é tolerado pela sociedade porque esta necessita desesperadamente da 'classificação'. A figura do morador de rua, indivíduo cujo julgamento social é o da preguiça e da

vagabundagem, contraria tudo aquilo classificado como conduta do homem médio e por isso é que a situação de rua é considerada como um *risco*, indeterminado e ambíguo. Diante disso, o desconhecimento ante o novo gera a insegurança diante daquilo reconhecido apenas como um risco moderno.

2.3 Do meio ambiente ao desemprego: recursos naturais como fonte de interesse para os grandes investimentos

Na grande maioria dos casos o ‘viver na rua’ deve-se ao fato do desemprego, desigualdade econômica advinda do mal direcionamento de aplicação das políticas sociais, falta de oportunidade de inclusão pelo trabalho dessa massa que sobrevive abaixo da linha de indigência. Com isso, sob um viés socioambiental, torna-se relevante discorrer sobre esta raiz motivadora da situação de rua sob o enfoque da modernidade e da exploração por grandes empresas ávidas por recursos naturais, mas absolutamente despreocupadas com o fator humano envolvido neste conflito e que, no Município de São Carlos, revela característica peculiar.

Para tanto, necessário se faz discorrer sobre a questão do meio técnico e científico em relação ao ambiente.

A evolução do meio técnico (produção social) para o meio técnico científico (aplicação da ciência no processo produtivo) ocorre a partir da circulação de capital e do avanço do trabalho intelectual. A dependência de grandes investimentos - por grandes empresas – leva a urbanização a um novo patamar de desenvolvimento e, via de consequência, desenvolve a terciarização da economia

(aumento do subemprego) e do próprio trabalho, proporcionando um aumento paralelo dos capitais fixos e fluxos.

Atualmente todos os espaços estão permeados entre produção e consumo, tanto no meio urbano quanto no meio rural. O aproveitamento do território bem como a urbanização é norteado pelas possíveis aplicações das técnicas científicas, ficando em segundo plano as condições naturais (produções locais). Resultado: onde existe um aumento de capitais fixos, aumenta a necessidade de insumos científicos e, proporcionalmente, percebe-se a redução da quantidade de oferta de trabalho (SANTOS, 1992).

A influência econômica faz com que o espaço seja utilizado de acordo com viabilidades econômicas necessárias à instalação de atividades produtivas dependendo de cada lugar. Grandes empresas transnacionais buscam em frações de espaços (geralmente subdesenvolvidos e ainda dependentes) valores de uso que possam lhes proporcionar valores de troca, deixando de lado outros espaços que entendem não serem interessantes. O conhecimento produzido nestes locais será valorizado nos países desenvolvidos que depois, venderão com uma nova roupagem àqueles países que originariamente proporcionaram a descoberta técnica científica. (SANTOS, 1992). A economia local fica refém da escolha e do investimento destas grandes empresas que influencia e é interligada com várias outras instâncias.

Essa dependência econômica no sentido de que o desenvolvimento alcançará espaços que possam fornecer valores de troca e sejam aptos às instalações das empresas transnacionais gera “uma separação geográfica entre o investidor e o meio onde o investimento se dá, com as múltiplas consequências

dessa separação” (SANTOS, 1992, p. 45), posto ser o meio não apenas local de fonte de recursos, mas também, local repleto de sentidos socioculturais que, quando confrontados, acabam por gerar conflitos (sociais e ambientais).

Grandes corporações agem com essa impessoalidade visando sempre o lucro, sem se importarem com os efeitos prejudiciais em grande escala que causam no ambiente e na população envolvida. Uma, dentre muitas das consequências da separação entre investimento e meio é a expulsão da população local do território que habitavam, pois não mais encontram campo para exercerem suas habilidades e suas atividades desenvolvidas com interação do meio, que já não mais existe disponível como antes da exploração das condições naturais locais.

2.3.1 A exploração ambiental como forma de expulsão do fator humano tradicional: a trajetória rural do morador de rua de São Carlos-SP

Os trabalhadores e/ou proprietários de terras que nascem, vivem e/ou possuem sua história nas localidades exploradas pelas grandes empresas, são dotados de habilidades profissionais desenvolvidas pelos recursos ali existentes até então, e que são suficientes para as atividades que desempenham. Os grandes investidores procuram espaços com fontes de recursos naturais suficientes e interessantes aos seus planos de desenvolvimento de produção de riqueza, mas os locais escolhidos geralmente são subdesenvolvidos quanto à qualificação profissional da população ali envolvida.

A carência técnica e científica de trabalhadores qualificados faz com que os tradicionais habitantes não tenham alternativas de campo e de emprego para sua sobrevivência e de sua família. Procurar novos espaços é a única saída, já que essa mão de obra será substituída por outra estranha ao lugar, porém habilitada para o trabalho técnico e/ou científico. Estamos falando em migrações.

A identificação deste aspecto teórico no Município de São Carlos aconteceu no primeiro semestre de 2008, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos – PROEX-UFSCar, aprovou o projeto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar que, em conjunto com parceiros externos (Secretaria de Cidadania e Assistência Social da Prefeitura de São Carlos e o Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo”) e sob a orientação e supervisão da Professora Dra. Norma Valencio, elaborou atividades participativas com o grupo vulnerável, objetivando vocalizar suas necessidades e dar visibilidade da sua condição atual.

O projeto “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas de vulnerabilidade” foi fragmentado em três blocos (temas) de trabalho¹⁸:

- A.** O entendimento de si como sujeitos de direitos;
- B.** A centralidade do trabalho na vida social e

¹⁸ No Anexo do presente trabalho consta a íntegra da programação do projeto aprovado pela PROEX/UFSCar e orientado e supervisionado pela Professora Dra. Norma Valencio (nota da autora).

- C. A riqueza do conhecimento empírico na interpretação ambiental: a pessoa em situação de rua e o seu potencial de prestação de serviços ambientais no Município de São Carlos-SP.

Na segunda atividade do primeiro bloco de trabalho (Tema “A”) intitulada: “Origem e trajetória: raiz, caminhos, buscas e percalços, horizontes” foi realizado um teatro de bonecos, cujo roteiro foi construído através dos depoimentos de vários moradores de rua, onde a encenação objetivava identificar, primeiramente, a ‘naturalidade’ (origem) e traçar as trajetórias percorridas por aqueles moradores de rua, homens e mulheres com habilidades, na maioria das vezes rurais (92%) e que migraram de suas cidades ou do meio rural para o urbano por aqueles territórios terem sido ‘escolhidos’ por empresas cuja atividade não absorveu a mão de obra local, trabalhadores que acabaram por trilhar a lógica da migração do meio rural para o urbano.

IMAGEM 1. Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “A”: O entendimento de si como sujeitos de direitos. Atividade “2”: Origem e Trajetória: raiz, caminhos, buscas, percalços, horizontes (13.04.2008). Nas fotos acima, três momentos de realização da atividade: montagem, encenação e discussão em grupo.

Os dados foram sistematizados na tabela a seguir¹⁹:

TABELA 2 – Origem das pessoas em situação de rua (Projeto PROEX/UFSCar: “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas de vulnerabilidade”).

ORIGEM (ESTADO)	DESCRIÇÃO (MUNICÍPIOS E HABILIDADES ORIGINAIS)	NÚMEROS
SP	SÃO CARLOS (Laranja, café, cana, pedreiro)	12
SP - MG	BEBEDOURO, BROTAS, JABOTICABAL, RIBEIRÃO BONITO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SALTO GRANDE (Laranja, café, cana, serviços gerais)	ARAGUARI, ARAXÁ (Café, cozinheiro)
MS - RS	APARECIDA DO TABOADO (Gado)	PELOTAS (Arroz)
BOLÍVIA CHILE	ORURO – Bolívia (Mineração e pecuária) SANTIAGO – Chile (Mineração)	02

Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “A”: O entendimento de si como sujeitos de direitos. Atividade “2”: Origem e Trajetória: raiz, caminhos, buscas, percalços, horizontes (13.04.2008). Todas as informações sobre “Habilidades Originais” foram extraídas da própria fala dos entrevistados.

O Município de São Carlos hoje é conhecido como ‘capital da tecnologia’. A Universidade de São Paulo/USP e a Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar aqui sediadas fazem com que esta cidade tenha o maior número de doutores por metro quadrado do Brasil (1 para cada 200 habitantes (FAPESP, 2010), atraindo para este espaço principalmente empresas ligadas ao desenvolvimento técnico e científico.

¹⁹ Os dados colhidos nestas atividades (Tabela 2 e Quadro 4) são frutos do Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar, Os dados indicados no Quadro 5 referem-se ao conteúdo obtido em trabalho de campo (nota da autora).

No passado, este município possuía atividade primordialmente rural com seus conhecidos casarões de café, acompanhando a tendência das cidades do interior paulista. Com o passar dos anos e com o crescente progresso voltado agora a um novo foco de atividade, uma parcela da população habituada com as atividades e com a vida do campo não tiveram acesso à estes novos caminhos e às novas possibilidades de qualificação, impedindo de serem absorvidas pelo novo e exigente mercado de trabalho.

O resultado demonstrado na Tabela 2 demonstra que a maioria dos moradores de rua que vive no Município de São Carlos-SP possui habilidades rurais. O fato é que sendo natural da cidade de São Carlos ou não, as trajetórias encontradas na pesquisa de campo foram muito semelhantes. Essa população camponesa ou com cultura caipira chegou na cidade e nela não encontrou caminhos para o trabalho tradicional rural, situação que o Professor Milton Santos denomina de 'desculturalização', ou seja, quebra dos hábitos e das tradições que geram mudanças nas formas de relacionamento produzidas por muito tempo e que, inadvertidamente, precisam ser "substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem fundamento meramente mercantil" (SANTOS, 1992, p. 46).

A análise dos dados obtidos nas referidas atividades permitiu identificar interessante e peculiar perfil das pessoas que vivem em situação de rua no Município de São Carlos-SP: o indivíduo que traz consigo a cultura, valores e saberes de uma trajetória rural e aplica no seu cotidiano da vida urbana de rua aquilo que aprendeu junto com sua família numa época pretérita e rural. Diante da constatação de que na cidade de São Carlos inexistem moradores de rua que

nasceram em situação de rua²⁰ concluímos que todos os saberes aplicados como forma de sobrevivência nas ruas foram adquiridos junto da vida familiar e rural.

Estes indivíduos de origem comum compartilham vivências necessárias à adaptação no meio urbano desenvolvidas por meio de uma estrutura de resistência que resolvemos chamar de subcultura-limitada por dois motivos: primeiro porque não é um modo de vida escolhido, mas sim, entendido como uma situação imposta, sem alternativa de escolha, “um destino compartilhado e a determinação de se virar tão bem quanto possível” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 77) e, segundo, porque aqueles que nada possuem lançam mão apenas do material disponível na cidade, do resto, do *valioso* lixo urbano. O conceito ora formulado da subcultura-limitada deriva do conceito de *subcultura* trazido por Snow e Anderson (1998, p. 77) onde as diversas características (comportamental, artefatos produzidos e significados atribuídos às coisas e/ou situações) unidas, caracterizam o modo de vida de um conjunto de indivíduos e o distinguem de outros grupos ou agregados dentro de uma sociedade maior.

Mas qual conceito se subsume na identificação de trajetórias rurais dos moradores de rua da cidade de São Carlos? Utilizando dos ensinamentos de Cândido (1964, p. 7-8), identificamos dois tipos de cultura rural: a cultura rústica e a cultura caipira. Sintetizamos os dois conceitos no quadro abaixo:

²⁰ No curso da presente pesquisa, presenciamos a gravidez e o nascimento de um bebê cuja mãe, uma jovem de 18 anos, estava em situação de rua há cerca de 1 ano e meio. Segundo informações, após o parto o bebê permaneceu com os pais da jovem. Ela está de volta às ruas.

QUADRO 3 – A cultura rural

CULTURA RÚSTICA	CULTURA CAIPIRA
Tipo social e cultural, indicando o que é no Brasil o universo das culturas tradicionais do homem no campo (...) cultura camponesa.	Aspectos culturais (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial) e a desvantagem de restringir-se quase apenas pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista.

Fonte: Adaptado de Cândido (1964).

Ousamos arriscar que o morador de rua que vive no Município de São Carlos é possuidor de uma cultura caipira. Do total dos entrevistados, 81,27% (54% nascidos em São Carlos e 27,27% nascidos no Estado de São Paulo – Tabela 1) possuem um *capital cultural* (BOURDIEU, 1989), ou seja, possuem um conjunto de qualificações intelectuais transmitidas pela família - dentro de um contexto histórico do interior paulista e falaremos mais adiante sobre estas características da cultura caipira no cotidiano nas ruas.

2.3.2 Trabalho: a subqualificação como fator da permanência em situação de rua

Os trabalhadores técnicos-científicos possuem suas habilidades forjadas pela qualificação e estão acostumados com a inconstância dos territórios (mudança de cidade) em suas atividades profissionais para atenderem as necessidades do mercado. Entretanto, para aqueles outros que, sem alternativa de permanecer, tiveram que deixar para trás o espaço repleto de simbologias e significados, surgem dificuldades diante dessas novas relações (sociais, culturais,

econômicas e políticas) que terão que ser construídas à custa da inexperiência diante do progresso.

A consequência desse sistema para a população em situação de rua é a subqualificação, fator que impede o acesso ao mercado de trabalho, configurando bolsões de indivíduos pauperizados (DAVIS, 2006) nos centros das cidades e fazendo com que a permanência nas ruas seja cada vez mais crônica. Giddens (2005, p. 269) afirma que os indivíduos mais vulneráveis à falta de um lar são aqueles que vêm de da classe baixa trabalhadora, que não possuem experiências específicas em emprego ou têm renda muito baixa. “A falta de emprego por um longo período é indicador principal”.

Mas morar nas ruas não significa necessariamente perder os vínculos e as referências com o mundo do trabalho, mesmo que seja supérfluo ou desnecessário (ESCOREL, 1999, p. 263) na ótica da sociedade residente e do Poder Público.

O Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua concluiu que 70,9% dos entrevistados possuem atividade remunerada. O quadro a seguir sintetiza os dados da pesquisa relativo ao trabalho e renda das pessoas em situação de rua no Brasil:

QUADRO 4 – Síntese de dados sobre trabalho e renda das pessoas em situação de rua – Pesquisa Nacional - Sumário Executivo (MDS)

Apenas 15,7% pedem dinheiro
58,6% possuem uma profissão
Catador de Recicláveis, flanelinha, construção civil, limpeza são as atividades mais comuns

Fonte: Adaptado de Brasil (2008, p. 10).

Este resultado repetiu-se nos dados preliminares do novo censo decenal dos moradores de rua da cidade de São Paulo, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (MARTINS, 2010)²¹.

No segundo bloco de trabalho do Projeto da PROEX/UFScar (Tema “B”), a primeira atividade: “Identidade ocupacional: experiências, habilidades e disposição para reintegração no mundo do trabalho” procuramos identificar as habilidade desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua no Município de São Carlos-SP.

IMAGEM 2. Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A Centralidade do Trabalho na vida social. Atividade “1”: Identidade ocupacional: experiências, habilidades e disposição para reintegração no mundo do trabalho (22.05.2008). Nas fotos acima, dois momentos de realização da atividade: os próprios moradores de rua inserindo seus dados e discussão em grupo.

Vejamos:

²¹ Até a presente data, o censo ainda não foi publicado.

QUADRO 5 – Habilidades das pessoas em situação de rua (Projeto PROEX/UFSCar: “Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extraeconômicas de vulnerabilidade”).

HABILIDADE ATUAL	HABILIDADE A DESENVOLVER (sonhos profissionais)
Pintor de parede	Engenheiro ou se qualificar como pintor
Pintor de placas	Pescador
Jogador de futebol	Professor de Educação física
Pescador	Pescador
Auxiliar de cozinha	Arquitetura
Catador de laranja	Administrador de fazenda
Marcenaria	Empresário (marcenaria)
Faxineira	Professora ensino fundamental
Pedreiro	Mecânico
Pedreiro	Estudar plantas
Serviços gerais	Agronomia
Pedreiro	Caseiro de chácara
Linha de produção de fábrica	Trabalhar em fazenda grande
Ajudante de cozinha	Piloto de avião
Limpeza de terrenos	Artesanato
Operador de máquina	Voltar a estudar para aperfeiçoar
Doméstica	Cozinheira profissional
Babá	Ajudante em escola infantil
Artesão	Motorista
Tratorista	Técnico agropecuário

Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade 01: Identidade ocupacional: experiências, habilidade e disposição para reintegração no mundo do trabalho (25.05.2008).

Cumprе esclarecer que as respostas dos moradores de rua à pergunta: “O que você sabe fazer? Qual sua profissão?” na maioria dos casos foram feitas (respondidas) com base naquilo que atualmente cada indivíduo considerou como sua atividade profissional (recente). As respostas que demonstram sua origem de trajetória rural, em alguns casos foram deixadas para trás na compreensão de não mais ser possível exercer tal habilidade, apenas pelo fato de não encontrar oportunidade em atividades rurais.

Encontramos os seguintes depoimentos (dentre muitos que seguiram a mesma linha de expressão):

CAMPO (25.05.2008): Ah como eu queria uma chácara pra tomar conta. Eu sei mexer na terra, vivi a vida toda fazendo isso: vaca, galinha, roça, nadar no rio, puxar água do poço [...] Se eu arrumasse um emprego nisso, largava de ser pedreiro.

CAMPO (25.05.2008): Aqui não tem mais onde trabalhar na roça. Ir cortar cana eu não vou. Roça é outra coisa.

CAMPO: (25.05.2008): Lá onde eu morava era tudo muito mais simples (pausa)... se bem que mais simples que isso que eu vivo hoje...não dá, né (risos). Mas era diferente. Mexer com a terra é muito mais simples, mas é um simples com alegria, não essa loucura aí ó.

Através dos depoimentos, notamos que apesar de hoje os entrevistados que vivem pelas ruas da cidade de São Carlos não trabalharem com suas habilidades ligadas à terra, constatamos que praticamente 100% (cem por cento) dos entrevistados em situação de rua exercem atividade remunerada mas possuem baixos níveis de renda porque não conseguem acesso aos empregos modernos (ABRANCHES, 1984) e à qualificação exigida para tais atividades.

Assim, exercer atividade remunerada não implica em ter condições de deixar a vida nas ruas ou não fazê-lo por “recusa à disciplina e uma dedicação cega ao prazer, passíveis pela rejeição aos valores que supostamente estruturam a família e o trabalho regular” (NEVES, 1995, p. 80). Ele permanece em situação de rua por falta de oportunidade e acessibilidade.

Para que o homem em situação de rua seja considerado um ‘igual’, um cidadão, aos olhos dos *estabelecidos* (ELIAS; SCOTSON, 2000) a carteira profissional (CTPS) precisa estar assinada como forma de provar que são capazes de gerar riqueza à cidade e ao País. Nas palavras de Santos (1987), é a ‘cidadania

regulada', ou seja, valoração do homem baseado não em um código de valores, mas sim, num sistema de estratificação ocupacional, definido como norma legal.

Seria considerado cidadão apenas aquele trabalhador engajado na produção e cuja ocupação seja reconhecida e definida por lei. Surge a partir de então uma 'cidadania hierarquizada', cidadania embutida na profissão, onde os direitos dos cidadãos restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, legalmente reconhecido.

A população em situação de rua não se coaduna com aquilo determinado como 'norma' (carteira de trabalho) e, por isso, esses indivíduos são considerados "pré-cidadãos" estigmatizados como *desocupados*.

Entretanto, segundo o IBGE (2009), população desocupada são pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.) revelando que a população em situação de rua, por trabalhar, ainda que informalmente - mas diariamente em pequenos *bicos*, também compõe parte da população economicamente ativa.

Em todas as entrevistas realizadas, ouvimos repetidas vezes que apesar da procura por emprego, existem dificuldades preliminares que impedem a concorrência na vaga eventualmente encontrada, tais como falta de roupas limpas para a apresentação junto ao empregador, ferimentos e doenças visíveis pela falta de higiene (falta de acesso à água), falta de endereço fixo e telefone para indicar como contato e a falta de qualificação diante do novo padrão de industrialização que exige qualificações técnicas.

Isso revela que a falta de um fundo de capital e consumo, ou seja, valores suficientes para assegurar o local de descanso e dinheiro para a alimentação enquanto está na busca por trabalho, mostra que o morador de rua não possui condições de sustento e, por isso, vegeta na caridade. Por isso o termo “virar mendigo” não resulta de uma escolha, mas resulta de uma situação prolongada de desemprego que tenha dilapidado o seu fundo de consumo – casa, roupa e alimentos, aumentando cada vez mais a submissão do trabalhador às condições de exploração e adversidades de trabalho (NEVES, 1995, p. 89).

Para sobreviver, os moradores de rua precisam ‘*agilizar o lado*²²’ em atividades que lhes rendam o mínimo, consumindo as horas que poderiam ser aplicadas em estudo, qualificação ou cuidados com a saúde. Diante disso, não lhes sobram tempo e espaço para acumular os recursos a que, porventura, pudessem ter acesso (ABRANCHES, 1985) para serem tratados com igualdade diante das oportunidades. Apesar de toda dificuldade nas condições iniciais de luta, à eles são atribuídas a culpa pela condição que experimentam, ou seja, culpa de caráter individual, percebidas como vontade fraca (GOFFMAN, 1978) sem racionalizar nas reais condições de vida e luta dessa população excluída e marginalizada.

²² Diário de campo: 13.12.2008.

2.4 Vítimas passivas: culpabilização, vocalização e participação das pessoas em situação de rua nas questões socioambientais

“Quem é do Governo, mais que falar, deve ouvir”²³
Gilberto Carvalho
Chefe de Gabinete do Presidente Lula

Atribuir culpa ao outro é comportamento auto exonerativo da própria responsabilidade social, pois sempre é possível selecionar a partir da cadeia de eventos, uma instância do comportamento defensivo adversário e considerá-lo como o impulso oficial (BANDURA, 1990). Na visão da sociedade residente, as pessoas que vivem nas ruas, vítimas da produção social, seriam, ao menos em parte, responsáveis pela condição que experimentam.

Moradores de rua não são excluídos apenas socialmente e ambientalmente, mas sim, moralmente. A falta de conexão entre os grupos sociais (maiorias e minorias) piora o processo de exclusão moral no sentido de não gerar culpa (responsabilidade pelo excluído), mas, principalmente, não carecer de justificativas para a tomada de determinados comportamentos positivos e includentes, agindo tão somente conforme o seu próprio grupo acredita ser verdadeiro diante dos seus mitos sociais, comportamentos construídos pelas falas e ações de agentes públicos e pela sociedade em geral e que, de alguma forma, faz sentido (predisposição), tal como associar morador de rua ao lixo, a sujeira, a preguiça e a violência.

²³ In HECK, Selvino. **População em situação de rua e cidadania**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/artigo/populacao-em-situacao-de-rua-e-cidadania>>. Acesso em: 04 out. 2009.

Com isso, formam opiniões e atribuições sociais desconectadas da capacidade de reconhecer nestes indivíduos necessidades urgentes como fome, frio, insolação, doenças advindas pela falta de higiene (acesso à água), dessedentação e outras mais.

A cooperação não ocorre da noite para o dia: a questão da cidadania e toda a gama de comportamentos correlatos tais como a solidariedade e senso de justiça, acabam por serem re-significados, “negando-se consequências, e encobrendo-se a responsabilidade pelo dano, até que por fim se passa a culpar e a desumanizar a vítima” (CARDIA, 1994, p. 29). Um morador de rua cambaleando pela calçada nada significa senão o estigma do alcoólatra, sem considerar se existem rachaduras profundas nas solas dos pés que impedem a locomoção, ou se o indivíduo está doente, ou com fome ou com frio como inúmeras vezes pudemos presenciar.

Bandura (1990, p. 29, 31-32) descreve que a fuga das responsabilidades sociais e a busca pela ‘justificativa moral’ possui três características por parte do indivíduo que desumaniza a vítima:

- Afirma que inexistente alternativa de ação e que todo o possível foi realizado, deslocando as responsabilidades, reconstruindo significados como o real sentido da dignidade da pessoa humana ou a morte por exemplo;
- Utilização de rotulagens eufemísticas no intuito de alterar a natureza do dano, retirando a responsabilidade por ele;
- Contraste vantajoso com outras desumanidades.

Personalizar os efeitos danosos - sociais ou ambientais - enfrentados por outros também faz o seu próprio sofrimento muito mais saliente (BANDURA, 1990). Sem a desumanização do morador de rua seria insuportável 'maltratar pessoas humanizadas' sem arriscar a auto censura. Após a desumanização, as pessoas em situação de rua não são vistas como pessoas com sentimentos e esperanças mas, sim, como objetos em condições subumanas.

A tendência em compreender a injustiça como algo individual e não como coletivo insinuaria que as soluções também seriam individuais e não coletivas, como se as injustiças não fossem consequências de ações ou inações dos governantes, mas sim apenas seriam provocadas pelos próprios excluídos porque:

O grupo que exclui não está preocupado em tratar o outro com justiça ou que os outros sejam tratados por terceiros com justiça: está preocupado com as injustiças cometidas contra si próprio (CARDIA, 1994, p. 51).

Por isso é que a sociedade entende que o excluído mora na rua por opção, que "passa frio porque quer", "que passa sede porque quer", que "não trabalha porque não quer", "que não possui um teto porque não quer", como se a saída da situação de rua fosse uma atitude apenas individual e não coletiva, porque se assim não fosse, atrairia para si a responsabilidade de cooperar positivamente.

Existe uma grande diferença entre as vítimas de exclusão e aqueles que excluem, mas parece que só a primeira premissa é o que importa no sentido de justificar a distorção da responsabilidade individual e estatal para com os grupos minoritários que sofrem contínuas transgressões sociais, ambientais, morais e políticas.

Sob o enfoque do vitimizado, a culpabilização é tão convincente que os moradores de rua acreditam nesta caracterização degradante de si mesmos. A violência simbólica de Bordieu (1989) subsume-se à esta situação: uma classe que age com instrumentos que legitimam sua dominação sobre outra classe, impondo seu mundo social conforme os seus interesses, ignorando o conteúdo da classe dominada.

No convívio com moradores de rua notamos de forma nítida essa relação de forças, ou seja, a crença por parte dos moradores de rua de que a forma de vida que levam é de fato contrária do comportamento atribuído como normal pela sociedade, culminando em comportamentos que demonstram essa forma suprema de desapossamento (BOURDIEU, 2006): a vergonha da própria situação.

Utilizando-se dos ensinamentos de Goffman (1978), estes indivíduos assumem que a sua característica é distintiva ou imediatamente evidente agindo conforme as expectativas do *outro julgador*. Vejamos:

CAMPO (16.02.2008): Se você quiser ir embora, eu entendo. (Questionado porque falava isso para a autora, respondeu:) O que eles vão falar de você conversando comigo aqui na rua? Já vão pensar bobagem.

CAMPO (25.05.2009): A gente é da rua mesmo e por isso é que a gente procura lugar longe pra ficar quando pode, senão incomoda, né. Eu sei o meu lugar.

CAMPO (07.03.2010): Ora, se eu tomar banho e ficar limpinho, eles não vão acreditar que eu moro na rua. Eu posso ser assaltado se eu 'tiver' limpinho. Quem vai roubar um sujo dormindo aqui na rua?

Pela violência simbólica, a imposição de novo *habitus* (BOURDIEU, 1989) físicos ou simbólicos por parte da estrutura dominante em detrimento aos moradores de rua para fazer valer tudo aquilo que entende como correto, desvaloriza o comportamento dos vulneráveis para conseguir o sucesso das próprias atitudes na esperança de que aqueles se rendam e deixem de ser estranhos àquilo que o dominante não consegue classificar (BAUMAN, 1999).

A falta de responsabilidade social pela imposição do comportamento dominante àquele que vive em situação de rua, revela um mecanismo de conservação da ordem social no sentido de manter o dominado na categoria “que deve pertencer”.

Em pesquisa junto a um poço de abastecimento de água no centro da cidade (Figura 22), notamos que havia um chuveiro para que a população pudesse se refrescar após as atividades esportivas nas quadras ao lado. Enquanto parada, a pesquisadora foi abordada por um frequentador do local. Questionado sobre o chuveiro e os moradores de rua, respondeu:

CAMPO (25.05.2009): Não pode ter chuveiro aqui porque vivia com mendigo tomando banho de noite. As crianças brincando e eles tomando banho. Um horror. Achei bom que tirou. Eles que se virem, mas bem longe daqui, pra tomar banho, se é que eles tomam.

Desacreditados aos olhos da sociedade residente, o “fazer-se ouvir” para a pessoa em situação de rua, vocalizando sua importância, seus anseios e suas reivindicações é direito quase inacessível, pois na grande maioria das vezes são estigmatizados como pessoas desacreditadas de conteúdo válido.

Entendemos que a população em situação de rua não possui vocalização porque antes do próprio Poder Público e da sociedade reconhecê-los como sujeitos válidos de direitos e de importância, o grupo marginalizado não possui representação política organizada e presente pelos municípios brasileiros. Por motivos óbvios não há coesão política entre os moradores de rua: a inconstância de uma estrutura mínima de vida impede que o 'organizar-se politicamente' seja uma prioridade na vida destas pessoas.

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) nos últimos anos vem ganhando força na sua vocalização pelo apoio recebido de Universidades, da Pastoral de Rua e ONG's, conseguindo êxito na formulação de políticas públicas em benefício da população em situação de rua.

Comparado com alguns anos atrás, grandes passos foram dados:

- Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de rua (2008). Governo Federal. Brasília/DF;
- Sumário Executivo – Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília/DF;
- Inclusão na alínea 'k' do Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 ao determinar a integração de políticas sociais e de geração de emprego e renda para o combate da pobreza urbana, em especial de catadores de materiais recicláveis e população em situação de rua (BRASIL, 2010, p. 47).

Citado movimento teve início na capital de São Paulo e trabalha para se estender ao máximo possível, mas ainda encontram empecilhos de reconhecimento das suas normas e atuações tanto na sociedade quanto nas organizações públicas.

Em municípios do interior, por exemplo, inexitem quaisquer movimentos sociais de coalizão da população em situação de rua que tivessem força e fossem capazes de expor suas idéias e seus reclamos por serem portadores de direitos como todo cidadão. Com isso, as funções de organização local tendem a escapar das determinações dos centros de decisão longínquos e “estranhos às finalidades próprias da sociedade local” (SANTOS, 1992, p. 13)

No caso do Município de São Carlos o quadro se repete: os moradores de rua não possuem uma representatividade organizada capaz de vocalizar suas necessidades e, conseqüentemente, acabam por depender exclusivamente da vontade política local.

É fato que o Poder Público Municipal de São Carlos, desde 2007, incrementou o atendimento em prol das pessoas que vivem em situação de rua – como no atendimento do CREAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Carlos - mas outra situação bem diferente é o Poder Público dar credibilidade e legitimidade para que a cidadania possa ser exercida à esta parcela da população local.

Considerar a minoria é a chamada ‘virtude cívica’ citada por Maquiavel (2003), onde a representatividade deste grupo deve estar associada aos verdadeiros compromissos da coletividade, mas, infelizmente, o atendimento às demandas sociais não se concretizam baseadas nos direitos dos cidadãos, mas sim, através de

privilégios nas representações, proporcionando acesso àqueles que conseguem influenciar os centros de decisão com o poder que possuem (ABRANCHES, 1985, p. 12).

O mesmo autor destaca que a vontade política se manifesta através de forças sociais politicamente organizadas em interação com as lideranças que controlam a máquina estatal. Percebemos que atividades deste jaez ainda precisam de permeabilidade e de acessibilidade das instituições políticas.

Argumentando junto a um funcionário do Poder Legislativo Municipal (que taxativamente não permitiu a divulgação do seu nome para quaisquer fins) sobre a dificuldade de acessibilidade e credibilidade dos moradores de rua se fazerem ouvir, a resposta rápida e firme foi a de que “(...) este tipo de gente nem tem condição de pedir o que querem de verdade”. Já sob o prisma daquele que vive na rua:

CAMPO (08.02.2008): Um dia um cara aí (funcionário da Prefeitura Municipal) me tratou mal, ‘quinem’ bicho, porque eu queira me refrescar na torneira ali da praça Santa Cruz e ele não deixou. Naí eu falei pra ele que ia reclamar com o chefe dele e ele falou que eu não ia nem passar da porta.

CAMPO (19.04.2008): Já apanhei sem mais nem menos, só porque eu tava dormindo em frente ao banco. Falei que eu era gente e que ia denunciar, e sabe o que ele me falou: ‘Nem gente você é. O que é que tá querendo da vida?’.

O pré-julgamento realizado pela sociedade²⁴ que entende que a população em situação de rua não possui condições (culturais/mentais) de vocalizar

²⁴ A autora, durante 8 (oito) anos (2002-2010) de convivência semanal junto a população em situação de rua de São Carlos já presenciou incontáveis manifestações neste sentido, ou seja, pessoas que não compreendem as razões de existirem trabalhos voluntários e/ou ações públicas voltadas à população em situação de rua, por acreditarem ser a mais absoluta *perda de tempo* (nota da autora).

coordenadamente as reais necessidades desconsidera o fato de que apesar de não viverem nos ditames estabelecidos pela sociedade, não são respeitados por sua condição humana e, via de consequência não detêm meios de se fazerem representar e de pressionar os agentes políticos para obterem ações estatais mais setorializadas.

A pesquisa de campo demonstrou a questão da representatividade desta população sob o próprio enfoque:

CAMPO (17.01.2010): Nós fomos em São Paulo lá com a Prefeitura ver o Lula²⁵ (23.12.09). Nossa... tinha muita gente lá. Tudo organizado, tudo arrumadinho, né? (olhou para outros homens). Aqui a gente ainda é muito boca mole. Os cara acha que não vão mudar nada e aí não se mexe. Tá errado, mas será que resolve...??? (careta).

A discussão entre Poder Público e pessoas em situação de rua prescinde de verdadeiro interesse mas, muitas das vezes, a autoridade pública não viabiliza o diálogo, agindo com práticas de afastamento que calam qualquer possibilidade de explanação dos pontos de vista. Tal comportamento adia a “confrontação da verdade com o Outro” (VALENCIO, 2009b, pág. 06) e quem está em situação de vulnerabilidade acaba recebendo do Estado e/ou de instituições interessadas em eximir-se das constatações de concorrência pela desigualdade socioambiental, atitudes que mascaram a intenção de proteger-se. É o que Acserald (2006, p. 5) chama de ‘retórica transferencial’: alega-se preocupação com a

²⁵ A Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Carlos promoveu a ida de alguns moradores de rua que participam das atividades da ‘casa’ (como costumemente chamam o CREAS) à São Paulo numa solenidade onde o Presidente Luis Inácio Lula da Silva participou (nota da autora).

população em situação de risco, mas na verdade, pretende proteger-se dos riscos que proporcionam à população.

É a frase que ouvimos de um funcionário público da Prefeitura Municipal de São Carlos:

CAMPO (23.03.2010): “[...] Agora em época de eleição, a ordem é tirá-los das ruas. Tive que ouvir isso, mas são as ordens”.

Diante do exposto, a vulnerabilidade ambiental vivenciada pelos moradores de rua do Município de São Carlos, assim como em todo o mundo, são compelidos a conviverem com o frio, a fome, a sede, doenças, desnutrição e com a descrença de que é possível absorver a mão de obra deste grupo social.

3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

“É necessário viver muito numa casa para transformá-la em um lar”.

Edgard A. Guest, 1958³¹

3.1 Vivendo nas ruas da cidade: *locus* do conflito urbano territorial

As ações equivocadas da política social somadas às ações governamentais excludentes, apesar do discurso da igualdade e acesso, resultam na condenação de milhares de homens e mulheres a viverem na pobreza absoluta, em precárias situações de sobrevivência e de vulnerabilidade socioambiental.

Apesar da demonstração das habilidades profissionais e da plena capacidade de produção econômica ativa, a questão do trabalho é apenas o início dos conflitos vivenciados na cidade pelo grupo em estudo.

Atualmente, pouco se reflete sobre a questão ambiental e as pessoas em situação de rua. Análises como as abaixo elencadas são focos de discussão no presente capítulo:

- em que medida os moradores de rua são considerados como um *risco* social e quais os riscos ambientais a que estão submetidos;
- como a invisibilidade dessas pessoas tanto por parte do Estado como da sociedade edificada, faz com que a vulnerabilidade

³¹ GUEST, Edgard A. *Home* in Kenneth Seaman Giniger, ed., *A Treasury of Golden Memories*. Garden City, Nova York: Hanover House, 1958 (tradução livre).

ambiental por eles experimentada seja agravada na relação com o espaço público utilizado como privado nas atividades do cotidiano;

- como as tentativas de expulsão dessa população dos centros da cidade para as periferias perpetuam a situação de rua;
- como as trajetórias diárias entre os fixos e fluxos na cidade são forjadas tendo em vista o elemento água nas rotinas diárias e
- quais as representações do meio ambiente, conforme suas memórias de origem rural, são focos de estudo no presente trabalho.

No entanto, é preciso lembrar que o campo destes acontecimentos é o espaço público, local de compartilhamento de impressões e de ações entre a sociedade (pública e privada) e aqueles que habitam as ruas da cidade e, sendo o homem apenas um dos elementos do espaço social, não há como analisar o indivíduo em situação de rua apartado de outras ações sociais, pois a interação é que define o processo social, com diferentes e particulares atribuições de sentidos para cada lugar (SANTOS, 1992).

O espaço integra a sociedade assim como a política, economia, cultura integram-se entre si numa conectividade múltipla. Utilizamos como forma de análise, não apenas o espaço geográfico com seus objetos naturais e construídos, mas sim, a compreensão de que o espaço deva ser entendido como a soma da natureza e sociedade. A figura demonstra que os processos sociais, repletos de simbologias e

representações, revelam paisagens de *formas-conteúdo*³² (SANTOS, 1992) de acordo com o olhar experimentado por aquele que vive no território.

FIGURA 3 - A cidade: espaço como produto da natureza e da sociedade

Fonte: Adaptado de Santos (1992).

Com isso, a relação entre território espacial e os processos sociais resulta em um olhar individual diverso por daquele que habita as ruas da cidade, atribuindo valores e sentidos a paisagem de maneira única. Possuem um olhar que muitas das vezes não é percebido pelas outras pessoas, que só o uso/permanência contínua proporciona. Um exemplo desta acuidade visual em relação ao ambiente foi o comportamento de um morador de rua durante a entrevista de campo que levantou do banco que estava sentado, andou por cerca de 10 metros, abaixou-se, recolheu uma pedra e a encaixou de volta no desenho do mosaico (calçada portuguesa). Ao sentar-se novamente no banco, disse:

³² A expressão *forma-conteúdo* utilizada por Milton Santos (1992) é aquela onde a forma pode ser permanentemente alterada e que o conteúdo ganha nova dimensão ao encaixar-se na forma quando corporificados (p. 2).

CAMPO (07.06.2009): Ninguém vê, mas o que tem de criança e de velho que se machuca nessas pedra solta.... eles podia pensá nisso antes de fazê... ou pelo menos podiam arrumar sempre, né.

Na cidade de São Carlos, os moradores de rua não conseguem fixar seu lugar no espaço público de maneira permanente. Em toda pesquisa de campo realizada, não encontramos homens ou famílias nas ruas que permanecem ou permaneceram em um lugar a ponto de possuírem um teto, ainda que precário.

O 'êxito' desta característica local da 'não fixação' no espaço público pelos moradores de rua, pode ser atribuído à sociedade que exige do Poder Público providências no sentido de retirar das vistas aquilo que destoa da paisagem, esta associada à limpeza, ao belo e ao progresso. Um extrato da pesquisa de campo ilustra o alegado:

(...) morador de rua é esteticamente inviável³³

Podemos atribuir a forçada fluidez pelo território urbano daqueles que vivem nas ruas à discriminação, à violência e à arquitetura da exclusão. Estes comportamentos impõem ao grupo social uma constantemente readaptação aos novos espaços geográficos.

O primeiro lugar de atribuição de significado é o lar. A moradia é o mundo do cidadão privado (KOWARICK, 1991, p. 04). É nela onde os sonhos nascem, onde o aprendizado é posto em prática e onde são estabelecidas todas as

³³ Diário de Campo (2007) relato feito pelos voluntários do Posto de Rua "Eurípedes Barsanulfo" quando tentavam renovar a autorização junto a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal para utilizarem a praça central da cidade para a realização do trabalho. Frase emitida por um funcionário público do setor competente que tentava condicionar a concessão da autorização à escolha de um novo lugar (nova praça), mas desta vez, "bem longe do centro da cidade".

estratégias de sobrevivência. É na casa onde são exercitados os rituais familiares, algumas das vezes machistas e carregado de significados, tal como o homem que provê toda a família e a mulher permanece em casa cuidando dos filhos, “modelo valorizado por uma divisão etária e sexual do trabalho” (KOWARICK, 1991, p. 04).

O homem em situação de rua é destituído deste direito porque é impedido de permanecer no espaço público tempo suficiente para reproduzir suas práticas do cotidiano nos moldes daquilo que conhecemos como ‘casa’; ele precisa explorar, identificar e adaptar-se diariamente às escassas condições favoráveis para sobreviver em meio à cidade e fazer do espaço público e urbano o seu local privado.

A casa é sinônimo de privacidade, adjetivo que o morador de rua não usufrui mas que insistentemente procura imprimir sua identidade, suas memórias e costumes para gozar de um lugar de aconchego, mesmo que em meio da fragilidade espacial. A busca do sentido de privacidade no território público é sempre uma luta por sentido à inteligibilidade prática. O Estado, concorrentemente, nos seus movimentos de dessignificação, cria outro sentido para destruir aquela inteligibilidade e legitimidade. Podemos citar um exemplo da retirada das torneiras das praças públicas em São Carlos (há cerca de quatro anos) que, sob o argumento de vandalismo, o Poder Público impede que a população de rua tenha acesso à água potável, tanto para a dessedentação, como para a higiene mínima. Veremos com mais vagar sobre as formas de arquitetura da exclusão no Capítulo 4.

Ter o mínimo “no seu canto” seria poder gozar de um mínimo de aconchego. Para Rybczynski (1996, p. 31) *aconchego* não é arrumação, pois, caso contrário, todas as casas seriam estéreis e impessoais, faltando a marca dos moradores. A casa da pessoa que vive na rua, por motivos óbvios, não corresponde

ao padrão considerado de uma casa, mas ela apresenta marcas e lembranças pessoais.

É com esta reflexão em mente que presenciamos uma cena que retrata a idéia: um morador de rua em São Carlos há vários anos permanece embaixo de uma árvore e, numa manhã de sol, após a chuva da noite anterior, vimos que ele varria o chão embaixo da árvore, limpando o local onde ficaria durante o dia. Após os contatos iniciais, ele disse: *emprestei a vassoura ali do bar, mas empresto da minha tia também. Eles me conhecem já, e eu não gosto de ficar na sujeira. Choveu ontem e caiu folha, sujou tudo. Agora tá limpinho, varri tudo e vou ficar aqui.*

IMAGEM 3. Fonte: Diário de Campo (13.07.08) – Foto na noite chuvosa junto a árvore onde morador de rua ‘mora’ há muitos anos. Note o detalhe na foto à esquerda que mostra o cuidado de varrer e retirar as ervas daninhas que nascem no local onde fica. À direita, papelão que serve de cama e o travesseiro, tal como arrumamos em nossas casas, mas que teve que ser deixado às pressas na hora da chuva. Segundo o entrevistado: “não tenho pra onde levar, amanhã eu tenho que procurar tudo de novo”.

Ele complementou que sempre se lembra dos ensinamentos da mãe quando todos moravam juntos em casa. Relatou que *a mãe sempre varria a cozinha de manhã e ficava brava se a gente comia feito periquito (migalhas no chão). Era tudo muito limpinho.*

Aconchego e conforto são qualidades que a sociedade desacredita que os moradores de rua possam cultivar e querer. Não compreendem alguém viver no espaço público e ter um local que lhes deem amparo, que lhes deem segurança. Quando pensamos em conforto, pensamos que isso apenas pode se traduzir em uma casa munida do mínimo, tal como cama, banheiro, energia elétrica, água encanada, geladeira e fogão. Ocorre que conforto é aquilo que advém da “sensação de contentamento que surge quando se desfruta do próprio ambiente físico” (RYBCZYNSKI, 1996, p. 129), e por isso compreende-se a atribuição de conforto sob a ótica do morador em situação de rua em um sentido diverso daquele considerado pela sociedade.

O depoimento e a foto ratificam:

CAMPO (01.02.2008): (questionado se a casa tem conforto) *Olha, se a senhora for lá não vai achar confortável porque a senhora tem a sua casa, suas coisa, mas pra mim que tô na rua faz tanto tempo, até acho minha casa - quando faço ela, sabe – bem confortável: tem minha cama, uma caixa de plástico que guardo o cobertô e o travessêro, o colchão – tem que enrolar senão já viu, bicho dorme em cima, suja muito, e tem outra caixa onde ponho as coisas (quais?) Ah, roupa, caneca, meu remédio, a foto da minha mãe (onde está?). (silêncio longo e olhos no chão). Eu perdi... levaram umas coisas e a foto foi junto. Era a única que eu tinha.*

IMAGEM 4. Fonte: Autora. Diário de Campo (Out. 2009). Localizado no canteiro central da Avenida Getúlio Vargas em São Carlos-SP: morador de rua catador de reciclados. À noite, retira da carroça caixas com cobertores, alimentos e roupas e monta sua casa com lona. No dia da foto, vimos que sua cama estava arrumada com cobertores.

Em outra oportunidade de entrevista, conhecemos um indivíduo que morou sob um viaduto (aqueduto) durante 06 (seis) anos (2002-2008), mas que hoje mora numa casa na periferia da cidade de São Carlos-SP. Após nosso contato inicial, trouxe-nos fotos da época que *foi uma das épocas mais felizes da minha vida. Lá eu era feliz.*

IMAGEM 5. Fonte: Entrevistado. Família e amigos em 2003. Mesmo na precariedade, toda reprodução da casa se faz presente. O aconchego, detalhes pessoais. Móvel levantado do chão por se tratar de aqueduto. Se assim não fosse, tudo seria levado embora, como várias vezes aconteceu, segundo entrevistado.

IMAGEM 6. Fonte: Entrevistado. Família e amigos em 2002. Calendários e quadros na parede sob viaduto demonstram a determinação em fazer do espaço público o lar da família.

IMAGEM 7. Fonte: Autora. Pesquisa de Campo (2010). Foto atual do viaduto (aqueduto) onde morou o entrevistado com sua família. Abandonado, hoje é ponto de consumo de drogas conhecido na cidade.

Para a sociedade residente é no lar que “se ilumina o imaginário da disciplina e do sucesso” (KOWARICK, 1991, p. 05). A casa é abrigo contra o nocivo, contra a violência e o temor que supostamente caracterizam a vida nas ruas.

A propriedade traz a segurança real e simbólica, mas este sentido de propriedade é frágil para quem vive na rua. Vários fatores como a polícia, chuva, frio e comércio impedem a permanência sem prazo para mudança. A “instabilidade na

continuidade de morar” (KOWARICK, 1991, p. 06) faz com que o sentido de conforto, tranquilidade e local de recuperação de forças sejam colocados em segundo plano, pois vivem diariamente apenas para a sobrevivência.

CAMPO (10.08.2008): as pessoas me perguntam como eu consigo viver assim [...] De que jeito vou viver diferente se a cada hora é um papelão? Eu queria ter trabalho, trabalho de consertar o meu telhado (suspiro). Desse jeito (mostra o papelão e o cobertor sujo), não tem jeito...

CAMPO (10.08.2008): Na rua a gente não descansa, não dá pra dormir direito, não. Se não é o frio, é a chuva; se não é a chuva, é o chão duro; se não é o chão duro, é a polícia e se não é a polícia....é a mente da gente que não sossega.

Apesar da adaptação da precariedade do morar ao mais próximo daquilo que habita em sua memória das rotinas da *casa*, percebemos que as falas são permeadas pelo estigma do fracasso social, pecha insistentemente lembrada pela sociedade que não os fazem esquecer da sua condição: fracassados associados ao lixo, a sujeira.

Dois entrevistados compartilharam conosco alguns desses momentos:

CAMPO (13.07.2008): Teve um dia que cheguei lá onde fico.... (confirmamos se era na árvore) É... na árvore...é que se eu falar que é a minha casa você vai rir de mim...Ninguém mora embaixo de uma árvore [...] e aí cheguei lá e tinha um sacão de lixo nojento que alguém jogou lá. Esparramou tudo... Tive que limpar tudo.... Poxa... ali perto só tem casa... todo mundo sabe que eu vivo ali... porque jogar o lixo onde eu fico? Porque não coloca o lixo em frente a casa dele? Mas justo ali no meu lugar? Porque? Porque eu sou mendigo?

CAMPO (20.07.2008): Já fiquei muito na rua, assim, direto, sem ir pro albergue. Já passei por muito lugar. Na minha casa que fazia nos cantos podia ser de papelão e de outras coisas, mas não tinha pulga não (risos). Já fiquei em albergue que tem muito bicho, fora as doença que a gente pega..nem sei de onde..deve ser do colchão. Agora eu só vô pro albergue se tiver muito frio, senão fico por aí. Mas é duro viu. As pessoa passa e fica te olhando como se você fosse bicho do circo. Não dá pra trocar de roupa direito, não dá nem pra

coçar o s... direito (risos). Sempre tem gente passando. (questionado se escolhe lugares com movimento). É (silêncio). Não (silêncio). Escolho com movimento porque é mais seguro, mas escolho afastado pra não ter gente me olhando toda hora. A gente não pára.

Bachelard (1993, p. 24) ensina sobre o significado da casa: ela “abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz”. Afirma que é preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num *canto do mundo*, porque a casa é o nosso canto no mundo. A casa é que protege, que luta pelo habitante na proteção das intempéries, que o poupa da luta. Mas o morador de rua está desprotegido. Ele é a resistência; tudo o atinge diretamente: frio, chuva, olhares de reprovação e aversão. Sem casa, o morador de rua não tem forças para acreditar naquilo que sonha e almeja.

CAMPO (20.07.2008): Um dia eu vou ter uma casa de verdade, que não entra vento nem chuva e que ninguém me enxota de lá. Vou tá protegido.

3.2 Vulnerabilidade ambiental e desastre para as pessoas em situação de rua diante da política social adotada

A vulnerabilidade está associada à exposição aos riscos e designa maior ou menor suscetibilidade de pessoas, lugares, infra-estruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo (ACSERALD, 2006). Na cidade, alguns grupos sociais possuem melhores mecanismos de proteção e defesa dos perigos e ameaças ambientais do que aqueles grupos marginalizados e vulneráveis. Quanto maior a desvantagem econômica, maior a dificuldade de proteção, defesa e recuperação das perdas havidas.

O espaço urbano possui diferentes graus de vulnerabilidade (social, econômica e ambiental) que acompanham a lógica da ocupação desordenada e preocupada apenas com o lucro, ignorando as gritantes disparidades econômicas e sociais produzidas nas cidades de uma maneira geral. Nas palavras de DAVIS (2006, p. 105):

A segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso” do “embelezamento” e até “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite como suas casas próprias e trabalhadores de classe média.

O vácuo do conhecimento do presente estudo é a vulnerabilidade ambiental a que se sujeitam as pessoas em situação de rua. Elas vivem nos centros urbanos expostos a toda carga de externalidades do meio ambiente; vivem em meio a tudo aquilo que a sociedade se esforça para manter fora do espaço privado. Eles ficam expostos a todos os fatores de perigo e não conseguem lidar (antecipar, resistir e recuperar-se) com as ameaças físicas do ambiente natural e construído, simultaneamente se comparados com a sociedade residente.

A figura abaixo demonstra os reflexos da convivência nas cidades entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) ao que se refere aos riscos e graus de vulnerabilidades:

FIGURA 4 – Riscos e perigos no compartilhamento da cidade

Fonte: autora (2010).

Cumprе esclarecer que o termo desastre em torno da população em situação de rua está sobreposto em dimensões ambientais, materiais e humanas (VALENCIO et al., 2004) e, diante do óbvio despreparo estrutural que vivenciam nas suas vidas não há nada que as proteja, sendo certo que os danos sempre as atingirão diretamente.

A injustiça ambiental e a insegurança experimentada por esta população de vulnerabilidade extrema demonstram que a discussão supera a questão da preservação do meio ambiente, mas aponta para a necessidade urgente de agir em termos de distribuição e justiça, reconhecendo no meio ambiente um campo de “luta por direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental” (ACSERALD, 2004).

Infelizmente, a sociedade não entende a relevância de um grupo social estigmatizado pelo lixo, pela preguiça e culpados *per si* da situação de rua, ter seus direitos fundamentais garantidos. Pessoas em situação de rua são consideradas indignas de terem protegidos seus direitos mínimos para a sobrevivência, simplesmente porque desafiaram a ordem social e tudo que é *estranho* a ela não deve ser tolerada (BAUMAN, 1999). Por supostamente terem ‘escolhido’ tal caminho, a sociedade se identifica e prioriza com aqueles que compactuam das mesmas necessidades e comportamentos, o que exclui a população que vive nas ruas.

Mesmo quando consideramos que a vulnerabilidade é socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, a observação foca o indivíduo e não o processo (ACSERLALD, 2006) e este é bem o caso do grupo do presente estudo: o julgamento da condição de vulnerabilidade recai apenas sobre o indivíduo (sujeito) e não nos processos que os tornaram vulneráveis.

A análise sob o prisma do morador de rua limitaria a discussão em apenas remediar a situação de vulnerabilidade com ‘práticas de caridade’, estas no sentido de assistencialismo público, colocando em segundo plano a discussão de oportunidades e de investimentos na vocalização como forma de proteção dos riscos. O Estado deveria investir na capacidade do próprio grupo defender-se diante da situação de perigo, iniciando ações que os caracterizem como cidadãos, resgatando a auto-estima e legitimando o processo de usufruírem dos direitos de que são portadores como medida de resultados eficazes.

Segundo Douglas (1992, p. 17), é mais barato para o erário coletivo ser generoso com as vítimas do que suportar as longas discussões, disputas legais e outros custos escondidos, reconhecendo litigiosidade na questão dos riscos. Percebemos isso quando a mídia ‘poeticamente’ destaca os dramas sofridos pelos afetados dos desastres ambientais e o Estado apenas foca seus holofotes em suas ações de ‘obrigações de dar’, sem se preocupar em considerar os saberes e municiar a população vulnerável com instrumentos válidos na luta contra o processo de vulnerabilidade. Na verdade, tentam apenas suprir aquilo que lhes é negado diariamente pelo sistema excludente: reconhecimento da igualdade, atenção e ação.

Os vulneráveis moradores de rua (sobre)vivem em situação de desastre permanente, perpetuada pela fragilidade com que o grupo resiste no espaço público, única fonte para a sobrevivência, desmoralizados socialmente devido ao desemprego prolongado, recriando e reinventando o cotidiano por contarem tão somente com o que existe pelas ruas e expostos a toda intempérie da natureza, agravada pela ação humana no meio ambiente.

A relação *proteção x suportabilidade* é inversamente proporcional, pois enquanto os cidadãos possuem maiores condições de se protegerem e se recuperarem dos fatores de risco e ameaças, as pessoas em situação de rua possuem maiores condições de suportabilidade perante os riscos e ameaças. Suportam mais, resistem mais porque não lhes restam alternativas, fato retratado na frase de um morador de rua do Município de São Carlos-SP: *Eu queria fazer alguma coisa mais fácil da minha vida do que ficar na rua, mas pra mim ... só sobrou isso*³⁴.

³⁴ Diário de Campo: (11.11.2008).

A falta de oportunidade e a desigualdade cerceiam a liberdade de expressar sua vontade.

Outra questão relativa ao conflito ambiental no território da cidade é a questão do gênero como fator influenciador na consideração da relevância no atendimento dos afetados pelos danos ambientais.

Quando analisamos o sistema atual de amparo às pessoas vítimas de desastres relacionados às chuvas, por exemplo, notamos no discurso dos agentes treinados ao socorro, um entendimento de que “o sofrimento recorrente cria calos emocionais aos empobrecidos; já os afluentes têm sensibilidades que merecem cuidados” e onde o discurso da *‘remoção’* é dirigido apenas ao primeiro tipo, enquanto aos últimos são aplicadas rápidas medidas de recomposição do espaço (VALENCIO, 2009a, p. 07).

É notório que o compadecimento e a organização de ações solidárias perante as situações de desastres ambientais que atingem grupos étnicos de ascendência europeia são mais abrangentes e divulgadas do que outros grupos (negros, nordestinos e migrantes, por exemplo) que passam cotidianamente pela situação de desastre, mas que a indiferença social e o sofrimento ao longo de anos acabam por firmar a compreensão de que *‘sempre foi assim’*.

O mesmo raciocínio aplica-se em face da população em situação de rua. Estamos presenciando pontuais e tímidas ações em prol deste grupo social, poucas no sentido de ouvir e reconhecer a habilidade profissional do indivíduo e incorporá-lo ao mercado de trabalho. Muitas surgem na mídia alardeadas com pseudo preocupações momentâneas, mas que com o passar do tempo, o ânimo

inicial afirmativo e voltado ao aspecto social, dá azo às sombras do estigma social e a priorização de outros programas que não incluem as pessoas em situação de rua.

3.3 Indiferenças e desterritorialização como caracterização dos conflitos socioambientais

O morador de rua é um indivíduo totalmente dissolvido na vida pública, ou seja, ao mesmo tempo em que ele está no mundo público, esse mesmo mundo não estabelece uma interlocução com ele, razão pela qual a indiferença é uma das estratégias dessa nulificação. Para Simmel (1987), a indiferença advém da modernidade que, aliada ao dinheiro e a metrópole, produzem o aumento da individualização e da impessoalidade.

Com a modernidade houve o encurtamento das distâncias e o alargamento dos laços sociais e a partir de uma maior liberdade individual a impessoalidade é incrementada: é o caráter *blasé* (SIMMEL, 1995) na qual o indivíduo da grande cidade torna-se indiferente e incapaz de notar as diferenças.

O medo de ser tocado (WAIZBORT, 2000, p. 327) e de reagir aos novos estímulos faz com que haja um “aplainamento dos sentimentos”, frieza caracterizada pela economia monetária (WAIZBORT, 2000, p. 172). A corriqueira presença das pessoas em situação de rua nas cidades ainda não foi digerida pela classificação da sociedade residente e o homem da metrópole torna-se indiferente e reservado, este no sentido de sentir aversão, estranheza e repulsa por tudo aquilo que simboliza descompromisso com as normas sociais e por tal razão é que muitos

dos comportamentos dos moradores de rua não são compreendidos pela sociedade em geral.

Na verdade eles retratam desesperadas tentativas de reverter a insegurança que os moradores de rua sentem ao permanecerem na cidade diante de todos os estigmas sociais que vivenciam:

FIGURA 5 – Na cidade: atribuições sociais às pessoas em situação de rua

**NA CIDADE:
ATRIBUIÇÕES SOCIAIS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Fonte: Autora (2010)

Da insegurança para o conflito social crônico diante da negativa deles possuírem o direito de compor um espaço próprio na cidade. A territorialização da população em situação de rua deve ser entendida de maneira diversa da compreensão do nomadismo (este no sentido das subcategorias dos andarilhos ou

trecheiros), este caracterizado pela mobilidade geográfica e pelo mero deslocamento, onde “o nômade se reterritorializa pela desterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 242).

Da subcategoria que optamos como foco da presente pesquisa, a dos ‘moradores de rua’ descrita no capítulo 2, concluímos que este grupo em situação de rua diferencia-se por sua mobilidade buscar a integração com a sociedade e a cidade, posto seu histórico ser de trabalhador ‘atualmente’ excluído do ciclo econômico da produção de riqueza, de acordo com os valores atribuídos pela sociedade. Podemos compreender a mobilidade destes indivíduos como a dos migrantes, posto sua perspectiva de mobilidade ser no sentido residencial, “uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade” (HAESBAERT, 2004, p. 245).

A territorialização deste grupo de origem rural por estabilidade é retratada na busca em fixar ponto de recuperação de suas forças através de uma terra para cuidar, de um gado para lidar ou de um trabalho a realizar (busca pela dimensão econômico-funcional do território) ou ainda pela busca na reconstrução ou manifestação da sua identidade cultural (dimensão simbólica ou expressiva do território) (HAESBAERT, 2004, p.247)

Ato contínuo, a análise da forma pelo qual se dá a desterritorialização destes indivíduos depende se consideramos que existem processos diferenciados da análise da trajetória, ou seja, considerarmos que fatores socioeconômico e ambientais (trabalho, exclusão social e fatores de risco ambiental) influenciam na mobilidade do indivíduo no espaço público de maneira distinta mas que conduzem ao mesmo fim, a situação de rua:

- o homem que sem trabalho rural em sua terra natal, teve que se deslocar para a cidade grande e, subqualificado, não conseguiu inserção no mercado de trabalho regular;
- o homem que demitido do emprego subqualificado na cidade (frigoríficos e laticínios, por exemplo) e, sem fundo de capital, a rua torna-se única solução;
- o homem que, de origem extremamente humilde, e que ao iniciar a vida adulta, invade residência abandonada mas que, após anos em tentativas fracassadas de adquirir uma casa, é expulso do único referencial de lar;
- o homem que viu sua casa soterrada por deslizamentos ou levada pelas chuvas e que até hoje não conseguiu amparo público.

Com isso, os moradores de rua, apesar da tentativa de fixarem território, acabam por desterritorializarem-se quase que na *i-mobilidade*, pois não possuem a fluidez de território (conexões globais), estão fixos e não participam ativamente dos fluxos.

O resultado é a perda da base territorial, da reprodução e da referência, ficando à margem do sistema econômico e 'sem opção nem mesmo para mudar de local em busca de melhores condições de sobrevivência (HAESBAERT, 2004, p. 256).

Devemos reconhecer esta especificidade da dinâmica sociedade-natureza, especialmente no contexto político e sociocultural brasileiro posto que o grupo em situação de rua é acometido pela impossibilidade de dominar o novo território, diferente daquilo a que estava acostumado no pretérito.

As representações sociais hegemônicas de cunho estigmatizante e depreciativo em torno do grupo propiciam uma compreensão equivocada do sofrimento do grupo. Deste equívoco intencional, repousará as estratégias (públicas e privadas) de expulsá-los definitivamente da cidade, não superando e ignorando suas demandas.

Na relação 'centro x periferia' nas cidades, o 'centro' é caracterizado e reservado àqueles que residem em espaços privilegiados e que contribuem com o sistema produtivo. Aos demais, que não estão integrados na ordem social e moral, reserva-se a condição de *marginalizados*. Marginalização significa o conjunto de situações que retratam a pobreza urbana e as formas de exclusão aos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial (KOWARICK, 1985), tal como ocorre nas favelas, minorias (raciais, étnicas ou gênero) e experiência migratória

Da marginalização advém a exclusão, termo que extravasa a questão econômica e destaca o isolamento da população em situação de rua no abalo do sentido de pertencimento social, na anomia em relação aos vínculos sociais e da coesão social que gera a crise identitária (ESCOREL, 2006).

As pessoas que vivem nas ruas experimentam um duplo padecimento quanto ao seu sentido de pertencimento de lugar: são *marginalizadas* na cidade por reproduzirem a pobreza urbana (característica das periferias) e são *excluídas* por sobreviverem abaixo do índice de indigência, em atitudes estranhas e em atividades

‘sem sentido’, cuja presença ‘não pode servir a nenhum propósito útil’ (BAUMAN, 1999).

Este sentimento de ser descartável, *displaced person* (ARENDT, 1997), de indivíduos supérfluos (ARENDT, 1981) que parecem sobrar no mundo em situação de resto, porque não encontram um lugar de reconhecimento como sujeitos políticos portadores de direitos, é alimentado pela indiferença e repulsa com que a sociedade age em face do morador de rua. Isso significa que quais sejam os desastres que se abatam sobre este grupo social, este tipo de preocupação não faz parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade residente.

A sociedade apresenta duas tendências das forças coercitivas que impedem a ampliação da cidadania da população de rua: a passagem de um estado de intolerância tácita para intolerância explícita, recrudescendo a prática pública de truculência na eliminação do sujeito vulnerável, nisso convergindo às ações do Estado e a de grupos organizados (VALENCIO et al., 2008, p. 16).

Pela intolerância tácita, presenciamos homens e mulheres submetidos diariamente a *mecanismos de evacuação* tais como a obrigatoriedade dos albergues e passagens de ônibus para a próxima cidade. No dizer de Quintão (2008): “Expulsando-os, ninguém os vê: portanto, não existem”, raciocínio complementado pela Professora Maria Cecília Loschiavo dos Santos (2008, p. 93):

Para atrair e reter o capital as cidades procuram construir imagens positivas e sistematicamente tentam esconder as diferenças entre os ricos e os pobres, estabelecendo rígido controle sobre as populações marginalizadas, levando à emergência de práticas punitivas e repressivas contra essas populações.

São excluídos por indiferença onde a sociedade por eles sente um profundo desprezo pelas condições de sua existência, culminando até na *exclusão por extermínio* através do abandono, sendo indiferente sua sobrevivência ou não (FONTES, 1996, p. 18). É o que Valencio (2009b, p. 253) chama de “práticas genocidas do século XXI, onde a indiferença é utilizada como arma apropriada para mãos limpas e consciências ausentes ou estratégias de humilhação cordial”.

Valencio (2009b) ensina que hoje não mais se mata apenas com a arma, pois é possível matar com a indiferença que não se caracteriza apenas pelo desprezo ao problema alheio; mas na medida em que não existem atitudes efetivas para sanar as dificuldades (envio de alimentos, locais de abrigos, por exemplo) as eventuais mortes advindas pela crise não são tidas como responsabilidades daqueles que podiam ter agido tempestivamente. A indiferença não só despreza o problema de quem não conhecemos pessoalmente, mas legitima a constituição de políticas da ordem social tal como ela é dada e que endossam tal comportamento de nulificação por parte do Estado com o grupo ignorado.

No segundo caso, a intolerância explícita identifica-se nos casos noticiados de pessoas que incendeiam moradores de rua enquanto estes dormem, na utilização da arquitetura da expulsão materializada nas rampas anti-mendigos, grades que impedem a aproximação e proteção contra as intempéries e até a utilização da água como forma de afastar as pessoas em situação de rua das calçadas, ou seja, a violência nas suas mais variadas formas. É o exemplo no dia 03 de abril de 2010, em Porto Alegre, onde um homem pichou com spray cor prata e urinou sobre um morador de rua que dormia na rua (MOTORISTA, 2010) ou a forma de retirada das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo abaixo noticiado, retrato que da intolerância tácita, práticas violentas mostram a intolerância

patente em conviver com o *estranho* que ameaça a *sociação* (BAUMAN, 1999, p. 62-65) ³⁵.

Jato d'água expulsa morador de rua de calçada

MENDIGOS SÃO SURPREENDIDOS DURANTE LIMPEZA DA PREFEITURA, NA MADRUGADA. MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA ABUSO E AGRESSÕES. PREFEITURA FALA EM PUNIÇÃO

O Ministério Público investiga ações de abusos e agressões de funcionários da Prefeitura de São Paulo contra moradores de rua. Há duas semanas, uma equipe de limpeza da prefeitura foi flagrada, durante a madrugada, usando jato d'água para limpar calçada, no Largo do Pátio do Colégio (região central de São Paulo), onde alguns moradores de rua dormiam.

Alguns casos semelhantes foram denunciados nos últimos meses por entidades e ONGs (organizações não-governamentais) que fazem um trabalho social na rua. As denúncias foram encaminhadas para a promotoria, que no ano passado já abriu inquéri-

to para investigar agressões da GCM (Guarda Civil Municipal) contra os moradores.

"Esse caso passou a ser investigado neste mesmo inquérito, pois são abusos de funcionários públicos que precisam ser esclarecidos", contou a promotora Érika Pucci, do Grupo de Atuação Especial de Inclusão Social.

A promotora disse que o inquérito deve ser concluído nas próximas semanas. O secretário do Condep (Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas Humanas), Ariel de Castro Alves, diz que o episódio não é um caso isolado. No ano passado, durante um ato contra a morte de moradores de rua em 2004, ele presenciou uma

cena semelhante.

"Quando pedi explicações os funcionários disseram que apenas cumpriam ordens. Existe uma tentativa de expulsão de mendigos da região central", afirma o secretário. Ele cita ações da gestão para evitar a presença de mendigos nas praças da Sé e da República. "Eles fizeram bancos antimendigos e instalaram uma foça para impedir que os moradores de rua usassem a fonte, mas não deu certo."

De acordo com estimativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, a população de moradores de rua em São Paulo é de 13 mil pessoas.

O secretário Andrea Matarazzo disse ontem que as denúncias de abuso serão investigadas e o funcionário poderá responder a processo administrativo. "É um ato grave", disse o secretário.

(Fabiano Nunes)

Funcionário da prefeitura faz limpeza no Pátio do Colégio com mendigos dormindo

IMAGEM 8. Fonte: NUNES (2008).

³⁵ Para Bauman, a *sociação* constitui a matriz da oposição 'amigo x inimigo', simetria necessária e que define a relação, pois não existiriam amigos e inexistissem os inimigos. Por isso o *estranho*, indefinido e desconcertante, nada é e por isso, pode ser tudo, pondo fim ao poder ordenador da oposição.

No convívio com os moradores de rua, identificamos os sintomas da indiferença: são muitos os pedidos de atenção no sentido de serem vistos e reconhecidos como iguais. Junto ao trabalho voluntário que assiste as pessoas em situação de rua em São Carlos, um momento da manhã é reservada para que cortes de cabelo, barba, unha e pequenos curativos sejam realizados. Em repetidas vezes, ao menor contato, a atenção ao cuidar, conversar e chamar pelo nome daquele homem que vive na rua é o quanto basta para que se inicie um choro, profundo e compulsivo:

CAMPO (12.04.2009): (Por que chora, senhor?) [...] nada não..., nada não [...]

CAMPO (29.11.2009): (Por que chora, senhor?) [...] lembrei da minha mãe [...]. Ela também lavava o meu machucado antes de passar remédio. Tava sujo, né [...] Ai...como pode viver assim [...].

Em outros momentos, verificamos a necessidade deles demonstrarem que são iguais, que possuem conhecimento, fazem parte da sociedade e não são invisíveis:

IMAGEM 9. Fonte: Autora. Diário de Campo (14.07.2009): Durante uma entrevista, “Poeta” relatava como se sentia ‘fora’ do mundo quando se sentava para ver o movimento. Relatou como as pessoas o ignoravam e como isso é humilhante, mas afirmava que era uma pessoa como outra qualquer e que possui conhecimento “que muita gente que passa por mim e me ignora não tem... quer ver?”. A figura acima é o resultado ‘orgulhoso’ de “Poeta” que mostra seus conhecimentos em língua estrangeira escritos em um papel de pão.

IMAGEM 10. Fonte: Autora. Diário de Campo (17.03.2009): O orgulho em mostrar o cartão bancário demonstra seu vínculo econômico com a sociedade.

Mesmo diante de todas as adversidades que o grupo vivencia, tais como a informalidade, a precariedade e as incertezas, ainda não são motivos suficientes para garantir aos *estabelecidos*, e sob seu ponto de vista, a tranquilidade necessária, mesmo com a posse dos meios materiais e aparatos de segurança para se defenderem contra uma ofensiva potencial dos miseráveis (VALENCIO et al., 2008, p. 19).

Com isso, da necessidade de retirar (pela omissão ou pela violência) do campo de visão aquilo que não se tolera, o grupo vulnerável é desterritorializado. Haesbaert (2004) ensina que a desterritorialização é a mobilidade e fluidez do território, mas não se restringe apenas a esta compreensão. Ele deve ser analisado no sentido amplo de transformação, pois, onde há a imposição do outro quanto ao território, os fracassados não conseguem legitimar os seus 'aquis' pois demonstra além da precarização do território do grupo vulnerável que vive em situação de rua, demonstra também a perda de território e de toda simbologia (inclusive a própria identidade) que o lugar representa.

FIGURA 6 – Centro x Periferia: desterritorialização das pessoas em situação de rua

Fonte: Autora (2010).

Na figura acima, procuramos pontuar alguns dos fatores que levam à desterritorialização das pessoas em situação de rua. Na periferia, a tríade que impede a permanência:

- a semiquificação profissional limita as opções de trabalho e sustento, mais abundantes nos centros urbanos;
- sem trabalho, a impossibilidade de se ter uma casa (alugada ou própria) e,
- sem casa, a permanência nas ruas (espaço público) na periferia é limitada pela falta de infra estrutura e de acesso a água.

Sem condições de (sobre)viverem nas periferias, o grupo vulnerável é compelido a buscar os centros das cidades como forma de auferir o sustento, mas neste território, encontram outras forças que impedem a permanência pacífica revelando a característica de território contestado, ou seja:

- políticas excludentes que não reconhecem no morador de rua um sujeito portador de direitos. Por exemplo: eles não são inseridos/atendidos ou acessibilidade a programas de auxílio governamental das mais variadas ordens (alimentação, saúde, psicológica, educação ou afetados por desastres ambientais);
- sem respaldo público, perambulam pelas cidades em busca de refúgio, na tentativa de se organizarem e reporem as energias. Entretanto, encontram nos centros urbanos a arquitetura da expulsão, obras públicas e privadas que impedem a aproximação e a permanência em locais de visibilidade, no intuito de

expulsarem para longe, novamente, esta população fragilizada de usufruir do seu direito de utilização do espaço público;

- semiquualificados, encontram poucas opções de trabalho, senão aquelas além do nível mais baixo de *status* e baixa remuneração. Mas isso é apenas o primeiro obstáculo que experimentam: quando na tentativa de um trabalho formal e o empregador descobre que o candidato é um morador de rua, suas expectativas não são as melhores e outros candidatos acabam sendo preferidos em detrimento daquele que vive nas ruas. Sem trabalho e sem um fundo de capital e de consumo (NEVES, 1995) para suportar a própria manutenção enquanto busca trabalho, vegeta na caridade ou, em estados prolongados de desemprego, a mendicância não é escolha, mas sim, única opção³⁶;
- sem condições de fixação no espaço público, vivenciam a indiferença social e a violência propriamente dita, por parte do poder público e da própria sociedade residente;
- a população em situação de rua enfrenta, ainda, o caráter higienista da sociedade que associa o morador de rua ao lixo, ao perigo e a doenças.

³⁶ Cumpre lembrar que no Município de São Carlos-SP, existe o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) que acolhe moradores de rua, de segunda à sexta-feira, durante todo o dia, oferecendo alimentação e atividades pedagógicas. Em visita a unidade, constatamos excelente estrutura, mas em pesquisa junto aos moradores de rua que se negam a frequentar a unidade. O discurso uníssono é o de que a obrigatoriedade de permanecer na casa todos os dias, o dia todo, impede que desenvolvam suas habilidades do trabalho, como reciclagem, artesanatos, pintura em placas de veículos automotores, valorizando-se como “homem digno trabalhador” (Pesquisa de Campo: 07.06.2009) o que aumenta sua dependência no poder público e, via de consequência, sua desmoralização como trabalhador.

Santos (2003, p. 67) ensina que:

(...) o morador de rua se instala em regiões centrais, onde o denso movimento demográfico possibilita um lugar que conjuga proteção, oportunidades de trabalhos esporádicos e biscates, mendicância e o abrigo para pernoite. Nessas áreas há também lugares deteriorados, de onde já saíram os moradores originais, onde há mais tolerância à presença do morador de rua. Enfim, o centro é o melhor espaço para organizarem sua existência.

Apesar da discriminação que sofrem, os moradores de rua precisam enfrentar o permanecer nos centros urbanos como opção única para a sobrevivência pelo trabalho (maior proximidade com suas atividades), pela segurança que o movimento traz ao protegerem-se do frio, pelo acesso à água nos raros banheiros públicos.

A necessidade em permanecer nos centros das cidades implica na fragilidade das reiteradas tentativas em constituir um lar. A sensação de segurança (proteção) x insegurança (risco) perpassa pelo habitar e da capacidade da pessoa de suportar os riscos. O habitar é, portanto, uma chave importante para compreender a vulnerabilidade e a insegurança existencial na metrópole contemporânea (MARANDOLA, 2006, p. 9)

O conflito socioambiental existe na cidade entre a população em situação de rua e a sociedade residente (pública e privada) porque são distintas as formas de apropriação e significação do uso das cidades: de um lado, o desejo da pasteurização das cidades através de obras que igualam as paisagens sob o argumento do progresso, limpeza e beleza; de outro, *estranhos* destituídos do mínimo e que precisam usar a cidade e os materiais que ela disponibiliza como

forma e fonte de sobrevivência, utilização esta que não se coaduna com o determinado pelos *estabelecidos*. Com isso:

(...) de um lado, o morador de rua está fisicamente confinado no espaço público, por outro, encontra-se politicamente destituído do uso desse espaço, que, por lei, deveria ser a ele garantido. (...) Ao ser apartado da sociedade e permanecer nesses espaços públicos, (...) é impelido a viver dentro dele como espectador silencioso, sem voz: a ele tem de ser dado o direito à cidade (QUINTÃO, 2008, p. 2).

Diante disso, constatamos e analisamos o distanciamento entre os *estabelecidos* na cidade e do morador de rua, o *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000) como medida de precaução diante dos choques sociais diários e ininterruptos.

O conflito social entre a sociedade residente/ Poder Público e as pessoas em situação de rua pode ser entendido de duas formas: a primeira é que na falta de alternativa a qualquer projeto de territorialização e permanência no espaço, não existe o que viabilize a inclusão e, portanto, o conflito ocorre por uma persistência do grupo em sobreviver, apesar da indiferença social.

A persistência no lugar não é apenas um padecimento passivo ao ponto de sofrer as pressões e se dissolver até sua extinção. Na falta da alternativa este indivíduo provará que consegue resistir apesar da humilhação, da indiferença e da dor, sendo esta a segunda forma de compreensão do conflito social, uma persistência criativa neste campo de forças, ou seja, o grupo reinventa sua privacidade a despeito de um tecido social que não reconhece seu direito à privacidade e, mesmo assim, teimam em re-significar lugares públicos para ter o mínimo necessário para garantir a sobrevivência.

A resignificação do tecido público faz com que o grupo vulnerável não só organize outras práticas sociais (meios alternativos de provimento), mas, ao reorganizá-las, acabam por resistir ativamente no mesmo lugar que a sociedade estabelecida (ELIAS; SCOTSON, 2000) faz movimentos de dessignificação para, novamente, afirmar que o grupo vulnerável não existe.

A questão da territorialização acaba por contestar o uso do *antigo* (patrimônio), porque só é visto o que é novo, não percebendo que há destituição do valor do *velho* (patrimônio cultural) como se este tivesse uma conotação negativa e como se o novo subentendesse o fato de que teria mais valor. Essa fabricação da cultura não é verídica, porque, na verdade, *velho* e *novo* se correspondem. Em meio à cidade que pulsa e onde as micro-territorialidades se encadeiam, se associam e se dissociam, com os seus interesses próprios e do gestor municipal, existe a população em situação de rua que não consegue se afirmar nas lutas micro territoriais, seja com o *velho*, seja com o *novo*. O grupo vulnerável está sujeito a uma territorialidade sempre em contestação e não se afirma, não fabrica seus lugares, e por isso, o grupo é sempre destituído.

Dessa contestação frequente resulta que a população em situação de rua não consegue ancorar uma identidade e por isso cada vez mais ela luta por privacidade, resignificando o território público. Este ato é, sobretudo, uma manifestação (inconsciente) política do grupo que, ao se expressar, encontram a resistência.

Portanto, a cidade precisa pensar-se organicamente, oportunidade para que o planejamento urbano oriente-se para incorporar, com responsabilidade social, a dimensão de classe (GRANADO; VALENCIO, 2008).

3.4 Violência física, social, moral e ambiental experimentada nas ruas da cidade

“Se não tem albergue ou não quer ficar em albergue, então fica no meio do mar. Bota num navio e descarrega longe. Na minha calçada, na minha rua é que não vai ficar”

Maria Dora dos Santos Arbex³⁷

“(...) uma pena que o tiro tenha pegado na mão e não no coração pois seria um vagabundo a menos”

Carlos Bolsonaro
vereador do Município do Rio de Janeiro

Conhecemos desde 2003, um morador de rua que sempre nos dirige o cumprimento: “Hei Jovem!!”. Contou-nos que no passado fez “coisas que sua mãe não se orgulharia dele”, mas ‘pagou’ para a sociedade ‘centavo por centavo’ ao ficar preso durante 01 (um) ano.

Em algumas ocasiões que o encontramos, o rosto ou as costas de Paulinho estavam machucados. Questionado, ele respondia que eram os policiais que faziam aquilo com ele por que: “eu não fico quieto não! É um absurdo eles

³⁷ APOSENTADA diz que morador de rua deve ser deixado no meio do mar. Moradora da Rua do Flamengo condecorada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro por ter atirado em um morador de rua que tentou roubá-la. **JORNAL O GLOBO**. Publicada em 23/10/2006. RIO. A aposentada Maria Dora dos Santos Arbex, de 67 anos, homenageada na manhã desta segunda-feira com a medalha Pedro Ernesto por balear um assaltante, defendeu a idéia de que os moradores de ruas devem ser retirados de qualquer maneira e as calçadas limpas e lavadas da presença, urina e fezes dos sem-teto antes que a população se veja obrigada a pagar pedágio para caminhar normalmente. Segundo ela, assaltantes costumam se infiltrar entre a população de rua do Parque do Flamengo, por isso fica difícil para o policial identificar os suspeitos de cometerem crimes. O Rio de Janeiro se encheu de desocupados. O Rio foi tomado primeiro pelos morros. Agora é insustentável - disse a aposentada, logo após ser condecorada, acrescentando que está na hora do prefeito Cesar Maia lavar as calçadas. Maria Dora disse ainda que uma das soluções é criar uma legislação para impedir que moradores de rua ou pessoas que não tenham recursos possam dar a luz a um número grande de filhos. Ela também defendeu o recolhimento de mendigos: - Se não tem albergue ou não quer ficar em albergue então fica no meio do mar. Bota num navio e descarrega longe. Na minha calçada, na minha rua é que não vai ficar. Está na hora de se movimentar e a sociedade deixar de ser omissa. Não estou a fim de aturar isso. Essa cidade é a do meu coração - disse. Maria Dora contou que chegou a agredir um outro morador de rua por se sentir intimidada pelo desconhecido antes de balear um rapaz por tentar atacá-la. Ela disse que mesmo quem não souber usar uma arma pode se defender aprendendo, por exemplo, krav-magá - uma técnica de defesa pessoal desenvolvida em Israel. O público presente ao plenário do Palácio Pedro Ernesto era totalmente favorável a aposentada. A posição da aposentada, que também criticou entidades de defesa dos direitos humanos e o Movimento Viva-Rio que segundo ela não defendem o cidadão de bem, mereceu críticas de alguns vereadores. - Eu fui a favor da campanha do desarmamento. Não sou contra a aposentada, mas as declarações mostram o tipo de cabeça que tem o autor da idéia de homenageá-la. Reagir não é a melhor solução. De cada dez pessoas que reagem, nove morrem - disse Andrea Gouvêa Vieira que, na mesma hora da homenagem, participava de audiência pública no auditório da casa, sobre o balanço orçamentário da prefeitura no segundo quadrimestre deste ano. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/10/23/286368535.asp>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

chegar e já ir me batendo. Eles falam que eu sou foragido, mas eu não sou!!”. Como advogada, a pesquisadora providenciou uma certidão de antecedentes criminais onde constava apenas a sua passagem pelo sistema carcerário, mas segundo o ordenamento jurídico brasileiro, tal ocorrência deveria sair do sistema após 02 (dois) anos a contar do integral cumprimento da pena³⁸. Com a certidão em mãos, demonstrando que a pena já tinha sido cumprida a contento, acreditava-se que os policiais não tivessem mais motivos para oprimir o morador de rua.

Na semana seguinte, ele estava novamente machucado e disse que ao reencontrar os policiais, entregou cópia da certidão que foi rasgada na frente dele, sob as acusações de que ‘era falsa’. Por várias vezes lhe entregamos cópia da certidão para que pudesse comprovar a verdade.

Mas como o problema persistiu, orientamos-o a procurar a Defensoria Pública de São Carlos que, após contar sua história, uma ação de reabilitação criminal fora proposta com a cumulação de multa diária (astreinte) caso o nome não fosse retirado do sistema. Hoje, com o nome retirado do sistema, sorri e afirma: “Agora minha ficha que já era limpa, ficou igual água de bica, sem sujeira nenhuma”.

Este relato nos faz refletir sobre a origem da associação usual de que morador de rua possui caráter violento. É possível que advenha do fato de que tudo que está fora dos muros de proteção das casas, estaria relacionada de alguma forma com o perigo. Assim, o meio que o homem da rua frequenta, cercado por drogas, lixo e prostituição, acaba por generalizar que todo morador de rua seria violento. Nos dizeres de Quintão (2008, p. 7):

³⁸ Art. 94 do Decreto-Lei 2848/1940 (Código Penal).

O perigo se passa à volta, nos locais em que se inserem, (...) lugares marginalizados, sem uso e sem qualidade, frequentados também por aqueles que neles parasitam, através do comércio de drogas ilícitas da prostituição, e que partilham desses mesmos espaços.

Nos relatos de violência física sofrida pelos moradores de rua desde o contato inicial (2002) e durante as entrevistas realizadas (2008-2010), percebemos uma mudança de foco. No início os relatos tinham como autores alguns policiais militares, temidos pelas pessoas em situação de rua.

Acordar com a ‘botina no pescoço’, agressões com o cacete, empurrões e xingamentos humilhantes (violência moral) faziam parte da noite das pessoas que possuem apenas a rua como abrigo. Entretanto, nos últimos meses, alguns entrevistados afirmam que a Polícia Militar faz as ‘averiguações’ de rotina e que somente em alguns casos ocorre violência. O autor da violência (física e moral) nas ruas mudou segundo alguns dos entrevistados: agora é a Guarda Civil Municipal de São Carlos que age com insensibilidade e violência.

Os moradores de rua relatam que:

CAMPO (31.05.2009): quando o Golzinho da Municipal aparece, pode contar que vai ter vergão e mancha roxa. Eles não perdoam não....tira a gente da praça embaixo de pancada e olha, a gente não tava fazendo nada. Simplesmente porque a gente não pode ficar ali. Mas a praça não é pública?

CAMPO (23.04.2008): a gente só pode ficar aqui longe. A Guarda Municipal não deixa eu botá o carrinho lá no centro. Me bateram, em mim e na minha mulher. A gente fica aqui pra não arrumar confusão. Eles falam que a gente é bandido. E eu sô lá bandido?? Vô falá, viu.

IMAGEM 11. Fonte: Autora. Diário de Campo (23.04.2008): Lona sobre o carrinho de reciclagem: determinação pela Guarda Municipal que exigiu que eles se afastassem do centro. Na foto, permanência no espaço público permitida apenas às margens da cidade, próximo a Rodovia Washington Luiz.

Esta ação da Guarda Civil Municipal de São Carlos parece seguir a conduta adotada pela GCM (Guarda Civil Municipal) da cidade de São Paulo, onde uma Portaria do Prefeito Kassab em 01.04.2010 regulamentou que cabe à GCM: “contribuir para evitar a presença de pessoas e situação de risco nas vias e áreas públicas da cidade e locais impróprios para a permanência saudável das pessoas”.

Na reportagem junto ao Jornal O Estado de São Paulo (MANSO, 2010), o jornalista Bruno Paes Manso ouviu de um inspetor da Guarda Civil Metropolitana que “cabe aos guardas tornar a vida dos moradores de rua mais incômoda para que dessa maneira eles busquem mudar de condição”. São ações como “toque de despertar” quando guardas passam pelas ruas acordando os moradores de rua que dormem pela cidade ou ainda impedem que eles sentem ou deitem sobre muretas no centro da cidade.

Em São Carlos, ninguém da Guarda Municipal quis dar nenhuma declaração sobre orientações *contributivas para evitar a presença de pessoas e situação de risco nas vias e áreas públicas da cidade e locais impróprios para a permanência saudável das pessoas*, mas relatos das entrevistas feitas para o

presente trabalho revelam condutas similares que revelam a contestação e resistência do território pelos dominantes em face dos dominados:

CAMPO (23.04.2008): eles (GCM) não deixa a gente ficar não, Manda a gente circulá. Onde vê a gente, a gente até já levanta e sai andando pra não ter que ouvir xingo.

Em São Carlos, no albergue municipal acontece medida similar ao “toque de despertar” da CGM de São Paulo: é o horário de saída para que os moradores de rua deixem o albergue, às 06h00, seja em qualquer circunstância. O medo da acomodação costuma ser maior do que a reflexão de que é preciso reunir forças para conseguir dar o primeiro passo.

Assim, mascarados sob um verniz de preocupação e intenção de ‘ensiná-los a pescar’, parece ser fácil encontrar mecanismos para tornar ainda mais incômoda a vida desses homens.

As fotos demonstram:

IMAGEM 12. Fonte: Diário de Campo (12.03.10) – À esquerda, momento em que os moradores de sua saem do albergue (06h00 no mais tardar) em dia de chuva. À direita, primeiro abrigo coletivo. A preocupação era uma somente: “pra onde a gente vai com essa chuva agora?”

IMAGEM 13. Fonte: Diário de Campo (12.03.10) – Desalento, frio e corpo molhado às 06h15: “que adianta ficar aqui? Daqui a pouco tem que sair porque a gente não pode ficar lá” (porta de uma churrascaria).

Roupas molhadas e frio intenso são apenas alguns dos exemplos da violência ambiental vivenciada pelo morador de rua, como se não bastasse a violência física, social e moral que se sujeitam. Sem qualquer reflexão acerca dos fatores ambientais que fazem parte do mundo nas ruas, sem a disponibilidade de acompanhar, reconhecer e fazer chegar nas organizações públicas os reclamos dessa população, o círculo da vulnerabilidade parece não se romper com facilidade.

Aos moradores de rua não são legitimados em seus direitos de compartilhamento e utilização do espaço público, aliás, à eles não são reconhecidos o livre exercício dos direitos mais fundamentais do ser humano. Curioso notar que existe uma faceta pública onde os moradores são plenamente considerados como iguais e como sujeitos portadores de direitos e deveres: quando no cometimento de crimes ou contravenções penais. Neste caso, ele é apto a responder integralmente por suas ações e o Estado então o vê, o nota e o reconhece como ser humano apenas quando da aplicação de punição descrita na lei.

Pelo exposto e tendo por base a interação da população em situação de rua com o meio em que vive e com a sociedade que o rejeita, a experiência da vivência nas ruas direcionou este trabalho no sentido de perceber quais as formas e dificuldades de acesso à água e das suas práticas de uso: água para o banho, dessedentação, saúde e higiene em geral etc, e em função disso, analisaremos no próximo capítulo em que medida as políticas públicas realizam ações de negação do grupo referido.

4 OS SABERES AMBIENTAIS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A ÁGUA NAS INTERAÇÕES DO COTIDIANO

De todas as absurdas suposições da humanidade, nada excede as críticas feitas aos hábitos dos pobres pelos que tem boa moradia, estão bem aquecidos e bem alimentados.

Herman Melville - Moby Dick

4.1 A integração dos conhecimentos entre peritos e leigos

A água é indispensável para a conservação da ordem doméstica, mas, sobretudo, à garantia da vida biológica (BRUNI, 1994) e por isso, importante se faz conhecer, em escala global, a acessibilidade deste elemento. Segundo o Relatório das Metas do Milênio (UNITED NATION MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS, 2009, p. 50), no mundo todo, 884 milhões de pessoas ainda dependem de fontes melhoradas de água potável para as atividades domésticas (cozinhar, banho, etc.), mas somente 27% (vinte e sete por cento) usufruem da água encanada em suas casas.

FIGURA 7 - Populações que necessitam de acesso a uma fonte melhorada de água potável para cumprir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2006-2015 (Número de pessoas por ano)

Fonte: UNITED NATION MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS (2009).

Em contrapartida, os números relativos ao acesso à água no Município de São Carlos demonstram que esta cidade faz parte de uma estatística privilegiada, onde quase a totalidade dos munícipes possui acesso à água potável e ao esgoto sanitário se comparado a outros Municípios brasileiros.

TABELA 3 – Acesso a água e esgoto sanitário no Município de São Carlos-SP

ACESSO À ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS		
Ano	Água (com pelo menos 01 cômodo)	Esgoto Sanitário
2000	Urbana: 88,3% Rural: 0%	Urbana: 21,5% Rural: 2,0%
2008	Urbana: 78,5% Rural: 0,3%	REDE GERAL OU SÉPTICA: 80,7%

Fonte: Adaptado pela autora. Portal ODM (2009).

Apesar dos números demonstrarem investimentos acima da média nacional, isso não evitou a presença de pessoas em situação de rua, grupo cuja produção inicia-se pelo desemprego e perpassa por vários fatores sociais e ambientais. Eles sobrevivem destituídos do mínimo no mesmo território de prosperidade e de tecnologias que é considerado o Município de São Carlos e, deixando de lado o corrente pensamento de que este grupo é um triste detalhe social, necessário se faz refletir sobre sua relação com a água, imprescindível para a manutenção da vida e por se tratar de um direito fundamental da pessoa humana.

Desconsiderar a importância desta análise é reafirmar “a existência de uma cidadania frágil que ignora a relevância da defesa do direito à integridade física como condição de acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e trabalhistas”, (CARDIA, 1994, p. 16) isso sem falar na urgência de incorporar os direitos ambientais como forma de proteção dos Direitos Humanos como medida de justiça

capaz de distribuir os recursos sociais e ambientais de maneira eficaz à todos os grupos sociais, atendendo de fato, ao ‘princípio da igualdade’ tão festejado na Constituição Federal de 1988.

No presente caso, falar em igualdade implica no reconhecimento de que tanto os residentes quanto as pessoas em situação de rua possuem saberes sobre o ambiente natural, e que, estes últimos, homens e mulheres de origem rural, aplicam tais saberes e memórias na adaptação e proteção diária na cidade em busca da própria sobrevivência, como encontrar o abrigo da chuva, como evitar as áreas alagadas na cidade, identificar locais onde há perigo de deslizamentos e áreas desmatadas, todas estas percepções apoiadas numa racionalidade que só a vivência revela.

Entretanto, a vocalização deste grupo jamais foi permitida ou sequer considerada por ser interpretada como ignorante, irracional ou ingênua (GUIVANT, 1998, p. 12), criando o estigma social de que todos os moradores de rua seriam ocos de conhecimento. Na prática, os ‘peritos’ negam reconhecer tais conhecimentos dos chamados ‘leigos’ para restabelecer e redimensionar a atuação pública (VALENCIO, 2009, p. 11).

A modernidade é valorizada e baseada no progresso técnico, na inovação em detrimento da transmissão e por isso é que os técnicos possuem maiores “dificuldades de incorporar o conhecimento leigo e de ajustar o científico aos novos contextos” (GUIVANT, 1998, p. 14). Um exemplo disso foi a colocação de um morador de rua que observava um funcionário da Prefeitura Municipal que ‘podava’ uma árvore na via pública:

CAMPO (Outubro de 2009): [...] veja lá... acha que isso é podar árvore? Ele tá acabando com a árvore [...]. Não vai sobrar nenhuma folha. De que adianta árvore sem folha? Ele faz assim só pra demorar mais pra crescer e não ter que poder de novo [...] Acha? Os passarinhos vão fazer ninho onde? E a sombra? Corta só o que atrapalha os fios elétrico e tá bom. O cara não sabe nada.

Na mesma oportunidade, ao questionar o funcionário da Prefeitura, obtivemos como resposta: “mas quem é ele pra falar que tá errado o que eu tô fazendo?”. Aplicando os ensinamentos de Guivant (1998, p. 31), constatamos que existe uma dificuldade dos peritos (agentes públicos, privados ou a sociedade residente) em respeitar os saberes daqueles que vivem nas ruas, quando na verdade esta é:

[...] uma população com mais sensibilidade dos que os peritos para entender os riscos que devem cotidianamente enfrentar e, por outro lado, grupos de peritos insensíveis às indeterminações do mundo real, só estabelecendo critérios de controle de riscos a partir de fórmulas elaboradas a partir de pesquisas de laboratório.

A modernização traz avanços tecnológicos, mas que não socializa os frutos com aqueles que vivem nas ruas em busca da sobrevivência e onde seus conhecimentos tradicionais não são valorizados na sociedade urbana e moderna. Entendemos ser necessário que peritos (públicos, privados ou residentes) realizem as análises ambientais integrando a visão dos seus especialistas com a experiência local daqueles que se utilizam e conhecem a cidade de maneira ímpar. Deste tipo de compreensão, ou seja, a aproximação do perceptivo e do experiencial (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996) resulta na legitimidade das propostas voltadas ao ambiente visando a melhoria da cidade como um todo.

No roteiro de entrevista formulado, questionamos quais imagens ou lembranças que cada morador de rua possuía de São Carlos (considerando que a maioria dos entrevistados é natural deste município). Encontramos respostas que atribuíram sentido a cidade como:

CAMPO (26.04.2009): [...] antes tinha riozinho pra pescar ali no Cardinalli [...] eu quando era criança nadava e pescava nele e num monte de outro, mas hoje não tem mais não [...] Tá tudo sujo, com lixo e esgoto.

CAMPO (10.05.2009): [...] antes tinha mais árvore nas calçadas. Já viu como não tem mais? As dona de casa não quer saber de sujeira.

CAMPO (23.08.2009): [...] os prédio e as casa mudou tudo. Hoje o estilo é moderno, né. Parece tudo igual.

CAMPO (23.08.2009): [...] hoje tem mais placa, essas coisa do moderno, né, mas pra mim, tá mais difícil de achar lugar pra ficar [...] não tem mais não. Tem pouco.

CAMPO (13.09.2009): [...] 'cê' passa nas casa e vê que ninguém mais gosta de fazer horta em casa. Na minha casa tinha horta, mas hoje a mulher que mora lá não tem mais não. Cimentou tudo [...] Os dono de sacolão que gosta disso, né. Eles vende mais (risos).

CAMPO (27.09.2009): [...] você já foi no lixão? Não? Eu já. Nossa...é um mundo de tanto lixo. Eu já fui quando era moço... não era daquele tamanho. Até na cidade tem muito lixo. O caminhão não dá conta não. Como faz com aquilo tudo? Uma hora não vai caber mais não.

CAMPO (22.05.2008): [...] eu não acho as praças tão bonitas assim... é bem cuidadinho vai... mas podia colocar umas flores diferentes...Onde eu morava (área rural) tinha cada flor linda...tudo colorido e acho que ia ficar bonito aqui nas praças.

CAMPO (17.04.2008): [...] tudo muda na cidade...Você é daqui? Eu sou, mas se você visse como São Carlos mudou....eu morava lá no Araci, mas nem tinha asfalto lá..era tipo uma fazenda [...] quando a gente vinha aqui pro centro era "ir pra cidade" [...] as casas eram todas diferentes das de hoje: tinha janela na rua, janela grande de madeira e todo quintal tinha árvore. Não era quente como hoje não.

CAMPO (23.12.2007): [...] Antigamente a cidade era mais bonita. Na Avenida São Carlos tinha muitas árvores, sabia? Era fresquinha, tinha onde ficar na sombra. Era mais verde... assim... cada árvore tinha umas flor nos pés dela...umas amarelinhas e ninguém pisava porque era bonito. Era fresco, hoje é muito quente nesse asfalto, judia da gente... judia de qualquer um. Os home e as mulher se vestiam mais bonitos. Tinha até chapéu... era moda, viu! Hoje acabou tudo... Não tem mais sombra da árvore e não tem mais chapéu. Hoje só tem boné desses 'mano'. Mas eu ainda uso o meu chapéu.

CAMPO (17.04.2008): [...] Ih, os rio era tudo pra fora, não era nada coberto não. Hoje eu não entendo... O prefeito manda tapá o rio! Isso pode?

Discorremos no Capítulo 2, que a maioria das pessoas em situação de rua no Município de São Carlos possuem uma característica de trajetória rural, cujos saberes advieram de um contato próximo ao campo. As entrevistas revelaram que seus comportamentos diários baseiam-se neste conhecimento empírico ligado ao meio ambiente e que, na necessidade de sobrevivência diária na cidade, aplicam tais saberes na reprodução da vida privada no espaço público.

Este *habitus* (BOURDIEU, 1989) caracteriza-se pela rede de práticas e significados, geradores e organizadores de práticas e representações, ou seja, um “sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo durante o processo de socialização” (BONNEWITZ, 2003, p. 77) onde o morador de rua lança mão destes saberes rurais e daqueles aprendidos com outros moradores de rua para perceber, sentir, fazer, pensar e refletir sobre suas atividades diárias e sobre as formas de agir para a sobrevivência na cidade. Por isso, concluímos que o *habitus* é adaptado em função das necessidades que o cotidiano exige.

CAMPO (13.06.10): [...] As primeiras semanas são as piores: você não sabe pra onde ir, onde ficar, com quem falar. Aí bate a fome, a sede, a bolha no pé e a gente acaba engolindo o resto de orgulho e bate nas casas pedindo ajuda. Mas demora um pouco fazer isso porque você não tá acostumado e não quer passar por isso. Eu já tive casa e já teve gente que bateu na minha porta pra pedir, mas na fazenda, já viu, é diferente, é mais vizinho com necessidade, aí você ajuda, né. Tem galinha, couve no quintal, essas coisa. Mas na cidade é f..., sei lá, nem sei explicar não. Aí vem o frio e os cara que você conhece na rua te ensina como não congelar (como?): jornal dentro do sapato, da roupa, 'galo'⁴¹ nas costas pra não pegar vento, cama de folha na moita na praça, por plástico por cima pro vento não entrar, coisas assim.

Essa cotidiana (re)adaptação revela ser uma forma de resistência no espaço público e que pode ser analisada como um conjunto de rotinas diárias da população em situação de rua, tidas por muitos como enfrentamentos ilegítimos, como orientações empíricas sem quaisquer valores relevantes mas, no contexto de toda luta social relatada, tornam-se únicas em conhecimento sobre a malha urbana fazendo com que este conhecimento seja valioso e capaz de subsidiar e contribuir para o melhoramento da rotina da cidade como um todo.

4.2 A resiliência no espaço limitado

As condições vividas pelas pessoas em situação de rua quanto ao resistir e adaptar-se diariamente ao frio, calor, ferimentos e doenças, fome, dificuldades do morar, banhar-se, sede e tantas outras situações, fazem com que este grupo social tenha uma peculiar capacidade de sobrepor-se a situações adversas, a chamada *resiliência* (ALVAREZ, 1999). Ela não é um atributo nascido

⁴¹ Diário de Campo (2002-2010) Nas ruas, a gíria *galo* refere-se à mochila ou sacolas onde colocam o pouco de pertences que conseguem carregar.

com o indivíduo; ela pode ser desenvolvida na idade adulta, posto ser um aprendizado sob situações difíceis e que envolve a necessidade de sobreviver.

Pessoas em situação de rua, sobreviventes urbanos, são estimuladas diariamente por um conjunto de habilidades únicas para lidarem com situações específicas de ajuste ao meio ambiente e as transformações sociais munidos apenas com o mínimo disponível no espaço urbano. Eles desenvolvem mecanismos de adaptação e proteção – *protective cocoon* – na tentativa de evitar ansiedades e insegurança no dia-a-dia (GUIVANT, 1998, p. 23), se ajustando ao meio e às transformações sociais graças ao “equipamento material [...] e à organização adequada das relações” (CÂNDIDO, 1964, p. 12).

A resistência deste grupo demonstra que a adaptação se dá em um espaço de contestação e, conseqüentemente, de conflitos sociais: o grupo *outsider* e o grupo *estabelecido* (cf. ELIAS; SCOTSON, 2000) possuem idéias diferentes sobre a utilização do espaço público. O primeiro grupo precisa da anuência pública e privada para permanecerem nas ruas pois é dela que retiram suas fontes de sobrevivência; o segundo grupo entende que o espaço público é local de desenvolvimento, associado a limpeza e que o ‘morar na rua’ não se enquadra ao correto uso deste mesmo espaço. A cidade figura como um campo de ‘disputa’ (disputa pela carência absoluta), e o grupo vulnerável permanece nessa disputa desgastante física e emocionalmente, que reforça o estigma, simplesmente por não ter alternativa.

A população em situação de rua, diariamente, cria alternativas para suprir sua inacessibilidade urbana de água, carregando consigo garrafas d’água, lavando roupas e tomando banho em cursos d’água ou ainda enfrentando a rejeição

e humilhação pelos *estabelecidos* (no comércio ou em residências) no ato de “pedir permissão” para a utilização da água e atender suas necessidades mais básicas.

Por isso, o conceito de *sustaining habitat* (habitat sustentável) (DUNEIER, 1999) aplica-se no presente caso no sentido de compreender que não apenas as questões ambientais e as forças de amplo alcance social, econômico e político, mas também as condições locais têm influenciado profundamente a vida da população em situação de rua na medida em que a concentração deste grupo social nos centros urbanos é o resultado não planejado de forças específicas que operam em conjunto e acabam por fazer do espaço público o único lugar onde essas pessoas podem se organizar para sobreviver.

Snow e Anderson (1998, p. 172) dividem a cidade em espaço primário e espaço marginal. O primeiro é aquele “usado rotineiramente por cidadãos domiciliados com propósitos residenciais, comerciais, recreativos” e que representa a ordem ao invés da desordem, civilidade em vez de incivilidade. Em contraste, o espaço marginal é de pouco valor para os residentes, como terrenos e construções abandonadas, pontes. Tais espaços até são cedidos aos ‘sem poder e aos sem propriedade’ por algum tempo, posto que a cada processo de modernização e revitalização do espaço público, o espaço marginal é readaptado em espaços primários e a desterritorialização das pessoas em situação de rua quanto a tolerância em permanência na cidade, torna-se cada vez mais limitada e com isso, não há garantias de que o que facilitou a sobrevivência hoje funcionará amanhã (Snow; Anderson, p. 78).

A busca pela sobrevivência compele estes indivíduos a permanecerem mais tempo nos espaços primários, tornando sua visibilidade cada vez mais pública, o que aumenta a intolerância por parte da sociedade residente e a insegurança dos moradores de rua. A limitação na escolha de locais seguros para ficar na cidade, que os protejam da violência, da humilhação de estar na rua e, principalmente, das intempéries do frio, da chuva ou para o descanso, por exemplo, implica em perigos e riscos de acidentes, muito comuns ao grupo, porém pouco noticiados:

Bombeiros resgatam moradores de rua na Ponte da Azenha (Porto Alegre-RS)

(Da redação) Grupo, que passa as noites na parte inferior da estrutura, ficou ilhado em função do acúmulo de água. Moradores de rua, que passam as noites na parte inferior da Ponte da Azenha, na Capital, ficaram impedidos de deixar o local na manhã desta quarta-feira. Com a forte chuva que caiu em Porto Alegre desde a madrugada, a água inundou a base da ponte e deixou os moradores do local ilhados. O Corpo de Bombeiros foi acionado para retirar o grupo. Quatro pessoas tiveram de se segurar em cordas até chegarem a uma escada que as conduziu para a parte superior da ponte. Até mesmo um cachorro, que estava dentro d'água, foi resgatado pelos bombeiros.

IMAGEM 14. Fonte: **JORNAL ZERO HORA.** (22.10.2008). Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br:80/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2258106.xml>>. Acesso em: 23 out. 2008.

Durante a pesquisa de campo em São Carlos-SP, encontramos moradores de rua que também se abrigam embaixo de pontes “pra que os outros não veja a gente” e porque “é mais seguro ficar, protege da chuva, mas no inverno é frio de doer”⁴². Apesar desses relatos, não encontramos ocorrências junto ao Poder Público, Polícia Militar ou em jornais locais, mas, segundo os entrevistados, pelas vítimas serem trecheiros, andarilhos ou pessoas sem familiares, não há comunicação de desaparecidos. O depoimento e as fotos comprovam o alegado.

CAMPO (13.06.10): Você viu ali na Avenida [...]? Desmoronou o lado de umas pontes. Cara, eu já fiquei ali de monte. Imagina se na hora eu tô ali? Eu morro e ninguém vai saber.

IMAGEM 15. Fonte: Diário de Campo (20.06.10) – Após forte chuva, desmoronamento da encosta em várias pontes da cidade onde moradores de rua lavam suas roupas ou repousam sob a sombra. À esquerda, trabalhadores da Prefeitura Municipal durante as obras de recuperação. À direita, outra ponte cuja encosta foi recuperada, apesar do entulho ainda presente.

⁴² Remetemos o leitor às recentes notícias (desde mundiais até locais) que demonstram os riscos e perigos (evento morte) que a população em situação de rua está sujeita perante o frio: **Moradores de rua da China sofrem com o frio abaixo de zero.** Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/f4d5g8hwtbxo/moradores-de-rua-da-china-sofrem-com-frio-abaixo-de-zero-04023072C4C94327?types=A&>> Acesso em: 10 fev. 2010; **Moradores de rua sofrem com o frio europeu.** Disponível em: <<http://tvig.ig.com.br/204923/moradores-de-rua-sofrem-com-o-frio-europeu.htm>>. Acesso em: 20.01.2010; **Morador de rua é encontrado morto em Passo Fundo: suspeita é a de que o homem tenha morrido por complicações causadas pelo frio.** Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2969506.xml>>. Acesso em: 13 jul. 2010; **Frio pode ter matado morador de rua em Cuiabá.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/07/17/frio-pode-ter-matado-morador-de-rua-em-cuiaba-917174548.asp>>. Acesso em: 17 jul. 2010; **Frio faz busca por albergue aumentar 20% em São Carlos.** Disponível em: <<http://www.saocarlosocial.com.br/noticias/?n=UPRBEVQ1I3>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

IMAGEM 16. Fonte: Diário de Campo (29.12.2009) – Pontes na cidade de São Carlos que não suportam a vazão das águas em dia de chuva. O local é frequentado por moradores de rua que lavam suas roupas e até dormem sob as pontes. Região central da cidade.

4.3 A água como elemento influenciador nas trajetórias e nas interações do cotidiano

Considerar a água como tema central e relevante na vida do grupo em estudo pode parecer dispensável na análise de algumas pessoas, pois “depois que a água tornou-se objeto da razão científica, passou a ser um corpo entre outros, muito importante, é certo, mas sem alma, sem sentido, uma coisa morta” (BRUNI, 1994, p. 57).

Impossível deixar de notar a presença da água nas atividades do cotidiano dos residentes, como a água que sai da torneira e do chuveiro e que leva os dejetos para longe das nossas casas. Mas porque não reconhecer a importância deste elemento para as pessoas que vivem nas ruas? Em que medida ela é capaz de direcionar sua trajetória cotidiana na cidade?

Acompanhando as rotinas diárias deste grupo na cidade de São Carlos-SP, constatamos que a água é o primeiro elemento norteador das trajetórias dos moradores de rua e, em segundo plano, as oportunidades de trabalho. As estratégias de sobrevivência são corriqueiramente interpretadas pela sociedade

como comportamentos aleatórios, mas que, após detida observação e análise, constatamos que a vida desta população é regida por normas e metas baseadas na sobrevivência, tendo como princípio norteador o elemento água.

FIGURA 8 – Binômio: “Água x oportunidade de trabalho” como forma de sobrevivência

Fonte: Autora (2010).

Senão vejamos:

4.3.1 A chuva e o abrigo

A cada dia de chuva, a trajetória dessa população desabrigada toma rumos distintos que impedem atividades rotineiras dos trabalhos na informalidade e na busca de alimentos. Enquanto nos dias de sol a dinâmica do trabalho, alimento e abrigo é arquitetada em face dos lugares conhecidos dos centros urbanos, nos dias frios e chuvosos, toda a rotina é comprometida e alterada: o confinamento no abrigo improvisado impede que as ‘andanças’ sejam realizadas, onde a fome, a falta de atividade, a reflexão, a tristeza e o desespero tornam-se companheiras indesejáveis.

As fotos abaixo demonstram alguns abrigos em momentos de chuva:

IMAGEM 17. Fonte: Diário de Campo (16, 17 e 18.01.10) – Durante a chuva em dias a fio, o abrigo sob marquises de bancos e lojas transforma-se em prisão sob pena de contrair doenças pela impossibilidade de secar as roupas.

IMAGEM 18. Fonte: Diário de Campo (30 e 31.12.2009) – Durante a chuva e em véspera de ano novo, o abrigo sob marquises de restaurantes.

IMAGEM 19. Fonte: Diário de Campo (05, 07 e 08.01.2010) – Durante a chuva, a solidão do abrigo sob marquises de lojas e viaduto na avenida principal da cidade de São Carlos-SP.

Outras adaptações de abrigo também foram identificadas:

IMAGEM 20. Fonte: Diário de Campo (Mar/2008). Alternativas de abrigo em arbustos das praças. Com o início da chuva no meio da noite, papelões e roupas molhadas e a saída abalada em busca de outro local para dormir, sob pontes e porões abandonados por exemplo.

4.3.2 Higiene e dessedentação

Conforme retro discutido, na periferia das cidades a infraestrutura deficiente inviabiliza a permanência do morador de rua, razão pela qual ele é forçado a viver nos centros urbanos tanto pela questão da necessidade ambiental como pela oportunidade de trabalho e abrigo.

Torres e Mazzucco (2009) mostraram que as pessoas em situação de rua possuem maior dificuldade em conseguir água do que um prato de comida no centro da cidade de São Paulo. A bebida alcoólica, chafarizes, espelhos d'água são as alternativas para quem não encontra local acessível para matar a sede.

Em São Carlos não é diferente⁴³. É comum moradores de rua relatarem que com a sede, não resta alternativa senão a de pedir água nas casas, mas não sem antes experimentarem situações de humilhação como a relatada:

CAMPO (23.06.2009): Sabe... é humilhante não ter nem água pra beber. Outro dia eu chorei, sabe (silêncio e olhos para o chão). Não tenho vergonha de contar para você não, a gente já se conhece, mas eu chorei viu....Tava quente demais e eu tava com sede...Não gosto de pedir água, as pessoa acha que vou roubá elas. Eu procuro bebe água sem pedir mesmo. Mas aquele dia tava demais e eu não achava lugar pra tomar água limpa. Foi naquela época que tiraram todas as tornera das praça, sabe? Então. Eu parei numa casa que a dona tava lavando a garage. Eu parei no portão e pedi água. Ela largou a borracha ligada (careta), entrou pra dentro, trouxe um pote de sorvete e encheu com a água da borracha. Ela abriu o portão e pôs o pote de água no chão! No chão! No meu pé, como se eu fosse um bicho, um cachorro. Ela pôs no chão e falou: 'toma aí'. Só tomei a água porque eu tava com muita sede mesmo. Mas eu tomei aquela água chorando escondido, de vergonha.

⁴³ Nos 08 (oito) anos de proximidade com a população em situação de rua, a pesquisadora ouviu incontáveis vezes que é muito mais fácil conseguir bebida alcoólica do que alimento na cidade. As pessoas querem distância dos homens sujos e malcheirosos e por isso, pagam doses de bebidas ao invés de alimentos ou água.

A rotina alterada em face das chuvas gera uma série de preocupações com relação à saúde: ficar molhado (no frio) causa pneumonia; o *galo* molhado impede a troca de roupas secas; os pés úmidos proporcionam as frieiras e micoses que dificultam o caminhar e, muitas vezes, à forma cambaleante é atribuída ao alcoolismo, quando na verdade, é motivada por rachaduras profundas nos pés; o frio intenso tenta ser disfarçado ingerindo bebidas alcoólicas⁴⁴.

IMAGEM 21. Fonte: Diário de Campo (30.08.2009) – Por falta d'água, homem não consegue manter sadio seu corpo ao que se refere a higiene: rachaduras no calcanhar e coceiras tornam-se comuns.

A sociedade em geral possui em seu imaginário social de que o morador de rua evita o banho voluntariamente. Ocorre que a proximidade com a população revela que as dificuldades na cidade compelem os indivíduos a adiarem o banho até que a oportunidade apareça.

⁴⁴ Diário de Campo (2002-2010). Em conversas com os moradores de rua, ouvimos por várias vezes os relatos de que o álcool 'disfarça' o frio, porque o excesso faz o homem dormir, mas afirmaram que o álcool não 'tira' o frio.

IMAGEM 22. Fonte: Diário de Campo (06.07.2009) – Apesar do aviso do SAAE – Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de São Carlos, inexistente chuveiro em funcionamento.

IMAGEM 23. Fonte: Diário de Campo (21.03.2009) – Locais de banho: À esquerda, no centro da cidade onde o lixo é depositado e possui uma torneira para o banho. Apesar de ser escondido de pedestres, o local é utilizado apenas durante a noite. À direita, cano por onde flui água diariamente (destaque para o compartilhamento do sabonete que fica à disposição para quem precisar): “[...] dá dó de ver isso jorrando água há mais de ano, mais ainda bem que tem. Aqui ninguém me vê tomando banho”.

IMAGEM 24. Fonte: Diário de Campo (17.05.2009) – Em uma das principais avenidas da cidade, morador de rua toma banho em torneira no inverno. Detalhe para as garrafas cheias d’ água: “[...] coloco a água de manhã nas garrafas pra esquentar no sol e aí eu posso me enxaguar com água morna, senão eu pego de novo pneumonia”.

O banho ainda possui uma característica que foge da oportunidade de tomá-lo: a necessidade em permanecer sujo como forma de se proteger de violências.

Campo (07.01.2010): Sabe o que eu descobri? Que se eu ficar limpo, os ladrão me rouba, me bate; descobri que a polícia me dá ‘geral’ e quebra minhas coisa e se eu ficá sujo, ninguém mexe comigo. Quem vai querer chutar cachorro morto? Descobri outra coisa ainda: se eu ficar limpo, as pessoa não me dão nada, porque acha que eu sou drogado e quero dinheiro pra comprar droga. Eu não uso droga. Nem bebê eu bebo (esta última explicação foi feita encarando a pesquisadora). Se eu ficar sujo, ganho comida, roupa e um monte de outras coisa. Você acha que eu gosto de viver sujo? Ninguém gosta não (olhar para o chão...breve silêncio), mas já tô velho e nunca paguei o INPS (referindo-se ao INSS), por isso não dá mais pra mim.

A autoestima também carece da água como forma de manutenção da aparência e vaidades e, por isso, a dificuldade de acesso impele o aspecto ‘sujo’ e desleixado. Quando acessível, é nítida a preocupação e o alívio na preservação da higiene.

IMAGEM 25. Fonte: Diário de Campo (Janeiro/2008). O cuidado com a autoestima. Acima e à direita, utilização de praça pública (chafariz). À esquerda, grupo voluntário leva água para a praça pública para que moradores de rua possam fazer a barba: “[...] já moro na rua e ainda vou ficar barbudo? Aí é que não dá não”. Ao centro, (Março/2008), morador de rua preocupado com a aparência: “[...] ganhei uns ternos de uma dona que o marido morreu. Eu sou o mais elegante, não sou?”.

O imprevisto também se faz necessário quando se fala em higiene:

IMAGEM 26. Fonte: Diário de Campo (Fev/2010). Moradora de rua que lava/limpa as mãos passando-as em cima de carros ainda molhados pela chuva: “[...] os carros são tão limpos que é limpo limpar a mão neles”.

Na região central da cidade e na Vila Nery (bairro), existem dois poços profundos onde a população busca água tratada (próximo aos locais indicados nas fotos abaixo) e estes são os dois únicos pontos de acesso livre para matar a sede. Na região central da cidade, inexistem outros bebedouros.

IMAGEM 27. Fonte: Diário de Campo (2009/2010) À esquerda, o bebedouro para animais no centro da cidade de São Carlos é usado pelos moradores de rua para se refrescarem. À direita, bebedouro público (o único na cidade ainda em funcionamento), mas relativamente distante do centro da cidade.

Ao afirmarmos que os moradores de rua de São Carlos possuem saberes ambientais oriundos da sua origem caipira (origem do interior do Estado de São Paulo), identificamos um exemplo deste conhecimento ('quarar as roupas') quando um morador de rua estava gritando pela rua e, ao abordá-lo, confessou à pesquisadora:

Campo (Fev/2008): Ah, oi. Tá boa? Ah, tô louco da vida mesmo. Poxa, fui ali embaixo (curso d'água) e lavei toda a minha roupa, aproveitá o sol. Aí os home (guardas municipais) me viram ali e me mandaram sair dali. Eu saí. Vim aqui que tem ali as árvore pra eu esperar a roupa 'quará' e depois eu esperava eles ir embora e aí já enxaguava. Fui ali ó (embaixo de algumas árvores) esperar e olhar minhas roupa daqui, mas aí dormi e ali é bem protegidinho e quando vi, veio um chuviscão e um povo passou ali e chutou minha roupa. Ah!!! (suspiro). Não guento mais isso, nunca posso fica em lugar nenhum, nada dá certo. Não guento mais. (ao ser questionado sobre as roupas que estavam no chão, respondeu:) Não vou catá nada, deixa lá, chega.

IMAGEM 28. Fonte: Diário de Campo (Fev/2008). Ao aguardar enquanto esperava o sol ‘quarar’ suas roupas, uma rápida chuva e alguns transeuntes sujaram/pisotearam suas roupas recém lavadas num curso d’água. Indignação com sua situação de vida e decisão de abandonar seus pertences.

IMAGEM 29. Fonte: Diário de Campo (Fev/2008). Da esquerda para a direita: cursos d’água e praças públicas onde moradores de rua lavam suas roupas e secam sob o sol. Roupas “quarando”.

4.3.3 A retirada: arquitetura da expulsão como redefinição das trajetórias na cidade

No mapeamento das trajetórias, consideramos a falta de acessibilidade do elemento água em praças públicas como forma de impedir a permanência das pessoas em situação de rua, a construção de cercas para impedir a aproximação, bem como a destruição dos abrigos improvisados como casa, revelando a

arquitetura da exclusão e o caráter higienista da sociedade residente (pública e privada).

IMAGEM 30. Fonte: Diário de Campo (2008/2009) praças públicas em São Carlos no centro da cidade que não possuem torneiras acessíveis, nem para moradores de rua, nem para a população em geral. Apenas o Poder Público possui os 'engates' para a utilização de cuidados com a vegetação

IMAGEM 31. Fonte: Diário de Campo (Mai/2008). Sem acesso à água nas praças da cidade, morador de rua precisa buscar fonte alternativa, mas sempre condicionada a permissão (postos de gasolina, por exemplo).

IMAGEM 32. Fonte: Diário de Campo. À esquerda (Jul/2008), em uma das principais avenidas da cidade, local onde os moradores de rua se abrigavam e que foi demolido em Abril de 2010 (à direita). Detalhe para colchões e roupas em meio aos escombros. Segundo depoimentos colhidos, nenhum dos ocupantes foi avisado da demolição e não tiveram tempo de tirar seus pertences.

IMAGEM 33. Fonte: Diário de Campo (2008-2010). Arquitetura da exclusão em supermercados e na igreja central da cidade de São Carlos com grades que impedem a aproximação e abrigo de moradores de rua.

Em 11 de janeiro de 2010, comerciantes cumpriram ordem judicial e tiveram que deixar a praça central do Município de São Carlos por ser tombada pelo patrimônio público. Não se trata de questionarmos a decisão do Poder Judiciário, mas sim, apenas usar este acontecimento para ilustrar a questão da mudança da paisagem norteadas pelas atribuições de valores.

IMAGEM 34. Fonte: Diário de Campo (17.01.10). Praça Central de São Carlos. À esquerda, ruínas de um banheiro (público) que servia apenas aos clientes da lanchonete (privada) que se localizava na praça. Ao fundo, população em situação de rua que nem sempre, aos finais de semana, encontra o banheiros públicos aberto para o uso. À direita, hoje um espaço vazio onde antes funcionava uma lanchonete que nos dias de chuva, abrigava a população de rua que se reunia para alimentação e atendimento básico junto ao trabalho voluntário “Posto de Rua”.

IMAGEM 35. Fonte: Diário de Campo (2010). Desde então, para que o atendimento continue, necessário se faz improvisar uma barraca, às pressas, nos dias de chuva.

IMAGEM 36. Fonte: Diário de Campo (2010). O Poder Público permitia a utilização de energia elétrica (à esquerda) para que houvesse corte de cabelo e barba no atendimento das pessoas em situação de rua. Com o programa de reurbanização das praças da cidade, o ponto de energia foi retirado inadvertidamente. À direita, voluntários improvisam precariamente o 'empréstimo' de energia junto a uma livraria para que o atendimento não seja interrompido.

Após as entrevistas realizadas, conseguimos mapear a trajetória das pessoas em situação de rua na cidade de São Carlos-SP. Notamos que a periferia da cidade é explorada pelo morador de rua que faz da reciclagem 'seu ganha pão' apenas quando precisa vender seus produtos. Em linhas gerais, tanto os recicladores quanto os demais moradores de rua, fazem do centro da cidade (avenida principal da cidade) o trajeto comum para a sobrevivência diária e, desta trajetória, notamos que ela é toda baseada nos pontos de acesso à água:

4.4 Reflexão, lazer e imagens da água

A água possui simbolismos únicos a cada cultura humana consoante as formas desempenhadas nas atividades do cotidiano em três aspectos principais: água como fonte de vida, água como meio de purificação e água como centro de regeneração. (BRUNI, 1994, p. 59). Para as pessoas em situação de rua, estas mesmas características foram identificadas na pesquisa de campo⁴⁵: “Eu aprendi na escola que o homem veio da água, não do barro”; “A água limpa a gente, deixa até a mente mais limpa” e “Fui batizado na igreja e agora as coisas vão mudar”, respectivamente.

Entretanto, as entrevistas revelaram que o morador de rua em São Carlos-SP, atribui valor ao elemento água levando em consideração sua origem (trajetória rural) e os ensinamentos familiares (tradição). O quadro abaixo resume tais compreensões:

IMAGEM 37. Fonte: Diário de Campo (2008). Moradores de rua relembram origem rural e as lembranças que possuem das fontes e cursos d'água.

⁴⁵ Diário de Campo (30.06 e 01.07 de 2009).

QUADRO 6 – Imagens da água e as pessoas em situação de rua no Município de São Carlos-SP: extratos de entrevistas

IMAGENS DA ÁGUA	EXTRATOS DE ENTREVISTAS
Água santa	“Já tomei até a água santa da pia do batismo da igreja”
Água <i>di</i> criança	“As água da minha juventude nem tem mais aqui não”
Água remédio	“Água cura qualquer coisa. Deus é sábio e deu pra gente da rua que não tem os de farmácia, o remédio água que é de graça [...] até da chuva eu já tomei água. É limpa”
Água assassino (masculino)	“A água matou a minha filha afogada. Ele matou. Ele é culpado”
Água branca	“Água boa de beber é aquela branquinha que a gente vê no fundo”
Água natural	“Água de garrafa não é gostosa como a água da bica, aquela geladinha que você toma com as mão”
Água <i>dada</i>	“Tem gente que dá a água de coração pra gente. Aí sim mata a sede”
Água <i>pedida</i>	“Tomá água dada de má vontade desce duro na garganta da gente, nem mata a sede, viu”
Água <i>sem jeito</i>	“Tem aquela água que você tá com sede e não tem jeito, tem que pedir, mas é duro. Se tem jeito, eu procuro água sem ter que pedir”
Água que passarinho não bebe	Aguardente, pinga
Água boa	“Água boa é aquela que dá pra beber, tomar banho e cozinhar [...] Aqui? Não tem mais não. Já foi lugar que a água dava pra fazer tudo isso, agora tá tudo sujo”
Água <i>pros pano</i>	“Os pano da gente fica suja demais [...] tem vez que nem jeito de lavar tem, tem que jogar fora mesmo, mas é porque as vez nem tenho como carregar muita coisa. No final do dia pesa, viu! Vai carregar toda as suas coisa nas costa o dia inteiro, vai! [...] A gente fica tão sujo que até Papai Noel passa longe da gente”
Água da <i>pena</i>	“Tenho pena das água de hoje aí dos rio. A gente que anda muito, não vê mais criança nadando em rio, não vê mais horta na beira do riacho [...] Dá pena de ver, viu”
Água assexuada	“Só Deus explica o sexo da água”
Água proteção	“Eu já limpei muita moita de bambu perto de rio pra eu poder ter um lugar pra ficar mais em paz [...] Se aparece cobra d’água, ela não pica não. Elas sabe que a gente é tudo da rua, tudo igual”
Água roubada	“Já pulei murinho baixo pra roubá um pouco de água. Eu tava com sede”
Água de hoje	“Hoje, aqui, água boa só de torneira, mas você já viu a cor da água quando você abre de manhã? Tá tudo branco, credo, vai saber o que é aquilo? Mas não tem jeito, é a única que se pode confiar. Nos rio já não dá mais. Tem muito esgoto”
Água empalhada	“Água de mina”
Água marrenta	“Pra saber se a água é boa ou ruim, você deixa ela se acalmar, aí você bate com a mão em cima e toma: se amarrar a boca, tá envenenada. Não pode ter ferrugem, senão os dente até arrepia se for ruim”

Fonte: Autora (2008-2010). Pesquisa de campo.

A ordem de importância na atribuição de valor levou em consideração o uso para beber, tomar banho, cozinhar e descansar, posto serem estas as relações possíveis da população em situação de rua com água que, sem casa, utiliza este elemento conforme sua disposição no espaço público.

Apesar do grupo saber qual a água é ideal para as atividades diárias e almejá-la para o seu uso, percebemos que a tolerância com a qualidade da água aumenta na medida que o tempo em situação de rua é maior. A consciência da nocividade da água existe, mas a necessidade impera: “Eu já tomei água ruim porque senão eu ia morrer de sede. O que é que é mais uma flecha pra São Sebastião”?

Importante destacar que apesar das entrevistas demonstrarem a acessibilidade restrita da água para a situação de rua, todas as falas sempre almejavam possuírem um emprego que lhes dessem condições de prover seu lar, uma casa de onde a água jorrasse da torneira. Notamos a clara tristeza pelo fato do meio ambiente estar poluído, pelas águas não serem mais as mesmas de outrora, pelo desmatamento e pela falta do ‘verde’.

IMAGEM 38. Fonte: Diário de Campo (2008). À esquerda, “água suja” imprópria para o uso (tanque acessível em borracharia). À direita, local de “água boa”, considerado como último reduto em São Carlos: muitas árvores, flores e alguns peixes.

Em relação ao descanso e reflexões, identificamos na cidade (sem citar os nomes como forma de evitar perseguição) os locais onde a população em situação de rua busca refrigério nos dias de calor intenso e buscam momentos de reflexão⁴⁶: “[...] Vou lá pra pensar na vida, ver o que vou fazer”; “[...] Outro dia lembrei da mãe limpando minha orelha com bucha” (risos); “[...] Meu primo morreu afogado no açude quando era pequeno. Eu tava junto. [...] Eu fico aqui meio que de longe. Não sei nadar nem quero saber”.

⁴⁶ Diário de campo (Setembro e Outubro de 2009).

FIGURA 10 – Trajetórias diárias das pessoas em situação de rua baseadas no acesso à água: descanso e reflexões

Fonte: Autora (2010).

4.5 As reproduções do privado no espaço público

No primeiro bloco de trabalho do Projeto da PROEX/UFScar (Tema “A”- vide Anexo 1), a terceira atividade denominada: “Fotodocumentando as experiências de territorialização e registrando os discursos” acompanhamos as trajetórias diárias de moradores de rua e seu cotidiano no espaço público. Como resultado, demonstramos com as figuras abaixo como se dão as adaptações e reproduções das atividades privadas na cidade:

IMAGEM 39. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). Ao amanhecer, limpeza da louça suja no jantar. Sem torneiras próximas, necessidade de sair em busca de água, sempre armazenadas em garrafas pet: “[...] não dá pra deixá tudo sujo. Só não limpei ontem porque aqui não tem luz e eu não enxergava nada”.

IMAGEM 40. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). O café da manhã se faz presente. À esquerda, coando o pó em camiseta. À direita, copo improvisado feito da embalagem de detergente líquido para oferecer aos pesquisadores: “[...] a água é uma benção: ferveu, mata tudo”.

IMAGEM 41. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). Próximo ao almoço, preparativos para cozinhar: fogueira com jornais e plásticos. À direita, batata frita: “[...] se ninguém aparecer aqui pra enxotá a gente, vai dá pra ficar aqui até de noite. Aí faço janta de novo”.

IMAGEM 42. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). À esquerda, esquentando a comida feita no jantar para o almoço. À direita, caixa de mantimentos com produtos cujas marcas são utilizadas comumente: “[...] moça, se quiser eu faço macarronada pra você, quer?”.

IMAGEM 43. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). A volta do banheiro: constrangimento e bom humor pelo fato de fazer suas necessidades entre as árvores na beira da Rodovia, próximo a cidade: “[...] moça, você não ficou me olhando não, né (risos)”.

IMAGEM 44. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (18.04.2008). O banheiro na cidade: nem sempre os banheiros públicos podem ser usados (muitas vezes estão fechados). A alternativa é contar com a permissividade de frentistas em postos de combustíveis: “[...] tem uns que deixam sim, mas tem outros que correm a gente” (e como faz quando não encontra banheiro?) “[...] a gente dá um jeito por aí. É chato, mas fazer o quê?”.

4.6 O morador de rua e a sua relação com a natureza e com os animais

No Projeto da PROEX/UFSCar (Tema “C”- A riqueza do conhecimento empírico na interpretação ambiental: a pessoa em situação de rua e o seu potencial de prestação de serviços ambientais no Município de São Carlos-SP), a segunda atividade denominada: “As representações sociais em torno do verde e dos animais” levamos os moradores de rua em uma visita no Parque Ecológico “Dr. Antonio T. Vianna” para que eles pudessem compartilhar seus saberes em torno da fauna e da flora.

Como resultado, constatamos a riqueza dos saberes ambientais das pessoas em situação de rua cujas memórias de suas origens rurais se fazem presente na percepção da cidade.

QUADRO 7 – O conhecimento da fauna e da flora pelos moradores de rua de São Carlos-SP

FAUNA	FLORA
<p>PEIXES: garu, cascudo, mandi chorão, cará, lambari, jambolão, tilápia, bagre, traíra.</p> <p>PÁSSAROS: pardal, tisil, curruíra, nambu, beija flor, pintassilgo, tico-tico, coleirinha, bigodinho, canarinho do reino, canarinho da terra, tuim, maritaca, bem-te-vi, saracura, tucano, siriema, falcão, gavião, coruja, codorna rolinha, pomba, galinha, pato, papa-capim, periquito, caga sebo, chupim, João de barro, andorinha.</p> <p>ANIMAIS: coelho, tatu, veado, capivara, paca, porco, porco do mato, cachorro do mato, lobinho, cotia, onça, jaguatirica, tamanduá, macaco, porco espinho, tartaruga, raposa, cobra, gato, cachorro, vaca, cavalo.</p>	<p>FRUTAS: carambola, caqui, amora, jatobá, jabuticaba, manga, limão, laranja, acerola, uvaia, fruta do conde, jaca, abio, ameixa.</p> <p>ERVAS MEDICINAIS: parietária (cicatrizante), boldo, marcelinha e losna (estômago), arnica (ferimento), erva Santa Maria (lombriga e mordida de inseto), rubi (trinco no braço), folha de maravilha (furúnculo), cordão de frade (reumatismo), cipó cruzeiro (ácido úrico), nó de pinho (dores em geral), nogueira (escurecer cabelo), casca de cebola e camomila (clarear o cabelo), caroço de abacate com melão são Caetano (dores nos nervos), guaco (tosse e catarro), poejo, hortelã, levante (criança), erva cidreira (gases), melissa (calmante), folha de maracujá (depressão), alumã (colesterol), babosa (ferimento e coceiras), sebo de vaca derretido (para rachaduras no pé), leite de mamão ou tulha (calos), folha de tomate (frieira), Maria Preta (dor de dente), batata (dor de cabeça), pata de vaca (folha) (diabete).</p>

Fonte: Autora (2008-2010). Pesquisa de campo.

IMAGEM 45. Fonte: Diário de Campo. Projeto PROEX/UFSCar (11.07.2008). À esquerda, grupo de moradores de rua, pesquisadores (Juliana Sartori, Karina Granado e Lassana Sanó) e a Profa. Dra. Norma Valencio na entrada do zoológico de São Carlos. À direita, morador de rua mostra seus conhecimentos sobre ervas medicinais.

Ainda como medida da relação com o meio ambiente e a população em situação de rua, o respeito pelos animais foi fator que muito nos chamou a atenção durante a pesquisa de campo.

CAMPO (11.07.2008 - I): [...] Eu tenho cachorro, sempre tive, desde que fui pra rua (quanto tempo?) (silêncio). Uns 8 anos. (continua como se não tivesse sido perguntado sobre o tempo em situação de rua) Ele é minha família. Ele me protege. O que eu ganho de comida, eu reparto com ele. Ele nunca me abandonou, nunca me mordeu e ele me ouve e me entende, sabe? Não vou pro albergue porque lá ele não pode entrar e aí não aceito não. Nem pensar. Não mesmo. De jeito nenhum. Você abandonaria um filho? Eu não. Ele é o meu filho. Prefiro ficar na rua do que ficar longe dele (afago no animal que retribui o carinho).

IMAGEM 46. Fonte: Diário de Campo (2008/2010). Em praças públicas, momentos onde moradores de rua demonstram seu carinho pelos animais de estimação (na maioria cachorros). À direita (acima), Índio cuida de um passarinho que caiu da árvore há 3 (três) dias. À direita (abaixo), amigos levam minhoca para o passarinho.

IMAGEM 47. Fonte: As duas fotos da direita, fotos fornecidas por Seu Valdecir (2006). Animais estão presentes na casa e no cotidiano da família que vive em situação de rua (embaixo de aqueduto). À direita (11.07.2008 – I), morador de rua que afirma: “[...] ele me faz companhia e me protege. Tem direito de dormir na cama, sim”.

4.7 O lixo e as pessoas em situação de rua: sustentabilidade ambiental

Binding (1920 *apud* AGAMBEN, 2004, p. 144)⁴⁷ ensina que as pessoas com doenças graves, deficiências físicas e/ou eutanásia, muitas vezes são consideradas como *vidas indignas de serem vividas*, reflexão que podemos aplicar às pessoas em situação de rua onde, para muitos, representam a “espantosa imagem do avesso da autêntica humanidade”.

[...] existem vidas humanas que perderam a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente o valor.

⁴⁷ Apesar da tentativa em se buscar na fonte os ensinamentos de Binding (*BINDING, K; HOCHÉ, A. Die Freigabe der Vernichtung lebensunwerten Lebens. Leipzig, 1920*), infelizmente não consegui acesso ao texto original, pelo que peço desculpas (nota da autora).

Na presente análise, o discurso higienista em face da população em situação de rua corrobora com as reflexões de ‘vidas sem valor’, senão vejamos:

O higienismo é a completa inversão dos fatos: trata-se da anulação total do sentimento do bem comum, e, nesse sentido, situa-se no extremo oposto da cidadania absoluta. Esse tipo de atitude é uma consequência direta do predomínio dos interesses privados sobre tudo o que é coletivo. Trata-se da negação dos sentimentos de solidariedade e de respeito. Na sua forma absoluta, constitui a eliminação total do outro e de tudo o que ele contém de diferente, pelo recurso à violência; é o não reconhecimento da sua existência e de seus direitos. Define-se, sobretudo, por seu alto grau de radicalismo: os adeptos desse tipo de comportamento querem a eliminação a qualquer custo daquele(s) que, transformando o espaço público em moradia, destrói(em) a harmonia natural da cidade, sujando, enfeando e contaminando tais espaços como todo o tipo de doença (GIORGETTI, 2006, p. 91).

Associar o morador de rua com o lixo, sujeira, mal cheiro, doenças e má aparência faz parte do estigma que recai sobre esta população, com o intuito de se manter distância. Elas representam o oposto daquilo almejado para a cidade, local que deveria ser de progresso e beleza, limpeza e saúde. Aplicando o ensinamentos de Douglas (1991) e Bauman (1999), os moradores de rua representam a antinomia entre limpeza/sujeira, contágio/purificação, amigos/inimigos, ordem/desordem e, por tal motivo, o desejo dos residentes de tirar das vistas e negar a existência, seria a solução para o problema que não implicaria na responsabilidade de cada indivíduo.

Bachelard (1997, p.13) diria que é uma tentativa de “explicar a flor pelo adubo”, ou seja, o espaço que as pessoas em situação de rua vivem, por estarem associados ao lixo, a tudo aquilo que é degradante e que não merece ser visto, estaria tão arraigado no indivíduo que dele não seria possível distinguir o contrário.

No Projeto da PROEX/UFSCar (Tema “C”- A riqueza do conhecimento empírico na interpretação ambiental: a pessoa em situação de rua e o seu potencial de prestação de serviços ambientais no Município de São Carlos-SP), na terceira atividade denominada: “As representações sociais em torno do lixo” saímos pelas ruas da cidade de São Carlos tendo como guias os moradores de rua que nos conduziram aos locais onde o lixo se acumula na cidade, na maioria das vezes, despejados pela sociedade residente.

Curioso fato ocorreu no início das atividades: caminhando por um grande terreno baldio presenciamos um caminhão que começou a descarregar recicláveis onde a poucos metros dali existe a placa que proíbe lixo e entulho no local. Ao avistarem os moradores de rua acenando freneticamente referido caminhão foi embora às pressas, quando obtivemos o seguinte depoimento:

CAMPO (20.07.2008): Eu num tô falando?? Olha lá! O caminhão que vem aqui e joga essa porcaria aqui e depois, quando a gente vem aqui pra ficá um pouco na sombra ou tomar banho, a gente ainda tem que ouvir que é a gente que deixa tudo sujo? Taí, tira foto. Só assim alguém acredita em mim.

IMAGEM 48. Fonte: Diário de Campo (20.07.2008): Placa que proíbe lixo ou entulho. Detalhe para o caminhão que despejava material reciclável e outros tipos de lixo.

IMAGEM 49. Fonte: Diário de Campo (20.07.2008): Materiais encontrados no lixo despejado (calça e sapatos) e que foram aproveitados pelos moradores de rua: “[...] Olha só, tá novo. Lavando fica bom pra um bom tempo ainda”.

O ato de ‘fuçar no lixo’ e se valer destes ‘materiais escavados’ (SANTOS, 2003) como fonte de renda é o meio que muitos encontram como forma e sair das ruas, de conseguir alugar um ‘barraco’ e ‘tocar a vida adiante’. Pode parecer uma idéia e uma atividade muito simples para quem nada possui, mas cediço de que a atividade de reciclador ainda não é valorizada pela importância que desempenha junto ao meio ambiente e, com isso, a permanência neste ramo nem sempre é estável.

Em muitos municípios brasileiros existem cooperativas de catadores que juntos conseguem êxito na manutenção dos trabalhos e retorno aos cooperados. Mas, infelizmente, uma grande parte dos recicladores não fazem parte

de cooperativas e, individualmente, buscam o sustento naquilo que a sociedade residente descarta.

O descartável para uns segmentos passa a ser imprescindível para outros. O lixo e a sobra de uns adquirem valor de uso para outros e de troca para o reaproveitamento. Contudo, esta apropriação exige um exercício de relativização cultural: valorização do lixo e desvalorização do coletor (NEVES, 1995, p. 87).

Estar por conta própria nesta atividade exige mais esforço físico, e em alguns casos, preferível diante da diferente forma de exercer o trabalho. Dois catadores de papelão de São Carlos que participaram da coleta seletiva do Município contaram que:

CAMPO (13.09.2009): [...] não compensa 'Dona'. Tem uns lá que são folgados sabe...Tem um monte gente boa, mas tem uns folgados viu, e esses daí que nunca ficaram na rua sem ter o que comer e foram lá pra cooperativa, na hora de passar nas casas, não passam em todas, ficam pulando casa, e aí, no final do mês, o dinheiro não é bom [...] "Só isso que deu??", diz os folgados. Ué, mas pulando casa assim não compensa mesmo. Eu sozinho com o meu carrinho ganho mais do que com eles, mas também trabalho feito burro de carga viu. Não tem caminhão pra colocar as sacolas não [...]. Mas sabe o que eu já ouvi? Ouvi umas madame me falando que não iam me dar o reciclado porque só dá pra Prefeitura. Qual a diferença Dona?? Qual? Não vai sair o lixo da casa da madame??

Este comportamento revela a exclusão da população em situação de rua dentro da mesma atividade laborativa demonstrando que o morador de rua, mesmo desconstituindo o estigma social de 'descompromissado' e demonstrando a igualdade de capacitação para o trabalho, o ranço da vagabundagem o acompanha, o rotula e é mais visível do que a ação.

No final de 2008, a crise mundial refletiu na atividade de reciclagem individual e ‘empurrou’ esta população à exclusão de oportunidade de uma atividade remunerada àqueles que buscam, insistem e, no presente caso, fracassam em melhorar a própria condição e de sua família.

Encontramos vários homens desanimados com o preço do papelão que, segundo eles, ‘despencou’ e alguns nos contaram que procurariam outra atividade, posto aquela já não mais renderia o mínimo para sobreviver. Outros disseram que tiveram que aprender com “os irmãos da rua” a fazerem artesanatos com latas de alumínio e iniciar atividade diversa da reciclagem

CAMPO (20.11.2008) o preço não dá pra nada [...] Os caras não querem mais pagar o que pagava antes e aí não dá. [...] O papelão custa R\$ 0,11 o quilo e o ferro custa R\$ 0,10 o quilo.

IMAGEM 50. Fonte: Diário de Campo (2008-2009): recicladores individuais da cidade de São Carlos-SP.

IMAGEM 51. Fonte: Diário de Campo (20/08/2009) Ambos já tentaram a atividade de reciclador, mas resolveram aprender a fazer artesanato com latas de alumínio (coqueiros, painéis de pressão e motos) ou esculpir peixes, estrelas e outras formas em pedra pome.

A diminuição da reciclagem traz várias consequências nocivas para o meio ambiente (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS, 2009):

- os materiais não recolhidos servem de criadouros de larvas e proliferam doenças;
- custo maior na coleta de lixo;
- maior custo no atendimento hospitalares pelas doenças oportunistas;
- aumento de lixo nos aterros sanitários;
- maior exploração da natureza para matéria prima;
- chuvas que levam o lixo para boca de lobo e consequentes inundações;
- reciclagem reduz emissões de carbono em até 25%

5 CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, sabemos que a modernidade trouxe o progresso e a tecnologia como forma de auxiliar a sociedade em fazer das cidades, por exemplo, um local seguro e com qualidade de vida para os que nela habitam.

Infelizmente, percebemos que existe um grupo de vulnerabilidade extrema que não compartilha com essa segurança oferecida à sociedade residente. Com isso, as pessoas que vivem em situação de rua, figura associada ao lixo, ao que é estranho e àquilo que não se tolera porque a forma de utilização do espaço público, única opção válida diante da política social adotada, não são merecedoras de terem seus direitos básicos assegurados.

Além da vulnerabilidade social que experimentam, a vulnerabilidade ambiental é fator desconsiderado para que as políticas públicas possam ser includentes, pois as que existem revelam ações de negação e acabam por ignorar as reais necessidades deste grupo social.

Na realização deste trabalho, conseguimos extrair que as trajetórias diárias desta população são baseadas primeiramente tendo a água como diretriz do caminhar e que, apesar de todas as adversidades como a arquitetura da exclusão (torneiras públicas acessíveis apenas ao poder público por 'engates rápidos' ou grades que impedem a aproximação do abrigo, por exemplo), a indiferença e o caráter higienista, o grupo persiste na cidade pois esta é a sua única forma de sobreviver.

Por isso, reconhecer o elemento água como um direito humano fundamental é o primeiro passo para nortear as ações públicas de atendimento à população em situação de rua que, por ora, representam a destituição engendrada por uma racionalidade excludente

Considerar e respeitar esta população como seres humanos portadores de direitos para que, a partir de então, um diálogo possa ser estabelecido e que as respostas institucionais possuam a essência e as reais necessidades do grupo em situação de rua, não os tratando como problema, mas reconhecendo cada situação de rua como distintas das demais. Utilizando-se das palavras próprias e correlatas a vida nas ruas, acima de tudo, *respeitar esta situação*. (DE LUCCA, 2008), pois justamente o desconhecimento das realidades do grupo é que lhe atribui o caráter de estranho.

Não pretendemos outorgar privilégios àqueles que vivem nas ruas, mas, tão somente, ver estendido a estas pessoas os direitos já concedidos e reconhecidos aos residentes, como por exemplo, o direito de permanecer no espaço público, incluindo o gozo das infraestruturas e dos serviços básicos.

Condutas neste sentido não visam concorrer para a manutenção e permanência das pessoas em situação de rua, mas reconhecer seus direitos fundamentais da pessoa humana como acesso à água, inserção no mercado de trabalho para que a moradia possa ser viabilizada e para que as forças sejam restabelecidas seriam novos referenciais de dignidade para que todo o processo restante de inclusão possa ser viabilizado.

Alguns projetos em nível federal são criados como os abaixo elencados, mas que, após a fase de divulgação na mídia, repousam entre as comissões do Congresso Nacional:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM PROL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	AUTOR/ SITUAÇÃO ATUAL
Projeto de lei 2470/07 Altera a Lei nº 8.666/93, "que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua e dá outras providências.	Deputado Paulo Teixeira (PT/SP) 13/08/09 – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Parecer do Relator Edgar Moury para aprovação.
Projeto de Lei 6802/2006 Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências	Senador Paulo Paim - PT /RS 23/04/2009 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Retirado de pauta de Ofício.
Projeto de Lei 1496/07 Incluir pessoas em situação de rua no Bolsa Família	Deputado Mario Hedinger PDT/MG 12/2007 – Para análise nas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

A cidade precisa ter espaço para todos, não importando as suas diferenças, mas respeitando cada um delas.

Durante as entrevistas realizadas conhecemos homens hábeis profissionalmente mas cujo acesso/inclusão, quer seja no mercado de trabalho ou na sociedade como um todo, está blindado às suas ideais e contribuições.

Na realização do Tema “B” (A centralidade do trabalho na vida social) junto ao Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar (PROEX/UFSCar) pretendia levar ao conhecimento da sociedade todas as informações relativas às

habilidades dos moradores de rua da cidade de São Carlos para uma dupla sensibilização:

- a) Na desmistificação social de que as pessoas em situação de rua são desocupadas e não possuem interesse pelo trabalho e,
- b) No conhecimento das habilidades profissionais de cada indivíduo, no sentido de despertar o interesse de pretensos empregadores e, a partir de então, proporcionar uma oportunidade de trabalho, situação nem sempre acessível às pessoas em situação de rua.

A primeira atividade (06.0802008) foi chamada de “Identidade ocupacional: currículos e cartões de visita” onde um grupo de 15 (quinze) moradores de rua foi levado ao laboratório de informática da Universidade Federal de São Carlos para que, pudessem fazer os próprios currículos, inserindo os dados pessoais e profissionais⁴⁹.

Ato contínuo, todos participaram da escolha de imagens que retratariam a habilidade profissional de cada um e, após, confeccionaram os próprios cartões de visita, no intuito de materialização e demonstração da disposição ao trabalho.

⁴⁹ O endereço de contato inserido nos currículos ou cartões foi: albergue municipal ou o Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo”. Após autorização, o telefone inserido nos cartões foi do CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Carlos).

IMAGEM 52. Fonte: Autora: Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “2”: “Identidade ocupacional: currículos e cartões de visita” (06.06.2008). Nas fotos acima, três momentos de realização da atividade: elaboração do currículo, orientações e o compartilhamento do aprendizado entre os participantes.

FIGURA 11. Fonte: Autora.: Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “2”: “Identidade ocupacional: currículos e cartões de visita” (06.06.2008). Nos modelos acima, as profissões eram indicadas conforme as habilidades de cada participante.

Após, os próprios participantes puderam montar suportes dos cartões de visitas demonstrando suas habilidades profissionais. Caixas de creme dental e papel colorido foram utilizados para que, em forma de porta-cartões, fossem coladas em uma base de isopor e separadas por atividades: pedreiros, jardineiros, auxiliares de cozinha e outras mais.

IMAGEM 53. Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “3”: “Montagem do suporte para os cartões de visitas” (20.06.2008). Nas fotos acima, momentos da montagem dos suportes para os cartões de visita: participação conjunta.

No terceiro momento desta temática (Tema “B”) chamada de “Mapeamento e abordagem de possíveis contratadores de serviços: identificação dos locais aos cuidados da interação social”, o grupo idealizador escolheu locais estratégicos para que fossem deixados os cartões de visita e/ou os currículos dos moradores de rua, na tentativa de visualização do grupo social e das habilidades profissionais aptas para uma vaga/oportunidade de trabalho.

Locais como identidade religiosas, associações de bairros e secretarias municipais foram escolhidas. Infelizmente, os órgãos públicos foram refratários à idéia por entender haver vias específicas para tal objetivo (balcão de emprego). Ao final, entidades religiosas foram as que permitiram a fixação do painel confeccionado pelos moradores de rua.

Como resultado, identificamos 03 (três) moradores de rua que conseguiram trabalho por esta via de ação afirmativa: 01 (um) servente de pedreiro, 01 (um) jardineiro e 01 (um) cozinheiro.

Por fim, demonstrando uma forma de diálogo entre o grupo excluído e o Poder Público, no quarto e último momento sobre a temática do trabalho, a parceria do Departamento de Sociologia da UFSCar com a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Carlos, viabilizou a oficina de atividade junto aos moradores de rua de São Carlos intitulada: “A experiência do trabalho cooperado”.

Através dela, foi possível reunir-se perante o Departamento de Apoio a Economia Solidária da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de São Carlos⁵⁰ e mostrar as dificuldades de quem vive em situação de rua, o interesse na qualificação (inalcançável para a maioria dos moradores de rua) e as habilidades de cada indivíduo, apresentando sugestões de participação dessa população no mercado de trabalho.

IMAGEM 54. Fonte: Autora. Projeto do Departamento de Sociologia da UFSCar. Tema “B”: A centralidade do trabalho na vida social. Atividade “4”: “A experiência do trabalho cooperado” (27.06.2008). Nas fotos acima, os moradores de rua expõem suas idéias e seus anseios.

⁵⁰ SÃO CARLOS (Município). Centro de Referência Especializada de Assistência Social-CREAS. Departamento de Apoio a Economia Solidária da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de São Carlos. Disponível em: <<http://economiasolidariasacaarlos.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

A formação de uma cooperativa foi colocada em segundo plano diante da constatação dos coordenadores do Departamento de Apoio a Economia Solidária da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de São Carlos da necessidade prévia de qualificação profissional do grupo, mas nessa oportunidade e após terem experimentado os recursos de um computador (Figura 52) foi proposta a necessidade de conhecimentos de informática.

Como resultado desse encontro e da oitiva das necessidades formuladas pelos próprios interessados, em agosto de 2009, a Divisão de Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua e a Fundação Educacional São Carlos (FESC) por meio do Programa de Inclusão Digital (PID), incluíram alguns dos moradores de rua atendidos pela Prefeitura Municipal em um curso de informática.

FIGURA 55. Fonte: SÃO CARLOS (Município) (2009).

Na verdade, a vocalização dessas pessoas excluídas das listas de prioridade do interesse e atendimento estatal, permitindo com que elas pudessem expor seu ponto de vista particular de quem vive nas ruas das cidades, fez com que ações verdadeiramente afirmativas fossem idealizadas e, principalmente, realizadas com eficiência e resultados positivos, ainda que modestos.

Todos ganham: sociedade, ambiente e o Poder Público, mas, sobretudo, ganham os seres humanos que carecem de oportunidade para resgatar sua dignidade com trabalho honesto.

O tema não se esgotou, tendo muito ainda a discutir em torno da população em situação de rua, sua relação com o meio ambiente e quais as formas positivas de inclusão. A realização deste trabalho nos ofereceu motivo a muitas lições: importar-se com o outro e ter a certeza de que a academia pode tornar visível o excluído, como forma de contribuir com ações afirmativas em benefício daqueles.

Enquanto lemos e refletimos ao final do tema proposto, muitos moradores de rua estão procurando água para beber, para limpar seus machucados; outros estão procurando onde se esconder do frio ou estão procurando simplesmente, um caminho.

Deixamos consignados em derradeiro, uma homenagem aos 14 (catorze) moradores de rua que faleceram no curso deste mestrado (2008-2010), 09 deles por doenças, 01 suicida, 01 assassinado e 01 atropelado. São eles: Minuano, Seu João, 'o' Samantha, Italiano, Pedro, Waldemar, Baianinha, Jaime, Ronaldo, Cidinho, Ademir, Ivam e esposa e Seu Benedito. A resistência de cada um de vocês chegou ao fim. As intempéries restaram vencedoras.

É a luta que aperfeiçoa a vida, até que a vida social possa se harmonizar, sem luta, sem preconceito e, acima de tudo, com paz.

IMAGEM 56. Fonte: Autora (Agosto de 2008): “Vai chover. E agora? Pra onde eu vou?”

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S.H. (1985). **Os Despossuídos**: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ACSERALD, H. (2006). **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.
- AGAMBEN, G. (2004). **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed.UFMG.
- AHMED, S.A.et al. (2009). Climate volatility deepens poverty vulnerability in developing countries. **Environmental Research Letters**, Bristol, v.4, n.3, paper 03404, July/Sept.
- ALVAREZ, A.M.S. (1999). **A Resiliência e o morar na rua**: estudo com moradores de rua – crianças e adultos – na cidade de São Paulo. 198f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ARENDT, H. (1981). **A Condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1997). **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- BACHELARD, G. (1993). **A Poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes.
- BANDURA, A. (1990). Selective activation and disengagement of moral control. **Journal of Social Issues**, v.46, n.1, p.27-46. Disponível em:<<http://www.des.emory.edu/mfp/Bandura1990JSI.pdf>>. Acesso em: 23 Aug. 2009.
- BAUMAN, Z. (1999). **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BASSUK, E.L.; BROWNE, A.; BUCKNER, J. (1996). Singles mothers and welfare. **Scientific American**, New York, v.275, n.4, p.60-67, Oct.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (1997). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed.Universidade Estadual Paulista. (Biblioteca Básica).
- BOBBIO, N. (1992). **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus.
- BOMBEIROS resgatam moradores de rua na Ponte da Azenha. (2008). **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 22 out. Disponível

em:<<http://zerohora.clicrbs.com.br:80/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2258106.xml>>. Acesso em: 23 out. 2008.

BONNEWITZ, P. (2003). **Primeiras lições sobre a sociologia de P.Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P. (1989). **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel.

_____. (2006). A Odisséia da reaproximação: a obra de Mouloud Mammeri. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.26, p.93-93, jun.

BRASIL. (1940). Decreto-lei 2848/1940, instituiu o código penal brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez.

BRASIL. (1997). Lei nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria de Informação de Gestão da Informação. Instituto Meta de Pesquisa de Opinião. (2008). **Sumário Executivo** – pesquisa nacional de pessoas em situação de rua. Disponível em:<www.mds.gov.br/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (2010). **Programa nacional de direitos humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR.

BRUNI, J.C. (1994). A Água e a vida. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.5, n.1/2, p.53-65, nov.

BURSZTYN, M. (2000). Da Pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. et al. **No Meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond. p.27-54.

BURSZTYN, M.; ARAÚJO, C.H. (1997). **Da Utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan.

CANÇADO TRINDADE, A.A. (1993). **Direitos humanos e meio ambiente**. Porto Alegre: Sérgio A.Fabris.

CÂNDIDO, A. (1964). **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros, 118).

CARDIA, N. (1994). Percepção dos direitos humanos: ausência de cidadania e a exclusão moral. In: SPINK, M.J.P. (Org.). **A Cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez.

CASTELLO, L. (1996). A Percepção em análises ambientais. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. p.23-37.

CRASH. (2004). Diretor: Paul Haggins. [S.l.]: Hughes Winbourne. 1 filme (113 min.), son., leg., col.

DAVIS, M. (2006). **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo.

DE LUCCA COSTA, D. (2008). Problematizando a população de rua: notas para um campo de estudo emergente. In: SEMINÁRIO NACIONAL PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar. Mesa redonda.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). (1996). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

DOUGLAS, M. (1991). **Pureza e perigo**. Lisboa: Ed.70.

_____. (1992). **Risk and blame: essays in cultural theory**. London: Routledge.

DUNEIER, M. (1999). **Sidewalk**. New York: Farrar, Strauss and Giroux. p.116-154.

ECOBLOG. **Fórum de Istambul termina sem reconhecer água como um direito humano**. Disponível em:

<http://www.ecoblogue.net/index.php?option=com_content&task=view&id=3276&Itemid=7>. Acesso em: 22 mar. 2009.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. (2000). **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ESCOREL, S. (2006). **Vidas ao léu**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

ESPINELLI, E.; CARAMANTI, A.; CASTRO, L. (2010). São Paulo tem 13 mil moradores de rua, diz censo. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 mar. Disponível em:<<http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/ult10103u700406.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2010.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Brasil afirma que acesso à água não é direito humano**. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090321/not_imp342459,0.php>. Acesso em: 22 mar. 2009.

FONTES, V. (1996). Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.34-58.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO-FAPESP (2010). **A Carta da inovação**. Disponível em:<<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/37235/capital-inovacao-iniciativa/>>.

Acesso em: 30 maio 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS-FIPE. (2007). **Pesquisas identificam perfil dos moradores de rua de SP**. Disponível

em:<<http://www.fipe.org.br/web/index.asp?c=37&aspx=/web/home/noticia.aspx>>.
Acesso em: 15 nov. 2007.

GIDDENS, A. (1991). **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP.

_____. (2005). **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: ARTMED.

GIORGETTI, C. (2006). **Moradores de rua: uma questão social?**. São Paulo: Fapesp Educ.

GOFFMAN, E. (1978). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2.ed. Tradução de Márcia B.M.L.Nunes. São Paulo: Zahar.

GUEST, E.A. (1958). Home. In: GINIGER, K.S. (Ed.). **A Treasury of golden memories**. New York: Hanover House.

GUIVANT, J.S. (1998). A Trajetória da análise de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n.46, p.3-37, 2 sem.

GRANADO, K.; VALÊNCIO, N. (2008). A Importância da água no cotidiano de pessoas em situação de rua: subsídios às políticas urbanas a partir do caso do município de São Carlos-SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO ENGENHARIA AMBIENTAL, 6., 2008, Serra Negra. **Anais...** [S.l.:s.n].

HAESBAERT, R. (2004). **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HECK, S. (2009). **População em situação de rua e cidadania**. Disponível em:<<http://www.fomezero.gov.br/artigo/populacao-em-situacao-de-rua-e-cidadania>>.
Acesso em: 4 out. 2009.

HEIDEGGER, M. (2001). Construir, habitar, pensar. In: _____. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel C.Leão; Gilvan Fogel; Marcia S.C.Schuback. Petrópolis: Vozes. p.125-141.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2009). **População desocupada**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 8 maio 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2007). **Estimativa das pessoas residentes, em 1º de abril de 2007, 128 Municípios e DF**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/municipios_e_stimados_2007.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2008.

JUSTINIANO, B. (2003). **Século XXI convive com novo perfil de morador de rua**. Disponível em: <<http://ruasdigitais.com.br/conteudo/noticias/seculo-21-convive-com-um-novo-perfil-de-morador-de-rua/>>. Acesso em: 17 nov. 2007.

KOWARICK, L. (1985). **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1991). Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.5, n.2, p.2-8, abr./jun.

LOPES, J.R.B. (1993). Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. (Caderno NEPP, 25).

MAGNI, C.T. (1994). **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MANIR, M. (2009). Sob a benção de João. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. Caderno Aliás, p.J8.

MANSO, B.P. (2010). Morador de rua vira assunto de polícia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. Caderno Cidades, p.C1.

MAQUIAVEL, N. (2003). **O Príncipe**. Tradução de Mônica Banã Álvares. Rio de Janeiro: Elsevier.

MARTINS, J.S. (2010). Jogados ao Deus-dará. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 mar. Caderno Aliás, p.J7.

MATTOS, R.M. (2006). **Situação de rua e modernidade**: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. 244p. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MENCONI, Darlene. **Ativo do Futuro**. Revista Brasil Sustentável, Ago/Set 2009, p. 31.

MOTORISTA picha e urina em morador de rua em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u715663.shtml>>. Acesso em: 3 abr. 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS. (2009). A Crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n.41, p.55-58, Nov. 2009.

NEVES, D.P. (1983). Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.28-36, jan./fev.

_____. (1995). A Miséria em espetáculo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.47, p.79-98.

_____. (1999). Os Miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, Salvador, n.30/31, p.111-134, jan./dez.

NUNES, F. (2008). Jato d'água expulsa morador de rua de calçada. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/Fotos/02-13-08%20morador%20rua.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução 41/148 de 04 de dezembro de 1986**.

PORTAL ODM. Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (2009). **Pobreza aumenta nas metrópoles do Brasil**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/pobreza-aumenta-nas-metropoles-do-brasil--n--71.html>>. Acesso em: 30 maio 2009.

PROJETO do milênio das Nações Unidas 2005. (2005). Investindo no desenvolvimento: um plano prático para atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio: visão geral. Washington: Communications Development. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

QUINTÃO, P.R. (2008). Sujeito (oculto) e a cidade: a arte de Wodiczko. **IDE Psicanálise e Cultura**, São Paulo, v.31, n.46, p.104-107.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Justiça e de Desenvolvimento Social. (2008). **O Censo do município de Porto Alegre demonstrou que em 2008, eram 1.203 moradores de rua na cidade**. Disponível em: <http://www.stcas.rs.gov.br/portal/index.php?menu=noticia_viz&cod_noticia=2264>. Acesso em: 30 jun. 2008.

ROCHA, S. (1996). Poverty under inflation. In: OYEN, E. **Poverty – a global review**. Oslo: Scandinavian University Press.

_____. (2000). **Opções metodológicas para estimação das linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0720.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2010.

RYBCZYNSKI, W. (1996). **Casa**: pequena história de uma idéia. Tradução de Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, M. (1992). **Espaço e método**. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel.

_____. (2000). **O Papel ativo da geografia**: um manifesto. Apresentado pelo grupo Estudos Territoriais Brasileiros, do Laboplan (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental) do Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) no ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 11., 2000, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-270.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

SANTOS, M.C.L. (2003). **Cidades de plástico e de papelão**: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. 145p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. (2008). Pessoas em situação de rua: vida social e relações com o espaço público. In: SEMINÁRIO NACIONAL PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar. Mesa Redonda.

SANTOS, M.C.L.; MOCARZEL, E. (2001). **Documentário Independente**: à margem da imagem (On the fringes of São Paulo: homeless). Produtor: Ugo Giorgetti. Diretor: Evaldo Mocarzel. São Paulo: Filmes de São Paulo, 1 filme (71 min.).

SANTOS, W.G. (1987). **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus.

SÃO CARLOS (Município). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. (2007). **Caracterização da população em situação de rua**. [S.l.:s.n.]. Relatório interno.

SÃO CARLOS (Município). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. (2009). **Moradores de Rua aprendem informática**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2009/155419-moradores-de-rua-aprendem-informatica.html>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SIMMEL, G. (1987). A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (Org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara.

_____. (2005). As Grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.577-591, out. Texto original: Die Großstädte und das Geistesleben. In: SIMMEL, G. Gesamtausgabe. Frankfurt. M.Suhrkamp, 1995, v.7, p. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort.

SMITH, N. (1996). **The New urban frontier**: gentrification and the revanchist city. London: Routledge.

SNOW, D.A.; ANDERSON, L. (1998). **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes.

THE PEOPLES WATER FORUM. 19.03.2009. Disponível em: <http://pwf.foodandwaterwatch.org/?Page=democratic_forum_demands_public_water_for_all>. Acesso em: 24 mar. 2009.

TORRES, I.C.; MAZZUCCO, S. (2009). Moradores de rua passam mais sede do que fome no centro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2009. Folha Ribeirão, C4.

TORRES, R.L. (2009). **Direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar.

UNITED NATION MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS. (2009). **The Millennium development goals report.** Disponível em:<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG_Report_2009_ENG.pdf>. Acesso em: 5 Jan. 2010.

UNITED NATIONAL ENVIRONMENT PROGRAMME. (2008). **UNEP Year book 2008: an overview of our changing environment.** Disponível em:<www.unep.org/geo/yearbook/yb2008>. Acesso em: 9 set. 2008.

_____. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, deslificação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.7, n.21, p.556-605, dez.

VALENCIO, N. (2009a). Da Morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N. et al. (Org.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa. v.1, p.3-18.

_____. (2009b). Vulnerabilidade e mudanças climáticas na África: contribuições para uma reflexão sociológica sobre a indiferença social frente ao genocídio. In: VALENCIO, N. et al. (Org.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa. v.1, p.251-266.

VALENCIO, N. et al. (2004). A Produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n.44/45, p.67-115.

VIEGO E.GAIA. MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis. (2010). **Catadores reivindicam um fundo climático global e inclusivo.** Disponível em:<http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/catadores-na-linha-de-frente-contra-o-aquecimento-global>. Acesso em: 5 jan. 2010.

VIEIRA, M.A.C.; BEZERRA, E.M.R.; ROSA, C.M.M. (1992). **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec.

WAIZBORT, L. (2000a). **As Aventuras de Georg Simmel.** São Paulo: Curso de Pós Graduação em Sociologia/USP; Ed.34.

_____. (2000b). Glosa - especulação bastarda ao redor da água. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.12, n.2, p.37-48, Nov.

ANEXOS

ANEXO 1

PROJETO PROEX/UFSCar: *Pessoas em situação de rua inseridos no município de São Carlos/SP: subsídios à reflexão participativa em torno de possibilidade de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas da vulnerabilidade*
Orientação e supervisão: Profa. Dra. Norma Valencio

Programa:

23112.000142/2000-05 – Orientação e Avaliação de Políticas Públicas para a Construção da Cidadania 2. - Proc. 0142/2000-05

Título da Atividade:

Pessoas em situação de rua inseridos no município de São Carlos/SP: subsídios à reflexão participativa em torno de possibilidade de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas da vulnerabilidade

Coordenador: NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO	
Setor do coordenador: DCSo - Departamento de Ciências Sociais	
Ingresso na universidade: 06/03/1997	Cargo: Professor Ensino Superior
Titulação do coordenador: Doutorado	
Setor responsável: DCSo - Departamento de Ciências Sociais	
Abrangência na UFSCar: Intradepartamental	
Início da atividade: 01/03/2008	Término da atividade: 31/08/2008
Outros setores envolvidos: —	
Linha programática: Direitos de Grupos Sociais "Questão de gênero, etnia e inclusão social de grupos sociais."	
Grande Área: (Classificação CNPQ) Ciências Humanas	
Área Temática principal: Direitos Humanos e Justiça	Área Temática secundária: Trabalho
Tipo de atividade: Projeto	Subtipo de atividade: —
Resumo: O município de São Carlos apresenta uma população de pessoas em situação de rua que caracteriza-se como um grupo persistente no tecido urbano resultado, dentre outros, das condições limitantes, materiais e/ou emocionais, para manter-se no âmbito privado e, na outra ponta, da pouca eficácia das estratégias de	

refiliação social levadas a cabo pelo poder público. Uma vez que este grupo social caracteriza-se como em vulnerabilidade extrema, torna-se evidente que a sociedade local não pode manter-se em alheamento a esta situação, no que está imbricada a Universidade que, no caso da UFSCar, apresenta uma trajetória na área de direitos humanos da qual a solicitante faz parte. Diante disso, os objetivos dessa proposta é fomentar a agregação do grupo de pessoas em situação de rua para refletir, de maneira participativa, sobre suas experiências, habilidades e aspirações a fim de deflagrar um processo pelo qual, através de estratégias de busca de reinserção no mundo de trabalho, resignifiquem suas trajetórias e reafirmem sua identidade em torno dos direitos de cidadania.

Detalhamento

Apresentação e justificativas:

A atividade proposta está vinculada ao Programa "Orientação e avaliação de Políticas Públicas para a construção da cidadania 2", aprovado pela CAEX no ano de 2005.

Objetivos:

As principais metas a alcançar são as seguintes:

- em termos sociais, fomentar interesse e regularidade na interação da Academia com o público-alvo, açambarcando novos aspectos de auxílio no fortalecimento de sua cidadania;
- em termos políticos, dar subsídios ao fortalecimento das parcerias Academia-sociedade civil-Executivo Municipal e à formulação de políticas públicas municipais consistentes no médio e longo prazos voltados para o público-alvo; e
- em termos acadêmicos, difundir o conhecimento da realidade social e treinar procedimentos de extensão em base participativo.

Outras Informações Pertinentes:

A atividade proposta está no escopo da Sociologia, adotando procedimentos qualitativos de reflexão e ação de extensão acadêmica. As atividades a serem desenvolvidas caracterizam-se, de um lado, como discussão que culmina em deliberações coletivamente tomadas pelas partes envolvidas (Universidade/sociedade civil/Executivo Municipal/público-alvo), auxiliando para a autonomização dos envolvidos no médio prazo. De outro, ao dedicar-se à elaboração e execução de oficinas que suscitem a reflexão sobre a realidade do grupo em outros contextos e nas suas próprias vivências num tom propositivo, quer-se identificar como um esforço preliminar, isto é, um projeto piloto, que sinaliza para a possibilidade de atividades acadêmicas similares, mas em outras dimensões da realidade em torno das pessoas em situação de rua, sejam realizadas e políticas públicas focalizadas a este público tenham êxito. Por fim, este piloto não apenas tenciona trazer resultados positivos ao grupo, vislumbrando continuidade abraçadas por outras equipes da Instituição, mas como uma referência que pode ser aplicada numa realidade africana em prol tanto da formação de aluno que se encontra na UFSCar no âmbito do convênio MEC-CAPES PEC-G quanto do público com o qual o mesmo pode interagir no seu país quando da conclusão do curso que dar-se-á no final de 2008. Em tudo isso, dizer que a atividade tem uma importância no interior de si mesma, mas os procedimentos a serem adotados permitem que os resultados esperados, positivos, transcendam o tempo de sua realização.

NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO	Coordenador - Professor Ensino Superior (DCSo)		
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
Assessoria Técnica na Elaboração do Plano de Bacia do CBH-TJ - Comitê da bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré.	—	—	—
Pessoas em situação de rua inseridos no município de São Carlos/SP: subsídios à reflexão participativa em torno de possibilidade de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas da vulnerabilidade	2008	12 hs	0 hs

Alunos de graduação	
JULIANA SARTORI	bolsista de extensão - ProEx
LASSANA SANÓ	bolsista de extensão - ProEx

Pessoas externas

VIVIAN FERNANDES SILVA	participante do parceiro externo – Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Carlos-SP
KARINA GRANADO	da comunidade (Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo” e mestranda no PPG SEA – EESC/USP)

PROJETO UFSCar (Descrição)

Projeto de extensão:

Pessoas em situação de rua inseridas no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extra-econômicas de vulnerabilidade.

Objetivos:

- Em termos sociais, fomentar o interesse e regularidade da Academia na interação com o público alvo, visando o fortalecimento de sua cidadania;
- Em termos políticos, subsidiar a parceria Academia-sociedade civil-executivo Municipal na formulação de políticas públicas consistentes voltadas para o público alvo;
- Em termos acadêmicos, difundir o conhecimento da realidade social e treinar procedimentos de extensão em base participativa.

Procedimentos Metodológicos

- Discussão das atividades junto aos parceiros e público-alvo
- Elaboração das oficinas
- Execução das oficinas
- Discutir e analisar resultados obtidos

Detalhamento:

- Discussão em torno da realização de 15 oficinas com o público-alvo
- 1ª reunião: (Coord/Bolsistas, Posto de Rua e SMCAS)
- 2ª reunião: com o público alvo
- Elaboração de material (bolsistas) (leituras/treinamento/exposição)

TEMA “A”

O entendimento de si como sujeitos de direitos

- Estar no mundo e ser no mundo: os sentidos e significados do ser, do fazer, do ter, dos relacionamentos sociais (06.04.2008): Oficina de bonecos.
- Origem e trajetória: raiz, caminhos, buscas, percalços, horizontes (13.04.2008): Teatro.
- Fotodocumentando as experiências de territorialização e registrando os discursos (18.04.2008).
- Discutindo as imagens do grupo: auto-avaliação do presente e estratégias de superação (25.04.2008).
- Continuação: auto-avaliação do presente e estratégias de superação.

Resultados: organização da exposição fotodocumental para o dia 16.05.2008 (sexta-feira) (Conferência de Direitos Humanos na UFSCar: Núcleo Cidadania (Angélica) convidar parceiros para a Mesa de experiências locais, após discussão interna da equipe UFSCar/UFPr em 20.06.08).

TEMA “B”

A centralidade do trabalho na vida social

- Identidade ocupacional: experiências, habilidades e disposição para reintegração no mundo do trabalho (25.05.2008).

- b) Mapeamento - como abordar potenciais contratadores de serviços (identificação dos locais aos cuidados da interação social) (06.06.2008).
- c) Curso para os moradores escolhidos, currículo e montando os cartões e caixas de visita (13 e 20.06.2008)
- d) A experiência do trabalho cooperado: contato com a INCOOP-UFSCar ou Economia Solidária (27.06.2008).

TEMA “C”

A riqueza do conhecimento empírico na interpretação ambiental: a pessoa em situação de rua e o seu potencial de prestação de serviços ambientais no Município de São Carlos-SP.

- a) As representações sociais em torno das águas (06.07.2008): acompanhamento das trajetórias.
- b) As representações sociais em torno do verde e dos animais (11.07.2008): Parque Ecológico.
- c) As representações sociais em torno do lixo (20.07.2008): acompanhamento das trajetórias.
- d) Recomendações políticas ambientais para o município (25.07.2008).

Oficina Final (01.08.2008):

- a) Lições aprendidas pelos parceiros (UFSCar/ Posto de Rua/ SMCAS);
- b) Lições aprendidas pelo público alvo;
- c) Recomendações.

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome	Local e data de Nascimento	
Tempo em situação de rua	Em São Carlos	Outros
Estado Civil de formal/fato	Grau de instrução	
Religião (praticante?)	Forma de subsistência	
Abrigo – trajetórias (colocar no verso)		
Por que está em situação de rua?		
OBJETIVO 1: descrever e analisar sociologicamente as formas de acesso e uso da água por parte dos moradores de rua no suprimento de suas necessidades vitais e sociais;		
a. Quais são as suas percepções sobre a memória, importância, direitos/deveres em relação à água?		
b. Quais são as suas percepções sobre a memória, importância, direitos/deveres em relação à água?		
c. Quais as formas de uso e as dificuldades encontradas em relação à água?		
d. Houve mudança na paisagem da cidade de São Carlos ao que se refere à questão ambiental? Quais?		
e. Sua vivência, do dia-a-dia, é a mesma em dias de chuva e em dias secos? E nos dias de frio e calor?		
f. Que aspirações/objetivos você possui e que é(são) capaz(es) de melhorar a sua interação com esses usos da água?		
OBJETIVO 2: descrever e analisar as orientações de políticas públicas para ampliar para a população em situação de rua a acessibilidade à água, numa perspectiva dos direitos fundamentais da pessoa humana.		
OBJETIVO 3: descrever e analisar em que medida as práticas alternativas que a população em situação de rua utiliza para o suprimento dos seus mínimos vitais tem relação com a sua trajetória com o meio rural.		
OBJETIVO 4: descrever e analisar a relação da população em situação de rua com a natureza e com os animais domésticos, bem como aos cuidados mútuos entre os homens e os animais ao que se refere ao alimento, segurança, companhia, etc.		
Por que está em situação de rua?		
Como era a casa antes de estar na rua?		
Qual endereço que fornece se for preciso?		
Se quiser, tem para onde voltar?		
Violência: sofreu na família? Hoje, de quem sofre mais?		
Alguém na família já morou na rua?		
O que é 'mendigo' pra você?		
Passa fome (qualidade da comida)? E sede (qualidade da água)? E frio/calor?		
O que aprendeu de novo na rua?		
Memórias do passado: comer, família, escola, casa, animais de estimação		
Banho: onde toma? Gosta? Fica quantos dias sem banho?		
Lavar a roupa		
Aparência		
Recicláveis		

Porque fica no centro e não na periferia?
Como se sente na rua? E quando encontra conhecidos?
Quais os melhores lugares pra ficar? Escolhe o que tem água perto? Onde já domiu em S.Carlos (lugares)

ANEXO 3

REPORTAGENS ELETRÔNICAS SOBRE AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO CARLOS-SP - CREAS

MORADORES DE RUA APRENDEM INFORMÁTICA

Transformar a exclusão social em cidadania e resgatar os vínculos sociais e comunitários. Esse é o objetivo da Prefeitura de São Carlos com 13 pessoas que se encontram em situação de rua. O trabalho é integrado entre a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, via Divisão de Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua, e a Fundação Educacional São Carlos (FESC) por meio do Programa de Inclusão Digital (PID), cujos monitores ministram curso no Telecentro de Informação e Negócios da Estação Cultura todas as quartas-feiras, das 9h às 11h.

Todas essas pessoas foram encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) destinado ao atendimento da população em situação de rua. Esta unidade atende em média 50 pessoas todos os dias.

O novo CREAS trabalha de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, efetivando com isso o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fornecendo serviços que asseguram qualidade na atenção protetiva, num espaço de convivência, socialização e acolhida, propiciando o acesso dessas pessoas às políticas públicas existentes no município.

“Oferecemos atendimento psicológico, terapêutico ocupacional, atividades sócioeducativas, recreativas, oficinas, cursos profissionalizantes, além disso, disponibilizamos guarda-volume, local para higiene pessoal e alimentação que inclui café da manhã, almoço e lanche da tarde”, explicou o chefe da Divisão de Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua, Luciano Freitas de Oliveira.

Segundo a secretária municipal de Cidadania e Assistência Social, Rose Mendes, São Carlos é a primeira cidade do interior paulista que já tem um CREAS em funcionamento específico para o atendimento à população em situação de rua. “O prefeito Oswaldo Barba criou a Divisão de Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua exatamente pensando na ampliação dos serviços. Com essas mudanças, houve um aumento no número de atendimentos a essa população, principalmente por parte da nossa equipe de abordagem de rua que realiza rondas diárias convidando a população a conhecer o serviço oferecido no CREAS e do Albergue Noturno”.

Rose Mendes disse, ainda, que essa é primeira turma que está fazendo o curso de informática, mas que a ideia é incluir mais pessoas nesse programa. “Essa primeira turma está com 13 pessoas que aceitaram participar, mas de acordo com a demanda a nossa intenção é abrir novas turmas”, explica.

Cada participante do programa é entrevistado para avaliação de sua situação particular, identificando a demanda e as necessidades, a equipe multiprofissional encaminha para as atividades propostas.

Para Edson Marcos Borrasca, 33 anos, essa é uma excelente oportunidade para aprender. “É melhor ficar aqui aprendendo informática do que ficar na rua perambulando o dia todo. Antes de conhecer esse programa da Prefeitura eu passava o dia todo na rua pedindo alguma coisa para comer, agora acordo e não preciso me preocupar com isso porque sei que tenho alimentação garantida e que vou aprender alguma coisa que vai me ajudar a arrumar um novo emprego”.

Francisco Carlos Cabrine, 52 anos, ficou desempregado, perdeu todos os documentos e acabou parando no Albergue Noturno onde conheceu o serviço oferecido pela Prefeitura. “O CREAS me ajudou e consegui tirar todos os meus documentos, me ofereceu alimentação e agora estou tendo a oportunidade de fazer esse curso que com certeza vai me ajudar a voltar para o mercado de trabalho. Aqui em São Carlos somente fica na rua quem quer oportunidade a Prefeitura oferece para todos”.

O CREAS destinado ao atendimento da população em situação de rua, fica localizado na rua São Joaquim, 818, no centro. O horário de funcionamento é das 8h às 17h de segunda a sexta-feira.

(21/08/09)

Fonte: SÃO CARLOS (Município). Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2009/155419-moradores-de-rua-aprendem-informatica.html>>. Acesso em: 30 out. 2009.

PREFEITURA INTENSIFICA RONDA PARA ATENDER MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

A Prefeitura de São Carlos, por meio da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, mantém no município um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) destinado ao atendimento da população adulta em situação de rua. Esta unidade atende em média 50 pessoas todos os dias. Além disso, o trabalho conta com 2 educadores de rua que fazem rondas diárias para abordagens e acompanhamento com o objetivo de conduzir estas pessoas em situação de rua para o atendimento e adesão ao trabalho do CREAS. Mas para que esse trabalho seja ainda mais eficiente é necessária a participação da sociedade como um todo. “Essa época de Natal e do Ano Novo é comum o aumento no número de pessoas nas praças e vias públicas pedindo esmola, muitas vezes acompanhadas de crianças. Realizamos uma ronda diária nesses locais com o objetivo de encaminhar essas pessoas para atendimento tanto no Albergue Noturno como no CREAS e estamos constatando que na maioria das vezes esses pedintes vêm de outros municípios da região. Nesta semana mesmo tivemos casos de mães que vieram de Bauru, Jaú e Jaboticabal, então pedimos para que a população não dê esmola, e sim nos avise, faça uma denúncia para que possamos resolver a situação, realizar o atendimento necessário”, explica a secretária de Cidadania e Assistência Social, Rose Mendes.

Rose explicou, ainda, que no caso de pessoas de outros municípios, as educadoras sociais da Prefeitura conversam com elas, oferecem assistência, e disponibilizam a passagem para que elas retornem à cidade de origem. Outro aspecto é quanto à presença de “ciganos” na cidade, o que vem sendo acompanhado de perto pelo Conselho Tutelar porque na maioria das vezes envolve menores de idade.

O CREAS São Carlos é pioneiro no interior paulista, trabalha de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, efetivando com isso o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fornecendo serviços que asseguram qualidade na atenção protetiva, num espaço de convivência, socialização e acolhida, propiciando o acesso dessas pessoas às políticas públicas existentes no município.

No entanto, a Prefeitura informa que conforme legislação vigente não é possível impor a nenhum cidadão esse atendimento.

“Oferecemos atendimento psicológico, terapêutico ocupacional, atividades sócioeducativas, recreativas, oficinas, cursos profissionalizantes, além disso, disponibilizamos guarda-volume, local para higiene pessoal e alimentação que inclui café da manhã, almoço e lanche da tarde”, lembrou o chefe da Divisão de Políticas de Atendimento a População em Situação de Rua, Luciano Freitas de Oliveira.

O CREAS destinado ao atendimento da população em situação de rua, fica localizado na rua São Joaquim, 818, no centro. O telefone é o 3307-4795. O horário de funcionamento é das 8h às 17h de segunda a sexta-feira. Qualquer denúncia também pode ser feita na Secretaria de Cidadania e Assistência Social pelos telefones 3371-1122 ou 3371-2290. No caso que envolve crianças a denúncia também pode ser feita através dos telefones 3371-3930 ou pelo 153 no caso de emergência noturna e aos finais de semana. (11/12/09)

Fonte: SÃO CARLOS (Município). Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2009/156126-atendimento-social.html>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO CONHECE O TRABALHO DO CREAS DESTINADO AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Em menos de uma semana o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), coordenado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, e destinado ao atendimento da população em situação de rua recebe representantes de mais uma cidade do interior paulista. Leila Nasser Lopes, Maria Aparecida Molina Sanches, Soraia Carvalho e Julles Mary Conde, todos da Fundação Rio-pretense de Assistência Social, estiveram na última terça-feira (26) conhecendo o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de São Carlos nesta área. Na ocasião os representantes da cidade de São José do Rio Preto foram recebidos pelo chefe da Divisão de Políticas de Atendimento a População em Situação de Rua, Luciano Freitas de Oliveira que explicou aos profissionais que o objetivo desse trabalho é transformar a exclusão social em cidadania e resgatar os vínculos sociais e comunitários dessas pessoas. Hoje o CREAS está atendendo 56 pessoas e fica localizado na rua São Joaquim, 818, no centro. O horário de funcionamento é das 8h às 17h de segunda a sexta-feira. (27/01/2010)

Fonte: SÃO CARLOS (Município). Disponível em:
<<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2010/156404-sao-jose-do-rio-preto-conhece-o-trabalho-do-creas-destinado-ao-atendimento-da-populacao-em-situacao-de-rua.html>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

ANEXO 4

SÃO PAULO: GCM REGULAMENTA O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Portaria 105/2010/SMSU - GABINETE de 31 de março de 2010

EDSOM ORTEGA MARQUES, Secretário Municipal de Segurança Urbana, no uso das atribuições, Considerando a conveniência da regulamentação do Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco, previsto no Decreto 50.448/2009, para padronizar os parâmetros da sua execução;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a descrição do Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco elaborada pelo Comando da GCM e pela Assessoria Técnica da SMSU, na forma do anexo I desta Portaria.

Art. 2º. O Comando da GCM dará conhecimento a todos os integrantes da GCM e, sobretudo, aos que atuam neste Programa, incluindo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP), e organizações parceiras.

Art. 3º. O Centro de Formação de Segurança Urbana - CFSU, articulado com o Comando da GCM propiciará a capacitação necessária para a eficácia e bom desempenho do Programa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA, aos 31 de março de 2010.

EDSOM ORTEGA MARQUES Secretário Municipal de Segurança Urbana.

Anexo I – Da PORTARIA 105/2010/SMSU.G PROGRAMA DE PROTEÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

1 - Contextualização

1.1. - A competência para a GCM atuar na proteção de pessoas em situação de risco foi estabelecida no art. 23 da Lei 14.879/2009, tendo o Decreto 50.448/2009 criado o Programa e definido atribuições da Coordenação do Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco, no âmbito da Superintendência de Planejamento da GCM.

1.2. – A GCM sempre atuou neste campo na proteção dos agentes da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Conselheiros Tutelares que atuam na proteção de pessoas em situação de risco inclusive crianças e adolescentes, assim como na proteção dos equipamentos de atendimento social de SMADS.

1.3. – Com a inclusão na referida Lei da competência da GCM para atuar na proteção especial de tais pessoas e com a criação do Programa, a GCM tem desenvolvido ações diferenciadas diretamente com seu efetivo, abordando e encaminhando as pessoas, observando as orientações de SMADS e demais organismos, procedimentos que foram descritos no POP – Procedimento Operacional Padrão 001/2009, com treinamento específico ao efetivo que atua diretamente com este público.

2 – Objetivo do Programa

2.1. – Proteger crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de risco na Cidade de São Paulo em conformidade com as diretrizes e em articulação da SMADS, abordando e orientando para que deixem a situação de risco e os encaminhem para atendimento especializados nos equipamentos sociais do município;

2.2. – Contribuir para diminuir e evitar a presença de pessoas em situação de risco nas vias e áreas públicas da cidade e locais impróprios para permanência saudável das pessoas.

2.3. – Atuar integrado a Rede de Proteção Social, formada pelas Secretarias: Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Participações e Parcerias (SMPP), Secretaria Municipal de Saúde (SMS),

Subprefeituras, Conselho Tutelar e Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), SAMU, Polícias Civil e Militar, e organizações sociais, objetivando a abordagem e o encaminhamento adequado para cada caso e situação de vulnerabilidade encontrada.

3 – Diretrizes para o Programa

3.1. – A GCM deve manter-se em sintonia com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, com os diretores dos equipamentos de atendimento Social e de Saúde, com as Subprefeituras para avaliação constante dos trabalhos realizados e definição de regiões prioritárias de atuação, observadas as diretrizes da SMSU e SMADS, levando ainda em conta os fatores referidos no item 6.

3.2. – Estabelecer articulação e integração com outros organismos e setores que influam direta ou indiretamente na proteção de pessoas em situação de risco, sintonizado com SMADS e com a Subprefeitura, como Polícia, Polícia Civil, Conselho de Segurança – CONSEG, Associações Comunitárias para otimizar as ações conjuntas de proteção;

3.3. – Considerar no seu planejamento os serviços e atividades realizados por outros órgãos e entidades e suas avaliações sobre as pessoas em situação de risco em dada região da cidade;

3.4. – Organizar atuação diferenciada em relação à criança e adolescentes, em conformidade com os normativos vigentes, assegurando que não fiquem em situação de para verificar conformidade. de risco, vulnerabilidade ou sob exploração por terceiros.

3.5. – Divulgar os meios de comunicação com a GCM, sobretudo via email e central de telecomunicação da GCM - 153, 24 horas, para pronta resposta tanto para orientar procedimentos quanto para oferecer a proteção presencial com a rapidez que for necessária, inclusive nos casos de denúncias;

3.6. – Manter manual de procedimento atualizado, inclusive formato resumido de bolso, e capacitação continuada do efetivo da GCM, incluindo supervisão profissional da área da saúde;

3.7. – Manter o mesmo efetivo alocado nas mesmas regiões de atuação, fortalecer os princípios do policiamento comunitário e, com foco no Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco, considerar a multisetorialidade que deve ter o profissional da GCM que deve tomar atitudes se verificar outras anomalias da competência da GCM, mesmo de outros Programas, acionando a central da GCM ou, acionando a Central de outras corporações se deles forem a competência e especialização no assunto.

3.8. – Manter atualizado banco de dados com as informações relativas as abordagens e encaminhamentos realizados para contribuir no aprimoramento constante dos trabalhos da GCM e das organizações que atuam em conjunto

3.9. – Planejar as ações do Programa por subprefeitura por meio da Inspeção Regional, supervisionada pelo Comando Operacional da Região, de acordo com normativos estabelecidos pelo Comando da GCM, em conformidade com as diretrizes da SMSU.

3.10. – Respalidar as ações da GCM sempre na legalidade orientada na normativa publicada na Portaria 441/09/SMSU – Gabinete, Procedimento Operacional Padrão POP GCM 001, publicado no DOC de 04/11/2010, devendo sempre ser avaliado o binômio necessidade-proporcionalidade, contribuindo na promoção da segurança e o respeito aos direitos fundamentais do cidadão.

4 – Meios de Execução

4.1. – A GCM poderá atuar tanto com efetivo destacado para o Programa como com efetivo de outros programas que se depararem com pessoas em situação de risco na sua atividade;

4.2. – Nos casos do efetivo do Programa, poderão atuar autonomamente e em parceria com os agentes da Assistência Social, com os agentes da Saúde ou com os agentes da zeladoria da subprefeitura nos casos de existência de acampamentos e similares sobretudo em locais impróprios e de risco;

4.3. – A atuação da GCM deverá ser 24 horas, sobretudo nas regiões de maior presença de pessoas em situação de risco, devendo manter atendimento via central 153 para orientação de procedimentos e pronta resposta no atendimento que for necessário;

4.4. – Nos casos de efetivo da GCM de outros programas ao identificar pessoas em situação de risco, deverá acionar a CETEL – Central de Telecomunicação que orientará procedimento conforme cada caso conforme normativo, podendo ser designado o próprio efetivo para fazer a abordagem, ou outra

equipe da GCM da região, ou fará contato com a Central de Atendimento Permanente de Emergência – CAPE da Assistência Social que designará um Agente para o atendimento.

4.5. – Ao detectar a necessidade da pessoa em risco a GCM fará encaminhamento para o organismo competente que poderá ser: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência da Criança e do Adolescente, Assistência Médica Ambulatorial, Pronto Socorro, Distrito Policial, Conselho Tutelar, e a residência se necessário, sempre em conformidade com os normativos estabelecidos, orientação para cada região e respectivos endereços dos atendimentos especializados definidos com os organismos parceiros.

4.6. – A partir da região central da cidade deverá ser dada atenção diferenciada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, devendo todo o efetivo da GCM considerar tais situações equiparadas a casos de flagrante, que significa que ou atuará diretamente e imediatamente na proteção e encaminhamento da criança e adolescente ou assegurará que outra equipe o faça.

5 – Metas

5.1. – Abordar a 100 % (cem por cento) das crianças e adolescentes em situação de risco e encaminhá-las para atendimento especializado conforme o caso, evitando que fiquem em situação de risco, sobretudo nas ruas e áreas públicas da cidade.

5.2. – Abordar e encaminhar as pessoas em situação de risco, priorizando as regiões com maior frequência e maiores índices de vulnerabilidade e evitar a presença delas especialmente nestas regiões;

5.3. – Evitar que pessoas fiquem em situação de risco acampadas em locais impróprios para sua saúde e integridade física.

5.4. – Apoiar as Secretarias e organismos afins para que sejam oferecidos os atendimentos especializados tanto preventivo quanto de assistência a atendimento de saúde.

6 – Avaliação dos resultados

6.1 – A avaliação dos resultados do Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco será mensurada através dos indicadores estabelecidos na Portaria SMSU 079/2010 e outros estabelecidos em conjunto pela SMSU com a SMADS.

7 – Legislação de Referência

7.1. – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 144, §8 – Capítulo III – da Segurança Pública;

7.2. – Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.;

7.2. – Lei Municipal 10.115, de 15 de setembro de 1986 – Cria a Guarda Civil Metropolitana e dá outras providências;

7.3. – Lei Municipal nº 14.879, de 7 de janeiro de 2009, Altera a lei 13.396, acrescentando dispositivos da SMSU inclusive a competência a GCM para proteger pessoas em situação de risco.

7.4. – Decreto Municipal 50.448, de 25 de fevereiro de 2009 - Dispõe sobre a reorganização da Guarda Civil Metropolitana - GCM, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana;

7.5. – Portaria 441/09/SMSU – Gabinete, de 14 de novembro de 2009 – Procedimento Operacional Padrão nº 1; e

7.6. – Portaria 079/2010 – SMSU – Gabinete, de 10 de março de 2010– Institui os indicadores para o Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco.